

**Janeiro 2009**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge, Investimentos Públicos e Transparência
5. Governação, Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Básicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Genérico

**Redação:** Domingas Mota, Heliana dos Santos e Ilda Sebastião

**Conselho de Edição e Revisão:**  
Allan Cain, Gelson Gaspar, Azancoth Ventura, José Tiago e Helga Silveira

**Editado por:**  
Development Workshop-Angola

**Endereço:**  
Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Telefone:**  
+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**  
cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**  
LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

# INDICE

1 ECONOMIA	1
1.1 Política Monetária do Governo ditou a estabilidade do Kwanza	1
1.2 Agência Angolana de Estudos Financeiros e Bancários vai nascer brevemente	2
1.3 Alta das taxas de juros faz diminuir a procura por créditos bancários	3
1.4 BIC tem recursos superiores a UDS 2,7 mil milhões disponíveis para empréstimos aos clientes	4
1.5 BCI é mais solicitado que os outros para dar créditos de consumo	5
1.6 Créditos disponíveis pelos principais operadores são cada vez mais atractivos	6
1.7 Finanças presta atenção especial á solicitação de créditos adicionais	7
2 MICOFINAÇAS	8
2.1 BPC tem 30 milhões de dólares para programa de micro-crédito	8
2.2 Crédito bancário para cooperativas agro-pecuárias	8
2.3 O Micro-crédito e Cooperativas temas de investigação científica	8
2.4 Linha de crédito vai colmatar dificuldades dos agricultores	9
3 MERCADO INFORMAL	9
3.1 Multas e gasosas	9
3.2 Preços de produtos alimentares estáveis no mercado informal	10
3.3 Actividade ganhou maior importância nos últimos quatro anos, mas ainda não é regulamentada pelo Estado	11
3.4 O pão na rua	12
3.5 Fiscais do Governo Provincial de Luanda: Licença para pilhar	13
3.6 Armazéns da Terra Nova com as portas encerradas	14
3.7 Polícia declara guerra à venda ilícita de combustíveis	15
3.8 Venda ilegal de livros escolares na mira da polícia Económica	16
3.9 Um olhar ao mercado do Catintom	17
4 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	18
4.1 Descentralização financeira melhora gestão municipal	18
4.2 Descentralização Municipal	19
4.3 Descentralização administrativa e coesão nacional	19
4.4 Ministro Fontes Pereira decepciona municípios do Rangel	19
4.5 Descentralização financeira exige criação de inspecções	21
4.6 O Bairro Popular em 2008	21
4.7 Defendida a carreira autónoma de secretaria	22
5 URBANISMO E HABITAÇÃO	24
5.1 Crescimento económico do país impulsiona o sector imobiliário	24
5.2 Ministro da Indústria Joaquim David vê boas perspectivas em matéria de investimentos no sector.	24
5.3 Governo estimula produção nacional dos materiais para a construção civil	25
5.4 Breve historial do mentor do projecto do mentor Projecto	26
5.5 Imobiliário	26
5.6 Desmobilizados erguem habitações	26
5.7 Casotas para pobres e palacetes para Ricos?	26
5.8 Empresa "sólida Corporation" Constrói casas para a juventude	27
5.9 Fim da especulação imobiliária passa pelo reforço da fiscalização	27
5.10 Moradores do prédio do Palmeira conhecem em breve a nova casa	28
5.11 Mais uma cidade no Panguila	29
5.12 Construção de habitações sociais de imediato no Kuando-Kubango	30
5.13 Os projectos habitacionais	30
5.14 A alma da cidade desejada	31
5.15 Higinio Carneiro visita projecto habitacional do Panguila	32
5.16 Alegadamente para construir um condomínio habitacional no Kilamba Kixi	32
5.17 Interrupção das obras de requalificação aborrece moradores	33
5.18 Mais de 40 homens vivem “encafuados” num cubículo	34
5.19 Moradores do prédio da lagoa não sairão	35
5.20 Obras perigosas em Luanda	36

5.21 Cazenga, quem te viu quem te vê...	36
5.22 Musseque de Luanda nasceu na Ingombota	38
5.23 “Modernização de Luanda é irreversível”	40
6 TERRA	42
6.1 Urbanização de reservas fundiárias abrange quase quatro mil hectares	42
6.2 Administração engaveta pedidos de terreno	42
6.3 Administradores capacitados sobre Lei e Gestão de Terras	43
7 SERVIÇOS BÁSICOS	44
7.1 Abastecimento de água e energia com fortes investimentos na Huíla	44
7.2 Mucaba beneficia de água canalizada	44
7.3 Huambo tem mais água potável	44
7.4 Empresa de Saneamento de Luanda repara redes de esgotos dos bairros	45
7.5 Mussulo do lixo	46
7.6 Abastecimento de água ao Dondo começa a funcionar em Fevereiro	46
7.7 Energia e água	46
7.8 Minha crítica...	46
7.9 «Se o Governo fornecer energia em todos os bairros, podemos combater esse flagelo»	47
7.10 Muda a face do centro de Luanda	48
7.11 Moradores do Gamek sem água há dez anos	49
7.12 A suja vida nos prédios degradados ou como ter a morte à espreita (3)	50
7.13 O desleixo faz-se presente	50
8 AMBIENTE	53
8.1 Ministério dos Petróleos promete reforçar papel na protecção do ambiente marinho	53
8.2 Quadro jurídico-legal do ambiente em seminário	54

# 1 ECONOMIA

## 1.1 Política Monetária do Governo ditou a estabilidade do Kwanza

*Jornal de Angola 4 de Janeiro de 2009*

Moeda nacional ganhou num ano cinco ao dólar. A estratégia das autoridades monetárias levada a cabo nos últimos anos pautou-se pela manutenção da estabilidade monetária e cambial, uma vez que o "superavit" da balança comercial garante a liquidez suficiente para uma intervenção determinante do Banco Central no mercado cambial, um factor que tem contribuído para estabilidade da moeda nacional, segundo um estudo da KPMG.

De acordo com o documento, em 2007, a moeda nacional apreciou-se face ao dólar em cerca de cinco por cento, confirmando a tendência ascendente registada face à moeda norte-americana desde 2004. Essa subida está reflectida numa tendência de decréscimo nos custos das importações, melhorando o Índice dos preços ao consumidor.

No decorrer do ano de 2007, o BNA vendeu ao mercado cambial interbancário cerca de 6,7 mil milhões. Com base no relatório Económico de Angola 2007, elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, as reservas externas líquidas do país, para 2007, atingiram os 11,2 mil milhões, apresentando um aumento na ordem dos três mil milhões face a 2006, e permitindo às autoridades monetárias angolanas a execução da sua actual política monetária.

Apesar das elevadas despesas públicas e do crescimento da procura interna, a inflação registou uma ligeira diminuição em 2007, atingindo os 11,8 por cento, acima dos objectivos traçados pelo Governo, que apontavam para 10 por cento.

Para a diminuição, contribuiu a intervenção do BNA, através do aumento da sua taxa de redesconto, que passou de 14 por cento em 2006 para 20 por cento em 2007 e da oferta de Títulos do Banco Central (TBC), e da alteração da composição das reservas obrigatórias, na qual a moeda nacional passou a ser obrigatória nos valores dados como reserva compulsiva. O montante total de TBC emitidos no ano de 2007 foi de 481,9 mil milhões, o que representa um aumento para mais do dobro do verificado em 2006, de 234,3 mil milhões.

A utilização deste instrumento é favorecida pela

estabilidade da cotação do Kwanza, que tem contribuído para sua maior credibilidade e utilização como meio de pagamento e reserva de valor, e pela falta de alternativas de investimento no mercado financeiro. As reservas obrigatórias passaram (através do instrutivo nº 04/2007 de 30 de Agosto) desde Setembro de 2007, a ser exigidas integralmente em moeda nacional e o coeficiente de reservas obrigatórias continua a ser de 15 por cento.

A anterior composição deste coeficiente estabelecia o cumprimento das reservas até cinco por cento em títulos de dívida com vencimento superior a 91 dias e mínimo de 10 por cento em moeda nacional. Do total de títulos emitidos, os TBC com maturidade de 91 dias são os que registaram maior procura.

Após a redução acentuada na remuneração dos títulos emitidos pelo BNA em 2006, o ano de 2007 mostrou-se mais favorável, com uma tendência de ligeira subida, tendo se verificado um movimento de correcção das taxas de juro, devido à expansão da oferta de mercados de títulos, à normalização da liquidez, e ao aumento do prémio de emissão.

O crescimento da Base Monetária foi, entre Março de 2007 e Março de 2008, em termos acumulados de 57,8 por cento, ocorrendo essencialmente na componente de depósitos à ordem (DO) em moeda nacional, com uma evolução de 77,1 por cento contra 56,8 de aumento dos DO em moeda externa. A componente "M1" evoluiu nos últimos dois trimestres de 2008 para taxa trimestrais de 14 por cento, superiores às taxas trimestrais verificadas: no início de 2007, que se situava entre oito e 11 por cento.

Os meios de pagamento "M2" cresceram 43,8 por cento entre Março de 2007 e Março de 2008. Esta evolução positiva foi fortemente impulsionada no primeiro trimestre de 2008, período em que a taxa de crescimento foi de 13 por cento, contra as taxas de 2007, entre cinco e 11 por cento.

Esta situação ficou a dever-se à componente "M1", já que a "quase moeda", que inclui os depósitos a prazo, apresenta ritmos de crescimento inferiores, o que evidencia a falta de procura e oferta de aplicações a prazo, dificultando também a oferta de crédito para os mesmos prazos, crédito esse vocacionado ao investimento.

Ainda segundo o estudo, a massa monetária total (M3), que resulta do "M2" adicionado aos "outros instrumentos financeiros", correspondendo estes aos valores dos TBC repassados no mercado secundário,

registou uma expansão no primeiro trimestre de 2008 de 18,9 por cento originada fundamentalmente pela expansão do agregado monetário "M2", que representa 79 por cento do agregado "M3".

## **1.2 Agência Angolana de Estudos Financeiros e Bancários vai nascer brevemente**

*Jornal de Angola 16 de Janeiro de 2009*

A surgir no quadro do combate à pobreza, a iniciativa está a cargo equipa de trabalhadores bancários e actuará na intermediação I

A entidade a criar, a cargo de um grupo de trabalhadores bancários e académicos angolanos, terá como uma das principais vertentes a intermediação. Entre as instituições de concessão de micro-crédito e as populações mais carenciadas, no quadro do combate à pobreza em Angola.

Os mentores do projecto, sob a coordenação de Francisco Ângelo Canvula Manuel, licenciado em Gestão e Administração Pública, colocado no Banco Nacional de Angola, já começaram a desdobrar-se em acções e tendem, como resultado final do seu trabalho, criar a Agência Angolana de Estudos Financeiros e Bancários. Vão beber da experiência nessa matéria em países como o Bangladesh, Brasil e Ghana, onde esse tipo de prestação de serviço tem raízes bastante profundas.

No país, vão procurar trabalhar com os bancos mais credenciados no micro-crédito, como são o BPC, o Banco Sol.

E o novo Banco, Adquirido, pelo BAI e cuja missão fundamental é operar nesse segmento de mercado. Vão também, ao longo do primeiro trimestre deste ano, manter contacto com outras instituições vocacionadas para o micro-crédito, cooperativas, universidades, igrejas, mercados e feiras.

Em declarações ao JE, da passada sexta-feira, Francisco Ângelo salientou que "este projecto visa, em última instância, apoiar as comunidades e o desenvolvimento sócio económico de Angola, numa altura em que a dinâmica de crescimento imprimida no país necessita do concurso de toda a gente".

Segundo Francisco Ângelo, a entidade a criar trabalhará a par com outros serviços existentes nesta área. "A grande diferença é que nós não visamos o lucro", precisou. "A nossa aposta é apenas virmos ajudar a população mais pobre".

"Paralelamente à vontade e ao espírito patriótico, também está a permanente predisposição dos membros dessa iniciativa em responder aos desafios vinculados com o país", ressaltou. Entre as várias acções já desenvolvidas pelos membros do grupo de trabalho, destaque. recai sobre a Análise sobre o Mercado Financeiro Angolano, divulgada em 2004.

### **Combate à pobreza**

Segundo disse, tudo o que move o grupo é o seu compromisso de contribuição no combate à pobreza em Angola. A sua acção irá versar fundamentalmente sobre a distribuição de uma ampla informação às populações, sobre as vantagens dos créditos, as modalidades da sua aplicação, supervisão e reembolsos.

No seu entender, não tem havido uma acção concertada entre eventuais credores e os candidatos a créditos. A população não dispõe de informação elementar sobre o que é um empréstimo, as modalidades do seu reembolso, as formas de aplicação e as garantias a apresentar para os interessados terem acesso ao micro-crédito.

Francisco Ângelo ressalta, neste quadro, que "o objectivo deste projecto é despertar a população sobre os benefícios do Luta e empenho Francisco Canvula

o coordenador do projecto, Francisco Ângelo Canvula Manuel, 33 anos, é um exemplo de persistência. Licenciado em Gestão e Administração Pública, pela Universidade Agostinho Neto, é hoje técnico do Departamento de Sistema de Pagamentos do Banco Nacional de Angola, onde se iniciou e, durante 5 anos, foi agente da protecção física, ao mesmo tempo que estudava. A sua meta final é ser consultor internacional.

Nobel da Paz, que dividiu com Grameen Bank. Como o próprio Yanus observa, o termo micro crédito não existia nos dicionários de finanças internacionais até à década: de 1970.

No conceito de Yanus, o micro-crédito é dirigido às populações pobres ou muito pobres, cuja absoluta falta de acesso ao crédito é notória. Neste conceito, o micro-crédito é mais uma política de combate à pobreza que exactamente política de financiamento.

O projecto do Grameen Bank, a primeira instituição mundial especializada em micro-crédito, surgiu em 1976, na cidade de Jobra, em Bangladesh. Ascendeu ao estatuto de banco em 1983, depois da publicação de uma lei especial de sua autoria.

Desde a sua fundação, o Grameen Bank mantém-se em actividade como uma empresa privada lucrativa, com lucros em todos os anos da sua operação, excepto no primeiro ano de actividade, e em 1991 e 1992.

Serviu de inspiração a várias experiências e política de micro-crédito em países menos desenvolvidos, como o Brasil, onde a prática ganhou já alguma amplitude.

Em Angola, várias instituições se dedicam a essa prestação de serviços, mas o grande problema que os interessados encontram são as garantias e os requisitos exigidos pelos bancos.

### **1.3 Alta das taxas de juros faz diminuir a procura por créditos bancários**

*Jornal de Economia e Finanças 30 de Janeiro de 2009*

Apesar de ter desempenhado o seu papel, a entidade reguladora, nesse caso o Banco Nacional de Angola (BNA), deveria actuar mais no sentido de regular as taxas de juro. As que se praticam actualmente nos bancos angolanos são consideradas bastante altas, na visão de Manuel Camati, pois elas deveriam ser mais reguladas para poderem atrair mais consumidores, visto que as taxas bastantes elevadas desestimulam o seu acesso.

Para Manuel Camati, quando as taxas de juro forem muito altas, promove menos o crédito, porque a pessoa vai ter a noção de que não adianta investir no crédito para depois vir a pagar um rio de dinheiro. "Isto de facto desmotiva o cliente". No seu entender, as pessoas deixam de recorrer ao crédito quando as taxas forem muito altas, mas isto também tem o seu lado negativo, pois se elas também forem muito baixas, igualmente desestimulam os bancos a emprestarem o seu dinheiro.

#### Equilíbrio no mercado

Por isso, o jurista defende que deve haver um equilíbrio no mercado, ou seja, devem ser reguladas. "O que acontece é que as taxas de juro nos bancos do nosso país estão entre 10 e quase 20%, que já são muito altas e isso indica que há ainda alguma vulnerabilidade da nossa economia", acrescentou. "Porque se tivermos que comparar com "os países que integram as zonas económicas da Europa, veremos que as taxas de juro raras vezes ultrapassam os cinco por cento, mas aqui se encontram a dois dígitos", esclareceu.

Segundo ele, o Banco Nacional de Angola - entidade monetária no país, apesar de ter desempenhado o seu papel de regulador do mercado monetário, deveria actuar mais no sentido de equilibrar as taxas de juro. "É verdade que o BNA tem desempenhado o seu papel, pois desde que começou com a sua actividade e deixou

também de ser banco comercial o nosso mercado monetário começou a tomar outro rumo em termos de disciplina", reconheceu. "É por isso que muitos investidores já acreditam que Angola é um bom mercado para se fazer grandes investimentos", acrescentou Manuel Camati.

#### Crédito e inflação

Tem-se defendido que a circulação de muita massa monetária fora do circuito bancário tem originado o fenómeno inflacionário, mas o jurista defende que a inflação não tem apenas origem na concessão de crédito. Para o jurista, o crédito por si só não é uma das causas da inflação, mas sim o excesso de liquidez no mercado que pode criar o fenómeno inflacionário. "Por isso é que os bancos centrais têm uma técnica que permite conter a crise da inflação, que passa pela venda dos títulos do banco central que se realizam periodicamente. Segundo ele, esta técnica visa esterilizar o mercado do excesso de liquidez, "pois houve uma altura em que não se vendiam títulos do banco central e o mercado monetário estava repleto de massa monetária, mas com a venda dos títulos tira-se muito dinheiro em circulação", afirmou Manuel Camati.

#### Crédito e herança

O pedido de crédito por parte dos clientes, muitas vezes tem causado alguns constrangimentos no seio das famílias, sobretudo quando o chefe venha a falecer deixando herança para os seus genitores. Interrogado, sobre o fenómeno, Manuel Camati admitiu que caso isso venha a acontecer, os herdeiros não podem satisfazerem-se da herança, sem primeiramente livrarem-se da dívida.

Em relação à herança, as dívidas têm sempre prioridades, ou seja, primeiro satisfazem-se das dívidas e o que restar os herdeiros partilham, "mas se não sobrar não há herança para ninguém", esclareceu.

"Por isso é que os bancos para concederem crédito solicitam sempre uma garantia que pode ser real ou pessoal". No seu entender, os herdeiros não devem só se interessar em assumir a parte activa da herança, que são os bens e os direitos, mas também a passiva que passam pelas dívidas e as obrigações. "Portanto, ao invés de só cobrar ele deve também se preocupar em pagar", concluiu Manuel Camati.

País deve ter maior cautela diante da crise económica mundial

Economista Vera Daves diz, em entrevista ao JE, que a redução do crescimento económico chinês vai exigir mais da parceria com Angola

Angola tem de se acautelar face à crise económica mundial para proteger o seu plano de reconstrução nacional. O apelo foi feito pela economista Vera Daves em entrevista ao JE. Segundo ela, tudo vai depender dos reflexos do abrandamento no crescimento económico em economias emergentes, como a China e a Índia.

"Sem Dúvidas, é preciso ter cautela, porque o problema reside nos investimentos monetários, nos fluxos financeiros em termos de investimentos em infra-estruturas, como também a dinamização do sector industrial e agrícola, o que implica maiores despesas pecuniárias," disse.

#### Revisão do crescimento

De acordo com a analista, economias pujantes com um crescimento bastante significativo de 2% a 5%, a registarem um afrouxamento no seu crescimento, pesam no panorama económico mundial. Isso justifica a actual revisão em baixa do crescimento, em 2009, para uma percentagem entre 1 % a 1,5% contra as estimativas de 2,2% feitas em Novembro de 2008, conforme as previsões do FMI.

"Todavia, em termos de fluxos comerciais, bens e serviços, Angola é uma mais-valia para esses países, dado que a crise agora consiste no facto de as potências económicas emergentes não terem onde vender os seus produtos", explicou.

Segundo a economista, há que se ter em conta a deterioração das condições, porque quanto mais se agrava a situação económica mais dificuldades para poderem realizar investimentos estrangeiros têm os países cujas economias não estão em recessão. "Assim, a China, Índia e Angola têm de reforçar as suas parcerias, pois que possuem um mercado fértil com pessoas ansiosas de consumir e investir," sublinhou.

#### Gestão de activos

Vera Daves entende que a banca angolana não vai sentir os efeitos do prejuízo que assola a banca de investimentos internacionais, na medida em que os bancos nacionais não dispõem de uma unidade de gestão de activos muito forte como as instituições bancárias norte-americanas.

"Instituições como o -Banco Internacional de Crédito (BIC) e o Banco de Fomento Angola (BFA) são tipicamente de retalho, por isso estão mais voltados para os pequenos aforradores", disse Daves.

#### Gestão de activos

A economista definiu unidades de gestão de activos como sendo aquelas que criam soluções de investimentos para clientes que têm muito dinheiro e pretendem obter rendimentos avultados, maiores que os tradicionais depósitos da "praxis".

E estando dispostos a correrem riscos não se interessam em investir na economia real (na criação de empresas), daí o recurso àquelas unidades que montam estruturas de investimentos com base, por exemplo, em contratos de petróleo e alumínio.

### **1.4 BIC tem recursos superiores a UDS 2,7 mil milhões disponíveis para empréstimos aos clientes**

*Jornal de Economia e Finanças 30 de Janeiro de 2009*

O banco BIC dispõe de uma carteira de créditos para o presente ano no valor de USO 2, 730 mil milhões, o que representa um aumento de USO 850 milhões, comparativamente ao ano transacto, cujo montante foi de USO 1,880 mil milhões, dos quais 30% foram disponibilizados a particulares e os restantes 70% a empresas.

O ano passado, o BIC aumentou a sua carteira de créditos de USO 507 milhões para um USO 1,880 mil milhões, sendo que, neste período, os sectores que mais beneficiaram de financiamentos são os do comércio e construção civil, enquanto que a nível de particulares a preferência recaiu para o crédito pessoal.

Segundo o seu administrador geral, Fernando Aleixo Duarte, é necessário ter-se em conta que os valores mencionados devem ser adicionados aos créditos já liquidados.

Neste âmbito, sustenta que o aumento de USO 850 milhões só será efectivado caso sejam concedidos mais cerca de USO um milhão, já os restantes 150 milhões serão liquidados pelos clientes.

Fernando Aleixo Duarte frisou ainda que, do valor disponibilizado em créditos o ano passado, cerca de 85% dos beneficiários, entre empresas e particulares, são da província de Luanda, embora parte desse investimento tenha sido canalizado para outras províncias.

3S % do crédito para habitação Dos USD 3,5 mil milhões de dólares de crédito total aprovado pelo BIC, cerca de 35% esta direccionado para a construção de projectos imobiliários.



A instituição bancária tem incentivado o surgimento de edifícios novos que são implantados na capital.

"Nós financiamos várias obras em Luanda. Neste momento, estamos apoiar a construção de quatro hotéis", anunciou ao JE o PCA da instituição, Fernando Teles. Grande parte das instituições bancárias do país tem concedido créditos habitacionais, mas, às vezes, deixa enfurecidos os clientes devido às exigências impostas para obtenção do empréstimo.

O entrave começa pela exigência de um avalista credível (um cliente conhecido pelo banco), além da morosidade e os juros elevados, em função do custo do imóvel.

Em caso de se efectivar o empréstimo, a moradia fica ainda sob penhora da instituição bancária até que o cliente liquide o valor total da casa. Em muitos casos, para se conseguir um crédito, o cliente tem de possuir uma idade compreendida entre os 18 e 55 anos, sendo o prazo de reembolso é de até 20 anos. Na maioria, o valor do crédito é concedido em função do valor da casa.

Por exemplo, o BFA e o BIC aplicam uma taxa 90% do valor da avaliação da residência. Contudo, os valores a serem disponibilizados pelo banco. Ele podem ser discutidos entre as partes.

O prazo máximo de reembolso vai até 35 anos, desde que o cliente não esteja acima dos 60 anos. Para o banco assegurar a reposição dos valores emprestados, e como garantia, chama a si a título de hipoteca, o imóvel adquirido até à liquidez total da dívida.

## **1.5 BCI é mais solicitado que os outros para dar créditos de consumo**

*Jornal de Economia e Finanças* 30 de Janeiro de 2009

"Cria condições" e adiantamentos de salários são os créditos bancários mais solicitados pelos clientes do Banco de Comércio e Indústria (BCI), no quadro da resolução dos seus problemas de consumo.

Não obstante esses dois produtores serem os mais solicitados nos seus balcões, o BCI possui ainda outros géneros de créditos, tal como o de habitação, transporte, para a aquisição de material de construção e de equipamentos administrativos, entre outros.

Apesar de terem sido infrutíferas as tentativas feitas pelo JE no sentido de obter uma declaração junto da

administração do BCI sobre esta matéria, o nosso jornal apurou que, para aderir ao crédito, os clientes precisam apenas de cumprir com todos os requisitos estabelecidos pela instituição bancária. Eles passam pela apresentação de documentos devidamente autenticados.

Por exemplo, para aderir ao crédito "cria condições", cujo valor vai de USO mil a USD 10.000 (equivalentes em Kwanzas), reembolsáveis em 36 semanas, ou seja, em três anos, com uma taxa de juro mensal de 18%, o JE apurou que o cliente deve apresentar (caso esteja vinculado a uma empresa), uma carta dirigida ao banco, onde vem expresso o seu salário, comprovativo da entidade empregadora, termo de fiança passado pela empresa e uma fotocópia do Bilhete de Identidade.

Caso a empresa não se comprometa em assumir com as responsabilidades do trabalhador, o cliente pode aderir ao crédito, bastando apenas apresentar os documentos acima referidos, adicionando-se o termo de fiança de um outro trabalhador, mas que seja titular de uma conta no BCI.

Se o cliente pretender um crédito pessoal e não estiver vinculado a alguma empresa, ele deverá declarar, num documento devidamente reconhecido pelos serviços notariados, todos os bens que possui e deposita mensalmente na sua conta um valor a acordar com o banco.

Quanto ao adiantamento salarial, esta modalidade admite duas opções. Uma que é o adiantamento de um salário e meio, a liquidar-se em três meses, com uma taxa de juro mensal de 16%, e outra de salário líquido para até um ano, com uma taxa mensal de 18%.

No que toca aos créditos automóvel e habitação, o BCI só cobre até 70 % do valor do bem. O resto cai sob responsabilidade do credor. A justificação dada é que esses bens são demasiadamente caros e têm um período de vencimento muito longo.

O papel do fiador

Tal como em qualquer outro banco, no BCI também se exige sempre a mediação de um fiador, que será o responsável do credor em caso de incumprimento na liquidação da dívida.

Segundo ainda apurou o JE, o BCI se tem confrontado com muitos casos desta natureza, em que o credor, por qualquer razão, deixa de cumprir com as suas obrigações e o banco recorre à conta do fiador para proceder à respectiva liquidação.

Em caso de morte do credor, segundo ainda apurou o

JE, o fiador terá toda a responsabilidade em liquidar a dívida, razão pela qual o BCI exige sempre o termo de responsabilidade do fiador anexado ao processo e uma cópia do Bilhete de Identidade. Os documentos devem ser reconhecidos pelos serviços notariais.

Se o credor não estiver vinculado a uma empresa e no acto de contrato de adesão ao crédito se comprometer em liquidar a dívida, com o compromisso de depositar um valor mensal na sua conta bancária e falhe, os seus bens declarados no termo de contrato são confiscados, num processo solúvel por via judicial.

## **1.6 Créditos disponíveis pelos principais operadores são cada vez mais atractivos**

*Jornal de Economia e Finanças 30 de Janeiro de 2009*

A começar pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), além do crédito "BPC Escola", de USD 500, a instituição tem disponível em toda a rede de balcões o "BPC Poupança Mais".

Com um período mínimo de poupança de 30 dias, o cliente poderá utilizar sem aviso prévio um acumulado mensal no montante equivalente até USD 1000.

Para levantamentos de montantes superiores, apenas terá de avisar ao balcão com uma antecedência mínima de 24 horas. A novidade é que a conta "BPC Poupança Mais" está isenta de taxas de comissão para as operações de depósito e levantamento.

### **BPC Crescer**

Permite a que menores de 18 anos possam ser titulares de contas bancárias, constituídas pelos seus representantes legais. A conta poupança titulada por menores é movimentada por representantes legais, até que o menor atinja os 18 anos. Esta conta pode ser premiada no final de cada ano, entre outros incentivos, por sorteio entre os titulares. A abertura das contas pode ser feita em moeda nacional pelo valor mínimo de Kz 200 ou em moeda estrangeira (USD) pelo valor mínimo de USD10.

### **BPC Salário**

É outro produto do banco, destina-se a todos os clientes da instituição que sejam trabalhadores por conta de outrem e que o seu salário seja depositado pela entidade empregadora na respectiva conta de depósito à ordem. Este crédito tem como objectivo permitir a antecipação de uma parte do salário do trabalhador por conta de outrem, em qualquer dia do mês.

O título de empréstimo é reembolsável em até duas prestações mensais iguais, que é feito através da conta de depósito à ordem do cliente.

O montante a disponibilizar na conta pode ser igual a até 80% do salário líquido mensal ou do seu contravalor, que o titular da conta recebe da sua entidade empregadora, devendo ser expresso em moeda nacional.

### **Banco de Fomento Angola**

O Banco de Fomento Angola (BFA) possui vários tipos de créditos, entre os quais o Pessoal BFA. O cliente do BFA que pensa adquirir electrodomésticos, mobiliário, equipamento informático ou outros bens e procura um financiamento adequado ao seu plano de encargos mensais pode contar com o Crédito Pessoal BFA.

O banco tem total liberdade para comprar tudo o que alguém precisa. O montante é atribuído a pensar no caso do cliente.

O BFA oferece uma taxa de 12% ao ano. Esta taxa é válida para compra de mobiliário, equipamento informático ou outros bens de consumo. O Crédito Pessoal BFA tem um prazo até três anos, o que lhe permite obter prestações mais reduzidas. Ao subscrever um Crédito Pessoal BFA não paga qualquer tipo de comissão e fica isento da despesa relativa a abertura do dossier de crédito.

Em relação ao crédito Habitação BFA, o banco oferece uma taxa constante, revisível ao longo de todo o tempo do seu empréstimo, de 8% ao ano. Esta taxa é válida para compra de casa nova, usada ou financiamento de obras. O prazo alargado é de 15 anos, o que permite obter prestações mais reduzidas, enquanto o valor do empréstimo é de até 90% do valor da avaliação do imóvel ou do valor da aquisição/transacção.

Para a modalidade de crédito automóvel, a taxa é de 10% ao ano para clientes particulares. Para clientes empresas, o BFA atribui uma bonificação de 1 %, passando a taxa para 9% ao ano.

Prazo alargado – Financiamento até 60 meses para Particulares e 24 meses para Empresas;

Montante máximo – Financiamento até 90% do preço de venda do automóvel, valor expresso na factura pró-forma para clientes particulares e 85% para empresa;

Ausência de comissões – Ao subscrever um Crédito Automóvel BF A, não paga qualquer tipo de comissão e fica isento da despesa relativa a abertura do dossier de crédito;

Aprovação rápida – O BFA tem uma equipa de especialistas em Crédito Automóvel preparados para aprovar o pedido de crédito em pouco tempo.

Serviço personalizado – O BFA faz o acompanhamento de todo o processo, prestando todos os esclarecimentos sobre o procedimento de abertura de crédito, registo, seguros e informando-o sobre todos os trâmites legais o exemplo BAI

O Banco Africano de Investimentos (BAI) tem três modalidades de crédito (o automóvel, particular e Crédito Salário Mais): Para o crédito automóvel, é adaptável ao orçamento familiar e pode ser pago entre 12 a 60 meses. O beneficiário tem a possibilidade de carência inicial total de até dois meses. Nesse caso, o BAI financia 90% do valor da apólice anual do seguro. O cliente não necessita de um fiador.

O Crédito Salário MAIS é um empréstimo ao consumo para clientes trabalhadores por conta de outrem que recebam os salários no BAI. Os clientes podem usufruir de um crédito até 12 salários ou equivalente a USD 50.000, com condições flexíveis e taxas atractivas, e prazo de reembolso até 30 meses. Para ter acesso basta ser cliente do banco há pelo menos seis meses. Em relação ao Crédito BAI Habitação, o interessado tem uma participação de 15% do valor do imóvel a adquirir ou do custo da habitação a construir. Em caso de construção de habitação própria, é-lhe exigido a apresentação de orçamento de construção. O montante Mínimo do Crédito vai até 85% do valor de avaliação do imóvel.

O prazo de reembolso máximo é de 20 anos, período sujeito à negociação e às condições individuais de cada cliente.

Banco BIC

O BIC Crédito Fácil permite a aquisição de produtos ao consumo até Kz 1.200.000.

Em relação ao crédito habitação, o banco financia a aquisição, construção ou realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento. O prazo é de 35 anos, desde que não ultrapasse os 60 anos de idade.

## **1.7 Finanças presta atenção especial à solicitação de créditos adicionais**

*Jornal de Angola 31 de Janeiro de 2009*

O Ministério das Finanças vai prestar este ano uma atenção especial à solicitação de créditos adicionais, segundo a vice-ministra das Finanças, Valentina Filipe,

quando procedia ontem, em Luanda, à abertura do seminário sobre as regras de execução do Orçamento Geral do Estado para o presente ano.

Valentina Filipe apelou aos gestores para tomarem "cautela e responsabilidade" na realização das despesas previstas no OGE, numa altura em que o mundo enfrenta uma crise sem precedentes. O ambiente económico e financeiro obriga a uma utilização racional dos recursos financeiros. "É muito importante que se dê atenção ao cumprimento das regras de execução do OGE", sublinhou a vice-ministra.

Durante o seminário, destinado aos gestores públicos, são abordados temas sobre a execução da despesa pública, programação financeira, entre outros assuntos relativos à execução do orçamento do Estado.

O director nacional do orçamento, I Alcides Safeca, afirmou que o OGE deve reflectir toda a despesa pública, ao mesmo tempo que chamou a atenção dos gestores públicos para que se abstenham de realizar despesas acima do limite estabelecido. Alcides Safeca lembrou também a obrigatoriedade das unidades orçamentais canalizarem as receitas arrecadadas para a Conta Única do Tesouro e não para contas próprias.

## 2 MICROFINANÇAS

### 2.1 BPC tem 30 milhões de dólares para programa de micro-crédito

*Jornal de Angola 2 de Janeiro de 2009*

Banco quer reduzir este ano as grandes enchentes nos seus balcões. O Banco de Poupança e Crédito (BPC) prevê este ano elevar para 30 milhões de dólares o valor do micro-crédito para acudir as pessoas de baixos rendimentos.

A informação foi prestada pelo secretário do Conselho de Administração do Banco de Poupança e Crédito, António Panguila, no final de um encontro entre o presidente do Conselho de Administração, Paixão Júnior, e directores dos órgãos de Comunicação Social públicos e privados.

António Panguila considerou positivo o balanço das actividades de 2008 e para este ano anunciou a introdução dos bancos móveis, uma experiência que numa primeira fase está a ser executada em Luanda. Incluiu ainda a abertura de centros de empresas que têm estado a possibilitar um atendimento personalizado. Mesmo sem dispor de um crédito habitacional estruturado, assegurou que o BPC vai continuar a colaborar com o Governo no sentido de minimizar o problema dos empréstimos à habitação.

O secretário do Conselho de Administração do BPC anunciou para este ano o melhoramento e modernização das tecnologias de informação para evitar as frequentes quedas de sistema.

Anunciou ainda que este ano vão ser melhorados os indicadores de desempenho, a quota de mercado, a carteira de crédito, a formação dos funcionários e a rede de balcões vai continuar a aumentar para chegar o mais depressa possível a todos os centros urbanos do país e aos principais municípios das províncias.

António Panguila esclareceu que os investimentos na abertura de cada balcão variam entre 600 mil e um milhão de dólares, que entende serem valores elevados.

Com mais de 163 balcões em todo o território nacional, actualmente o BPC tem um capital social de 100 milhões de dólares.

### 2.2 Crédito bancário para cooperativas agro-pecuárias

*Jornal de Angola 13 de Janeiro de 2009*

Cooperativas agro-pecuárias com 5.000 membros do município do Lobito, província de Benguela, tiveram acesso a créditos bancários, em 2008, através do Banco Sol, informou o responsável da União Nacional de Camponeses Angolanos UNACA, António Kapingala.

António Kapingala elogiou a forma como as 30 cooperativas do Lobito cumpriram os reembolsos dos valores que recebem do banco, facto que tem contribuído para a consolidação da confiança entre os bancos e os associados.

A título de exemplo, António Kapingala disse que dos 275.466 dólares que as cooperativas receberam, já foram reembolsados 13"5 mil dólares. Fruto dos créditos bancários, as cooperativas prepararam mais de 4.000 hectares de terra, para a presente campanha agrícola.

Apesar dos avanços que se têm registado no relançamento da produção, António Kapingala informou que os camponeses ainda enfrentam problemas da falta de gado para trabalho de tracção e de charruas.

Para o responsável da UNACA, com mais apoios materiais, animais ou tractores e fertilizantes, os camponeses podem contribuir rapidamente para a erradicação da fome e da pobreza no seio das famílias angolanas.

António Kapingala disse que no presente ano económico, a UNACA vai intensificar o trabalho de sensibilização dos camponeses das comunas da Canjala, Egipto Praia, Biópio e Catumbela, no sentido de aderirem às políticas de associativismo.

O responsável da UNACA destacou as vantagens da constituição de cooperativas ou associações de camponeses porque este tipo de organização facilita ao governo e seus parceiros a ajudar as populações.

### 2.3 O Micro-crédito e Cooperativas temas de investigação científica

*Jornal de Angola 14 de Janeiro de 2009*

O "Micro-crédito e as Cooperativas como Ferramentas de Combate à Pobreza" é tema de um projecto de investigação científica que está a ser levado a cabo por um grupo de académicos, funcionários bancários e estudantes universitários. A intenção é fazer com que mais pessoas tenham acesso a este instrumento que promove o empreendedorismo, segundo o coordenador do projecto, Ângelo Canvula.

"Achamos que é pertinente trazer a terreno esta abordagem, na medida em que aumenta o auto-emprego e reduz o nível de pobreza.", afirmou Ângelo Canvula, acrescentando haver também necessidade de estabelecer uma posição de intermediário entre a população de potenciais beneficiários e os bancos.

O projecto visa despertar a população sobre os benefícios do micro-crédito e das cooperativas, os mecanismos de obtenção e reembolso e sensibilizar as instituições vinculadas com estes serviços financeiros a estarem próximas das comunidades rurais, e assim fomentarem auto-emprego.

A pesquisa destina-se também a gerar subsídios para o Governo pelo facto do "micro-crédito e as cooperativas" servirem de instrumentos para combate à pobreza.

Pretende-se também, com este trabalho, colher experiências em países com grandes referências em Micro-crédito e Cooperativas.

Estão programadas viagens para troca de experiências ao Bangladesh (Grameen Bank do Bangladesh) por ser uma instituição pioneira neste produto financeiro, ao Ghana (Amalgamated Bank Limited do Ghana) e manter contacto com instituições financeiras do Brasil.

, Para o coordenador do projecto, Ângelo Canvula, o novo conceito de crédito tem gerado grande sucesso, pois permite o desenvolvimento de pequenas empresas e proporciona às pessoas que têm acesso a esse produto, a possibilidade de gerar rendimentos.

Segundo Ângelo Canvula, o estudo vai abordar o micro-crédito e cooperativas por se tratarem de ferramentas úteis no combate à pobreza. O tema é parte do projecto intitulado "O Mercado Financeiro Angolano, seus Desafios e Avanços".

Inicialmente, o projecto é de pesquisa sobre matérias relacionadas com micro-crédito e as cooperativas em Angola, a experiência mundial e produtos que o sector financeiro angolano oferece, devendo mais tarde estender-se para outras áreas.

O projecto arranca no primeiro trimestre de 2009, através de contactos prévios com autoridades, bancos, cooperativas, universidades, igrejas, mercados e feiras.

O público-alvo do projecto são as comunidades rurais, tendo igualmente como fim o apoio e a valorização do empreendedorismo.

## **2.4 Linha de crédito vai colmatar dificuldades dos agricultores**

*Jornal de Angola 31 de Janeiro de 2009*

Ministro da Agricultura, Pedro Canga, reconheceu que a linha de crédito de 350 milhões de dólares, aprovada pelo Conselho de Ministros, vai colmatar as dificuldades que os agricultores enfrentam na aquisição dos materiais para a produção dos produtos agrícolas.

O ministro, que falava ontem no encerramento do conselho consultivo extraordinário do sector, afirmou que do valor 150 milhões de dólares é destinado ao crédito de campanha, do qual os produtores terão disponíveis até cinco mil dólares, e os restantes 200 milhões de dólares são destinados ao investimento. Aqui os beneficiários vão receber até 500 mil dólares.

Pedro Canga explicou que os pequenos e médios agricultores terão acesso aos créditos por intermédio do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e dos bancos comerciais, em função dos projectos apresentados e das suas necessidades.

O crédito de campanha é destinado a despesas correntes no início da actividade produtiva, como compra de sementes, fertilizantes, pesticidas e serviços, e é reembolsável em 10 meses, sem juros. O crédito de investimento é destinado à compra de equipamentos.

O ministro garantiu que existem condições favoráveis para apoiar os camponeses e os produtores a planearem as suas propostas de concessão de financiamento.

O conselho consultivo, que decorreu no Complexo Turístico do Futungo II, contou com a presença dos directores provinciais da agricultura e responsáveis da UNACA e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Florestas e Café.

O evento visou discutir as acções do programa executivo para 2009, com destaque para a atenção que deve ser dada ao uso racional dos recursos financeiros e a realização exclusiva das despesas orçamentadas.

# **3 MERCADO INFORMAL**

## **3.1 Multas e gasosas**

*Novo Jornal 09 Janeiro 2009*

DO OUTRO LADO da rua, depois de três voltas ao quarteirão, Matias consegue um lugar vago para estacionar a sua viatura de segunda mão recém adquirida. Com o que ele não se preocupou foi com o espaço vago que encontrou que era por cima do passeio. "Se os outros estão ali, porque não eu?" pensou. Depois de levar mais de quarenta e cinco minutos para ser atendido no banco, de volta ao carro encontra fiscais a averiguarem. "O senhor é o dono desta viatura?", indagou um dos agentes, que aparentava ser o chefe do grupo de quatro. "Sim, sou", respondeu.

"Por favor endireite a sua viatura para ser colocado no reboque" solicitou o fiscal. Nesta altura já o reboque fazia as devidas manobras para remover a viatura. Matias ficou sem acção, pois acabava de levantar 30.000 Kwanzas do seu salário pois queria fazer uma surpresa à mulher. Tentou defender-se mas a mão pesada da Lei estava contra ele. "Mas eu não sou o único no passeio, porque é que não levam também os outros?", perguntou. "Isto é problema nosso, o senhor está a transgredir a lei, os outros que esperem a sua vez" respondeu rusticamente o fiscal.

A multa rondava os 52.000 Kwanzas, com mais 30.000 Kwanzas para pagar a movimentação do reboque, totalizava mais de 80.000 Kwanzas, explicou-lhe outro fiscal de aspecto franzino e mais simpático do que o outro. Tentou argumentar, dizendo que havia chegado antes do reboque levar a viatura, e por isso, não achava justo pagar também pelo reboque. Ao que o fiscal retorquiu que apenas estavam a cumprir com a lei, e que se não estivesse satisfeito, que fosse fazer queixa.

Neste momento mil ideias passavam pela mente de Matias. Onde encontraria este valor maior que o seu salário para pagar em tão pouco tempo? E o como é que daria cobro a outros gastos? O primeiro fiscal começa a passar-lhe a multa com as devidas observações. O calor se fazia intenso, não se sabe se pela situação ou pelos raios do sol. "Vais mesmo deixar que te levem o carro?" perguntou o fiscal franzi no. "O que mais é que eu posso fazer, vocês não querem me entender", esclareceu. Depois de alguns minutos de argumentação o fiscal perguntou-lhe quanto é que ele estava disposto a dar para que a situação fosse amigavelmente solucionada.

Matias fez os cálculos rápidos e disse que daria 10.000 Kwanzas. O fiscal visivelmente irritado fez sinal ao homem do reboque para que levasse o carro. Matias não se deu por vencido e tentou convencê-lo dizendo que aumentaria um pouco mais. "Só te facilito se for a metade da multa" disse o fiscal, dando a entender que estava com pena de Matias. "40.000 Kwanzas, agora é

que a Maria me mata!" pensou este pai de três filhos.

O seu sonho de surpreender a esposa com aquela máquina de lavar que ela tanto queria foi por água abaixo. Mas deixar que levassem o carro seria mais complicado. Tinha dúvidas que o mesmo voltasse intacto, além da burocracia para pagar e levantar a viatura. Decidiu desprender-se dos 30.000 Kwanzas.

Convenceu o fiscal. Este disse-lhe que não podia "dar bandeira" no local e que o carro teria que ser levado na mesma, até à ilha de Luanda onde se encontra o parque da fiscalização. O carro foi levado e alguns minutos depois, a "multa" foi paga e Matias teve o seu carro de volta.

### **3.2 Preços de produtos alimentares estáveis no mercado informal**

*Jornal de Angola 9 de Janeiro de 2009*

Armazéns estão bem abastecidos e outras mercadorias chegam em Fevereiro

Depois da quadra festiva, os preços dos principais produtos referentes à cesta básica continuam estáveis no mercado informal. Numa ronda efectuada nos mercados Roque Santeiro, Kwanzas e Kikolo verificámos a estabilidade dos preços.

No mercado dos Kwanzas um quilo de açúcar custa 100 kwanzas, o mesmo no Roque Santeiro e Kikolo, o que dá mais segurança ao consumidor. "Durante as festas não aumentámos os preços porque a oferta era tanta que até hoje temos.

Ainda armazenados produtos que vão chegar até princípios de Fevereiro" disse uma vendedora de ovos do Roque Santeiro.

A tendência é de que nos próximos dias os preços baixem, porque existe pouca procura. Com esta dinâmica, segundo Cândida Rafael, vendedora do Roque Santeiro, vamos ter poucos lucros: "comprei uma grande quantidade de produtos para a quadra festiva e vendi muito pouco. Hoje tenho bens alimentares até ao mês de Março", disse.

Cândida Rafael vendedora do mercado há mais de 10 anos, sublinhou que 2008 foi o ano em que os preços se mantiveram mais estáveis no período da quadra festiva. Nos outros anos, nesta altura os preços disparavam. No seu entender, são sinais positivos de que a economia do país está a melhorar, dando ao consumidor maior segurança.

Elias Venâncio, vendedor do Kikolo, disse que no ano passado os armazéns estiveram fornecidos de bens alimentares em grande quantidade para que não houvesse escassez no mercado como os anos anteriores.

É de louvar este procedimento das autoridades, pois acabou com o mito de que os três primeiros meses do ano eram de fome. Nós temos muito produtos até Março", rematou.

(Enquadrar a notícia abaixo nas atitudes do Governo)  
O Entrepósito Aduaneiro de Angola garantiu em Dezembro último, existirem mais de 100 mil toneladas de produtos disponíveis nos seus armazéns para serem comercializados nos primeiros meses destes de países como Portugal, Tailândia, Vietname, Argentina e Brasil. No início deste ano chegam mais 40.000 toneladas de produtos perecíveis cujo prazo de validade ronda os seis meses, como a farinha de trigo e de milho.

O abastecimento alimentar está garantido na província de Luanda e nos postos do Entrepósito Aduaneiro de Angola localizados no Namibe, Huíla e no

### **3.3 Actividade ganhou maior importância nos últimos quatro anos, mas ainda não é regulamentada pelo Estado**

*Jornal de Economia & Finanças 9 de Janeiro de 2009*

Actividade ganhou maior importância nos últimos quatro anos, mas ainda não é regulamentada pelo Estado

Mais de 10 mil motos taxistas, vulgarmente conhecidos por "kupapatas", garantem diariamente a transportação de pessoas na província de Benguela, servindo de alternativa aos transportes públicos.

Trata-se de uma importante actividade económica na província, que começou a ser explorada na década de 90.

Ela cresceu significativamente, a partir de 2004, com a importação de diversificadas marcas de motorizadas oriundas da China.

Apesar da importância dos kupapatas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas cidades, a actividade ainda não foi regulamentada pelo Governo.

As motas não só registadas e não pagam qualquer tipo

de taxa de circulação. Para se tornar um kupapatas basta ter uma mota e colocá-la nas ruas.

A regulamentação da actividade, além de render divisas ao Estado, traria mais segurança tanto aos passageiros quanto aos motoristas. Alguns kupapatas entrevistados pelo JE defenderam esta medida.

"Nós gostaríamos de pagar as taxas, para circularmos devidamente, ou mesmo termos uma associação que salguarde os nossos interesses, mas ainda não tivemos uma posição por parte das autoridades", afirma Mário Satumba.

Com 50 anos, ele circula por Benguela transportando pessoas. "Temos feito um trabalho digno de referência e que realmente faz a diferença para a população", complementa.

Sistema de apoio

As matas complementam o serviço de transporte dos táxis. Mais rápidas e mais baratas do que os azuis e brancos, elas caíram na preferência dos benguelenses e dos moradores de outras províncias, como Huambo. A prática é mais intensa no município do Lobito, mais Benguela é a cidade em que os kupapatas possuem maior relevância pois os azuis e brancos não são suficientes para cobrir toda extensão da província.

Além da agilidade outra vantagem dos kupapatas é que elas circulam em locais em que os táxis não chegam. No Lobito, por exemplo os táxis circulam apenas no centro da cidade e nalguns bairros.

Luísa Tchissola, 30 anos vendedora do Mercado do Tchapanquale afirma que as motas chegam até a porta da sua casa, o que não acontece com os Hiace.

Elas são mais rápidas e não precisamos lutar para subir salientou Tchissola.

Motas chinesas

As motas na sua maioria de fabrico chinês, são comercializadas em Luanda a Kz 68 mil e Transportadas para Benguela.

A actividade representa o ganha-pão de mais de 15 mil jovens na província, que sustentam famílias com agregados numerosos.

Diariamente estes podem facturar entre mil a dois mil kwanzas. Tudo depende do fluxo de passageiros.

“O nosso ganho varia de dia para dia Algumas vezes facturamos mais em relação aos outros e chegamos e a

ter resultados no fim do dia. Mais em outros, o movimento é fraco “

Disse António Filipe, 28 anos, morador da bela vista, Bairro Novo, que se dedica a esta actividade a mais de seis anos.

### **3.4 O pão na rua**

*O País 9 de Janeiro de 2009*

O Mercado Municipal do Uíje ainda é o que foi, com mudanças mínimas. Um lugar que mostra o grande potencial agrícola da região e onde numerosas famílias têm assegurado o seu sustento.

As suas bancadas são um misto de ofício e história. Ali vende-se com a arte dos que descobriram, pelos seus próprios cantinhos e sem o empurrão de manuais de Economia Política ou de Gestão, que a qualidade deve primar em tudo. A qualidade do produto que se fornece e a qualidade do tratamento que se reserva ao cliente. Aí está o ofício.

A história vem incrustada em cada pedaço de ferro ou centímetro de argamassa que compõem as bancadas em cima das quais os produtos são colocados para venda. Em silêncio, cada um daqueles sólidos artefactos sabe de verdades que os mais humildes evocam com nostalgia e os mais pedantes escondem a sete chaves:

Por ali passaram, vendendo a solo ou acompanhando suas mães, filhos do Uíje que hoje são ministros, governadores de províncias, embaixadores, médicos, engenheiros, arquitectos, directores de jornais...

É por isso que quando se revisita o Mercado Municipal do Uíje, muitos de nós só a muito custo conseguem reprimir as lágrimas, na lembrança silenciosa e ao tempo palpitante, daqueles anos em que saltar da cama às 5 da manhã e sair da aldeia de bacía de agrião, banana ou abacate à cabeça, fazia parte de uma rotina só muito mais tarde compreendida na sua dimensão de tarefa árdua.

Hoje são mães alheias e outros filhos que repetem a experiência, no prolongamento de um ciclo que confirma que a vida, no fundo, é feita às voltas.

O Mercado do Uíje só mudou em dois aspectos visíveis: já não são europeus os clientes e os fiscais que andavam de banca em banca na rígida cobrança da taxa de um escudo por cada dia de vendas, ninguém os vê mais. Terá mudado, se calhar, o método de cobrança ou simplesmente ficou esquecido.

De pé permanecem muitas coisas.

Quase todas as do velho tempo. A que mais se destaca é a organização, que continua como sempre foi, alinhando-se os produtos em classes e categorias que facilitam a localização. As frutas, as verduras e tudo o que o campo produz, fazem mais de noventa por cento do volume de bens comerciável. Os preços chegam a ser bizarros de tão baixos, mas de outro modo não pode ser numa terra onde tudo se dá com uma abundância que surpreende os próprios deuses da fertilidade. Subir os preços significa não fazer negócio e arriscar -se a ver os produtos apodrecerem na despensa de casa.

A fama da inigualável qualidade dos produtos da terra vendidos neste Mercado com quase meio século de vida há muito superou os limites fronteiriços da província e é preciso ser mau turista ou "mão de vaca" para se ter coragem de terminar uma visita ao Uíje sem antes passar pelo mercado e encher-se de mimos comestíveis, que vão da banana ao abacate, da jinguba ao safú, sem esquecer as singularidades do catato, jitsombe e maracujá gigante. Só assim se sai da cidade com a certeza de que se atendeu ao apelo da lógica e da razão.

Tranças e sapatos

E se muitos fazem a vida na agitação das bancadas do Mercado Municipal, uns quantos asseguram o presente e com alguma sorte o futuro, em pontos inesperados da cidade. Não precisam de muito: apenas um pedaço de chão e a benevolência do céu. Um pouco de Mundo, como canta Paulo Flores.

Manuel Saldanha, que toda a urbe conhece pela alcunha de "Vida de Hoje", é um desses lutadores a céu aberto. O destino qui-lo com as pernas deficientes mas não lhe tolheu a habilidade das mãos nem a capacidade de criar.

Escolheu um canto estratégico na rua que desemboca no Estádio Municipal4 de Janeiro, passagem obrigatória de quem entra e sai da cidade pelo flanco sul, e rota também dos que procuram o inevitável Mercado Municipal. À vista de todos, montou sem montar nada, o seu atelier: conserta sapatos em final de carreira, ajeita sandálias surradas e retoca ténis vencidos pela fadiga de andanças sem horas. Faz, na verdade, de salvador dos desvalidos, cobrando-lhes verdadeiros "preços da igreja".

Gaba a sua formação na área, com diploma e tudo pendurado lá em casa. A sua forja foi o Centro Polivalente S. João Calabria, pertencente à Igreja Católica, onde durante um ano aprendeu os segredos da arte de calçar o semelhante. Há cinco anos que tem disponível



a sua oficina facilmente desmontável, por ser apenas um banco e o seu par de muletas, mais um modesto saco onde amontoa as encomendas dos clientes. Por estas semanas, a grande novidade são as sandálias feitas com pneus de camiões uma moda que "veio de Benguela e as pessoas querem muito" diz. Nos termos da terra, são as famosas "jihaias", que parecem reeditar o sucesso dos tamancos "à canoa" que fizeram a loucura do Uíje na década de setenta, no auge da música antilhana da cabeleira farta e das camisas coladinhas ao esqueleto. "Só cobro oitocentos Kwanzas por cada par, mas ontem mesmo subi para mil. É muita gente que quer comprar", explica o mestre "Vida de Hoje", entre sorrisos, à reportagem de O País.

Viver da vaidade alheia

A uns trezentos metros do atelier de rua para salvar calçados em crise, funciona outro negócio que dispensa a geometria das quatro paredes e um tecto. É a informalidade elevada ao extremo!

São sete mulheres que ganham a vida fazendo tranças e vendendo cabelo a quem acha que foi mal servido pela Natureza com a sua carapinha. "Mais ou menos faço tranças a três clientes por dia, quando o negócio está bom", diz Mafuta Inês, agarrada à cabeça de uma cliente que por sua vez fala, descontraída, pelo telemóvel. "com isso ganhamos uns três mil kwanzas/dia", acrescenta, com ânimo.

Elas, as sete mulheres, consideram-se a si mesmas sócias. Sê-lo-ão, certamente, apenas porque trabalham num mesmo local, mas a verdade é que cada uma atende individualmente as suas clientes e o que ganhar é seu, em absoluto.

Dão-se bem, são amigas e volta e meia contam piadas. Interrompem para o almoço, que acontece ali mesmo, à vista de todos e sem preconceito. "É o nosso negócio, o nosso ganha-pão", resume Sofia André, a menos conversadora das duas empresárias da trança que O País encontrou ao passar por esta firma sem endereço.

### **3.5 Fiscais do Governo Provincial de Luanda: Licença para pilhar**

*Jornal de Angola 10 a 17 de Janeiro de 2009*

Angola é um estado regido pela lei e a prática de crime é punida de acordo com a legislação em vigor. Nenhum cidadão tem de direito de infringir a lei do país, o que inclui a proibição de se apoderar do que é alheio... bem... todo o cidadão, excepto os fiscais do Governo Provincial de Luanda que, como já realcei uma vez, têm licença para pilhar.

O assunto que elegi, nesta semana, para abordar com "o meu próprio punho" não resulta de algo que me tenham contado ou de que tenha uma ideia vaga, mas sim daquilo que venho observando há vários meses, do meu posto de observação privilegiado, no caso, a minha casa. Na zona onde resido abunda os fiscais do GPL, que com a sua farda verde surrada pilham a seu bel-prazer, a luz do dia, os que caem nas suas armadilhas. Não posso descrever o que tenho assistido de outra maneira, é assim mesmo que acontece.

Os fiscais que vejo diariamente circulam com um bloqueado r de carros que utilizam para imobilizar os veículos que são mal estacionados, especialmente aqueles que são colocados no passeio. Até aí tudo bem. Entretanto, através da observação apercebi-me que os agentes ao serviço do GPL escolhem as suas vítimas a dedo. Eles observam onde o dono do veículo entra e só quando concluem que parou por breves instantes é que decidem bloquear o carro.

Quando o proprietário volta eles ameaçam que vão mandar rebocar o carro e dizem que a multa é de 50.000 Kwanzas. Depois disso, na maior parte dos casos começa uma acalorada discussão em que, regra geral, os donos dos veículos saem vencidos. Para não pagar a pesada multa, a opção é dar 50 dólares ao fiscal, que depois se despede com um sorriso. Devido ao meu trabalho pouco tempo no meu "posto de observação", mas já se deu o caso em que em duas horas vi os "guardiões da lei" facturarem 200 dólares.

Tal como vejo isso acontecer na zona em que moro já vi a mesma prática em outras áreas da cidade como o Kinaxixi, Coqueiros e Maianga, onde a pilhagem também é feita a luz do dia, com graves prejuízos para os cofres do Estado e dos cidadãos. Ora, se a intenção é acabar com o estacionamento irregular, esta via tem se revelado contraproducente porque esbarra na corrupção e só serve para engordar os bolsos dos fiscais.

Esta situação preocupa-nos a todos pois não podemos continuar a conviver com o mau comportamento de alguns automobilistas que estacionam nos locais mais inusitados, mas também não podemos continuar a ser roubados pelos fiscais. A causa deste problema está na falta de acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos agentes ao serviço do GPL e nos baixos salários e falta de condições de trabalho para os fiscais, um problema com o qual convivem há já algum tempo. Por outro lado, sei que muitos destes elementos foram expulsos da polícia por mau comportamento, inclusive por envolvimento em casos de corrupção, o que ajuda a

entender metade do problema.

Diante do que assistimos diariamente é preciso que quem de direito dedique maior atenção ao trabalho realizado pelos fiscais, que estes agentes beneficiem de acções de formação e que os seus salários e condições de trabalho sejam melhorados. Só desta forma poderemos combater as transgressões administrativas porque o que estamos a fazer com esta situação é promove-las.

Nós somos fiscalizados, mas o que aqui relatei obriga a uma pergunta: quem fiscaliza os fiscais? •

### **3.6 Armazéns da Terra Nova com as portas encerradas**

*Jornal de Angola 14 de Janeiro de 2009*

Os proprietários dos armazéns situados na Terra Nova, município do Rangel, vão ver as portas fechadas devido às obras de reabilitação e campanhas de limpeza que vão começar hoje, informou o administrador municipal do Rangel, Maciel Neto, em entrevista exclusiva ao "J A". Maciel Neto informou que o Governo vai tomar medidas para acabar com o mercado das pedrinhas e as vendas dentro das habitações porque segundo a Lei é proibido.

Segundo o administrador as pessoas já não estão a vender nas ruas porque fizeram as chamadas casas de processo. Nós estamos a fazer um trabalho integrado, que inclui a habitação, comércio e fiscalização. Mas no que concerne à habitação, a pessoas que têm casas alugadas ao Estado, têm contratos de habitação e não para fins comerciais."

Maciel Neto disse que a administração vai retirar os alvarás aos proprietários das casas, porque são fraudulentos.

"Nós temos provas de que alguns alvarás foram adquiridos de forma fraudulenta e como estamos atentos a estas situações, vamos encerrar essas casas comerciais". O administrador acrescentou que "são os próprios moradores que fazem os contratos com os proprietários dos contentores frigoríficos e sobre estes, a fiscalização da habitação vai actuar e os contratos rescindidos."

Todos sabem que a rua nunca foi lugar de comércio, diz Maciel Neto e acrescentou que "muitas zungueiras vendem com crianças nas ruas, no meio das moscas e da poeira, provocam graves problemas de saúde. Nós não vamos permitir que elas fiquem espalhadas nas ruas quando existem lugares nos mercados para vender, e

correrem riscos de vida. É nosso dever, como administração, velar por elas.

Gajajeiras com novo visual No dia 24 de Dezembro de 2008, a administração lançou uma campanha de limpeza em parceria com a associação dos comerciantes e empresários do município. Nas Gajajeiras, o fenómeno das "casas de processo" é notório, até mesmo os seguranças dos estabelecimentos comerciais fazem os seus negócios, vendendo espaço às quitandeiras, guardando e protegendo os seus produtos.

A administração retirou todos os obstáculos da via pública e das fachadas dos principais estabelecimentos comerciais. "Criámos uma brigada para limpar as ruas. Tirámos tudo quanto era lixo", disse o administrador.

As zungueiras reclamavam os produtos que foram levados durante a madrugada, pela equipa de limpeza organizada pela administração. "Nós vivemos longe e deixámos os nossos produtos com os seguranças, porque levá-los para casa já não dá. Agora a administração levou tudo. Não temos outro meio de sobrevivência a não ser este", disse a zungueira Maria de Lurdes. Fátima Sapalo também reclama das mercadorias que foram levadas durante o trabalho de limpeza realizado pela administração. "Eu só quero o meu negócio. Não tenho como dar de comer aos meus filhos se não vender. Nós também costumamos participar nas campanhas na limpeza, não sei porque não nos querem aqui, se nos mercados não há lugar para todos."

Os produtos recuperados foram entregues às proprietárias, mas como a sua actividade não é legal, foram obrigadas a pagar uma multa no valor de 55.000 mil kwanzas para resgatarem o seu negócio. Os produtos não reclamados foram entregues ao Lar da Terceira Idade, Beiral.

O administrador revelou que para além das zungueiras, alguns comerciantes estrangeiros também pactuam com a desordem. Dois comerciantes, um de nacionalidade chinesa e outro de nacionalidade indiana, foram detidos por desobedeceram às ordens da administração, informou Maciel Neto, que acrescentou que os emigrantes foram apanhados em flagrante com um camião nas Gajajeiras, quando tentavam descarregar um contentor: "mas não foram só eles para a cadeia, angolanos também foram detidos".

Ruas sem esgotos

A administração fez sair uma circular a proibir a abertura de armazéns e a actividade comercial na zona das Gajajeiras para permitir o trabalho de limpeza e

obras. Maciel Neto revelou que os munícipes que residem na zona, ficaram satisfeitos com a intervenção da administração. "O nosso trabalho foi feito de madrugada e os moradores vieram apoiar. No dia seguinte, vários moradores bateram palmas porque viram as ruas limpas, sem lixo, moscas ou mosquitos. Por isso é que esta operação vai continuar, para não permitir que as zungueiras vendam nesta zona".

Maciel Neto, administrador Municipal do Rangel, disse que a sua administração está a retirar todas as bancadas de vendas que estavam em frente aos estabelecimentos comerciais, com a conivência dos próprios empresários e dos agentes de segurança privada que guardam os estabelecimentos. "Retirámos todas as mercadorias que se encontravam sobre a protecção dos agentes segurança", disse Maciel Neto. Segundo o administrador, a administração vai penalizar os comerciantes que deixarem lixo nas margens dos seus estabelecimentos, dando uma visão negativa ao município. "Nós temos um programa de intervenção municipal na área da limpeza urbana e vamos cumpri-lo".

Os moradores do Rangel dizem que as ruas estão a ser reparadas, mas sem esgotos. Maciel Neto explicou que construção de ruas sem esgotos "faz parte de um sistema moderno de construção, porque têm uma drenagem superficial, por isso é que são feitos estudos topográficos. Eu compreendo a situação dos munícipes, porque não estão a ver esgotos. Mas se a rua for bem feita, tem sempre um declínio para escoar a água da chuva", garantiu.

### **3.7 Polícia declara guerra à venda ilícita de combustíveis**

*Jornal de Angola 15 de Janeiro de 2009*

Municípios os fronteiriços do Zaire são os mais afectados. Autoridades vão também apertar o cerco à comercialização de medicamentos falsos.

A Polícia Económica da província do Zaire preconiza para este ano o combate contra a venda ilícita de combustíveis e lubrificantes na via pública e mercados. No Zaire, o fenómeno ganha corpo nos municípios que partilham a fronteira com a República Democrática do Congo.

Soyo, Nóqui e Mbanza Congo são os mais afectados. O Soyo é um dos pontos de escoamento de combustível, através de um afluente do rio Zaire, para a região do Baixo Congo, onde existe o porto artesanal Kimbumba. Este cenário repete-se em Nóqui, fronteira com Matadi, a capital portuária congoleza. Em Mbanza Congo também existem numerosos canais clandestinos.

As mercadorias transpõem as fronteiras ilegalmente. De acordo com declarações do director da Polícia Económica no Zaire, o superintendente António João Silvino, a sua instituição, além dos combustíveis, vai igualmente "apertar o cerco à comercialização de medicamentos falsos, em todas as fronteiras da região".

António João Silvino disse que o trabalho de fiscalização é extensivo ao exercício ilegal da medicina e à venda de medicamentos em locais impróprios. A Polícia Económica vai também fiscalizar as empresas de construção e vigiar a sua situação tributária.

**Circuitos ilegais**

A venda ilegal de combustíveis tende a ganhar proporções perigosas. Pascoal Panzo, funcionário público, disse à nossa reportagem que "a venda ilegal de qualquer produto prejudica os esforços do Governo para regularizar a vida das populações".

Luzolo Maria, comerciante, explicou que um tambor de 250 litros de gasolina é adquirido no Soyo ao preço de 16.000 kwanzas, o de gasóleo varia entre 8.300 e 8.800 kwanzas, enquanto o tambor de no iluminante é vendido a

Cerco comercialização de medicamentos falsos, em todas as fronteiras da região". António João Silvino disse que o trabalho de fiscalização é extensivo ao exercício ilegal da medicina e à venda de medicamentos em locais impróprios. A Polícia Económica vai também fiscalizar as empresas de construção e vigiar a sua situação tributária.

**Circuitos ilegais**

A venda ilegal de combustíveis tende a ganhar proporções perigosas. Pascoal Panzo, funcionário público, disse à nossa reportagem que "a venda ilegal de qualquer produto prejudica os esforços do Governo para regularizar a vida das populações".

Luzolo Maria, comerciante, explicou que um tambor de 250 litros de gasolina é adquirido no Soyo ao preço de 16.000 kwanzas, o de gasóleo varia entre 8.300 e 8.800 kwanzas, enquanto o tambor de petróleo iluminante é vendido a 9.500kwanzas.

O negócio é mais rentável na província congoleza de Boma e na capital, Kinshasa, onde o tambor de 250 litros de gasolina é comercializado a 150 mil francos, o equivalente a 20.000 Kwanzas.

Segundo Luzolo Maria, os 250 litros de gasóleo adquiridos no Soyo são vendidos no Congo Kinshasa a 100.000 francos, o que equivale a 13.300 Kwanzas. Os

mesmos 250 litros de petróleo iluminante são negociados a 110.000 francos.

A Sonangol regularizou o processo de venda do combustível na região, com a criação de postos de revenda do petróleo iluminante, ao passo que o gasóleo e a gasolina são vendidos nas bombas de combustível.

#### Produtos caducados

A Polícia Económica desconhece os canais específicos de venda ilegal de gasóleo e gasolina no mercado artesanal de Kimbumba, onde cidadãos nacionais e congoleses transformaram o processo num autêntico negócio que engorda os bolsos de alguns, mas prejudica a maioria dos automobilistas que para abastecerem as suas viaturas nas bombas, permanecem em filas horas a fio.

O jornalista Luís Mama na diz que o problema da venda ilegal de combustíveis já tem muitos anos e é bom que a Polícia Económica acabe com o negócio.

O director da Polícia Económica no Zaire, António Silvino, lamentou o comportamento de alguns comerciantes que, durante a quadra festiva, tentaram vender à população, quantidades enormes de refrigerantes caducados, desde Mês de Abril do ano passado.

A pronta intervenção dos agentes no mercado paralelo resultou na retirada de todos os produtos que tinham expirado o prazo de validade. O director da Polícia Económica denunciou a notificação de 94 casos criminais que resultaram na detenção de 63 comerciantes dos quais 14 estrangeiros, e 250 infracções.

"A população deve ter cautela, com as datas dos produtos, devido ao comportamento de alguns comerciantes que se interessam mais pelos lucros fáceis, em detrimento da preservação da saúde humana", disse o superintendente António Silvino, que pediu aos consumidores para denunciarem os comerciantes que estejam a agir à margem da lei.

"A população deve colaborar com a Polícia Económica denunciando estes comportamentos, através do terminal telefónico

924.62.54.20, revelando o estabelecimento onde o produto impróprio foi comercializado para nós agirmos de imediato", disse António Silvino.

#### Crimes mais frequentes

Os crimes mais frequentes detectados pela Polícia Económicas na última semana são de especulação, com

28 casos, o aproveitamento de obra alheia com 22 casos, o exercício ilegal de funções públicas ou profissão titulada com 13 casos, telecomunicações com nove e exercício ilegal de actividades farmacêuticas com seis.

Fruto deste trabalho, a corporação instrui e remeteu a apreciação do Ministério público junto ao tribunal 94 processos que culminaram em 39 julgamento.

O director da polícia Económica disse que ao longo do ano de 2008 foram apreendidas mercadorias e moedas estrangeiras cuja apreensão resultou do combate á contrafacção cambial.

### **3.8 Venda ilegal de livros escolares na mira da polícia Económica**

*Jornal de Angola 28 de Janeiro de 2009*

A venda ilegal de livros escolares nos mercados e nas ruas vai este ano merecer maior atenção da Direcção Nacional de Inspeção e Investigação da Polícia Económica que está a levar a cabo um trabalho de desmantelamento dos fornecedores de material didáctico aos mercados, informou em entrevista exclusiva ao "Jornal de Angola", Cristiano Francisco, chefe do departamento nacional de inspecção da Polícia Económica.

Cristiano Francisco comunicou que este ano lectivo os livros vão ser gratuitos para os alunos do ensino primário, "mas já existem pessoas a fazer distribuição desses livros a vendedores de rua e mercados, fazendo com que os encarregados de educação adiram em massa à sua compra. Nós estamos a criar mecanismos para acabar com esta rede ilegal. Vamos acabar com esses malfeitores que a todo custo interrompem o trabalho do Governo", disse Cristiano Francisco.

O chefe do departamento nacional de inspecção da Polícia Económica alerta os encarregados a não comprarem os livros escolares nos mercados informais. "Este ano, os alunos vão receber livros gratuitos. Não há necessidade dos pais comprarem na rua".

Por outro lado, Cristiano Francisco revelou que no ano passado foram detectados 1.136 infracções contra a saúde pública a nível nacional, dos quais resultaram 683 cidadãos nacionais detidos e 45 estrangeiros. Os detidos são acusados de exercer ilegalmente a actividade farmacêutica, profissão sem título, venda de medicamentos com o prazo expirado e atentados contra a genuinidade de géneros alimentícios.

. A fiscalização actuou em 124 postos médicos e em 90

farmácias. Dessas inspecções resultou a detenção de 11 cidadãos que exerciam a actividade médica sem estarem habilitados para o efeito. Entre eles estão dois cidadãos nacionais e nove estrangeiros, dos quais três brasileiros e seis congolezes. Foram também detidos 252 cidadãos que exerciam a actividade de enfermagem e 28 técnicos de farmácia, sem licença.

Cristiano Francisco acrescentou que durante o ano de 2008, foram realizadas também visitas de inspecção e fiscalização, tendo-se constatado 26.716 infracções"destacando-se 4.019 por falta de boletins de sanidade, 3.444 por falta de estrutura de cálculos de preços, 3.434 por falta de documentos de aquisição, 2.789 por falta de afixação de preços e 2.341 por falta de asseio e higiene.

### **3.9 Um olhar ao mercado do Catintom**

*Agora 31 De Janeiro de 2009*

Situado na Comuna do Cassequel, Catintom Praça Nova 1º de Agosto é, à semelhança dos demais mercados existentes em Luanda, a fonte de sustento de muitas famílias que não têm outra forma de ganhar o pão de cada dia, devido ao número reduzido de empregos.

O mercado ganhou fama nos últimos tempos razão porque até pessoas de outros municípios de Luanda para lá se deslocam com o objectivo de fazer compras ou vender os seus produtos.

O local, a Céu aberto, é uma propriedade da empresa SPCIL, Lda da qual é sócio Eduardo Fernando. Estes vendedores foram acolhidos ali depois de terem sido "apeados" do então Parque do Rocha Pinto.

Na altura, segundo apurou o AGORA, o processo de evacuação dos vendedores para novos locais, Pardal, na Samba e Catintom, esteve sob coordenação de Pedro Afonso, em representação da administração municipal. É com este senhor que a empresa SPCIL manteve o elo de ligação na altura em que estavam a criar as condições para a recepção dos vendedores.

As coisas corriam bem para a alegria dos beneficiários até a altura em que começaram a ser questionados os direitos de exploração, isto, após o despedimento, por indisciplina, de António Laurindo a quem se juntaram Eugénio David Jinga e Noé Cristóvão, despedidos por abandono de lugar.

De lá para cá começou a campanha de difamação como a apropriação do mercado por parte de Eduardo

Fernando.

Como se não bastasse, a investida deste trio também se consubstanciou no aliciamento de alguns trabalhadores da SAFCIL, nomeadamente Manuel Gomes, Manuel Vieira e Domingos Kassanga, mas sem êxito.

Segundo pudemos apurar, as informações sobre a existência de uma alegada associação para a construção do mercado são falsas.

Tratam-se, porém, de pessoas integradas nos trabalhos individuais. As mesmas procuravam uma ocupação nos locais onde foram acomodados os vendedores transferidos do Parque, e António Laurindo é um destes, que mais tarde foi admitido nos quadros da empresa acima citada.

O AGORA apurou, por outro lado, que os direitos de exploração do mercado em causa são reconhecidos pelas estruturas de direito e mensalmente as taxas são depositadas nos cofres da administração municipal, não existindo, no entanto, "procedimentos ilícitos e fraudulentos", como se propaga aos quatro ventos.

# 4 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

## 4.1 Descentralização financeira melhora gestão municipal

*Jornal de Angola 2 de Janeiro de 2009*

Municípios de todo o país conseguiram um fundo de apoio à sua gestão em 2008. O propósito do Governo Central é dotar aquelas circunscrições administrativas de recursos financeiros adequados para resolver com rapidez e eficácia problemas urgentes susceptíveis de contribuir para melhorar o bem-estar das populações.

A decisão de instituição do fundo, tomada por decreto do Governo numa reunião do Conselho de Ministros no início de 2008, abrangeu inicialmente administrações de 68 municípios e contempla uma verba anual no valor inicial de cinco milhões de dólares para cada administração municipal. Anualmente, o fundo é dotado de novos valores, de acordo com as necessidades de desenvolvimento dos seus programas de intervenção municipal.

O acesso às verbas faz-se mediante a assinatura de um contrato-programa. O fundo é uma conta bancária, aberta em nome de uma administração e que é suportado por um programa de intervenções municipais. Os municípios abrangidos são unidades do Orçamento Geral dos Estado para o ano em curso e correspondem a cerca de 80% da população do país.

Ainda em matéria de administração local do Estado, o Governo iniciou no município do Cazenga, em Luanda, um projecto de requalificação de algumas cidades do país. O projecto compreende a edificação de novas habitações sociais, estradas espaços verdes, áreas de comércio

José Eduardo dos Santos, assumiu o compromisso do Governo de erguer em todo país, nos próximos quatro anos, cerca de um milhão de fogos habitacionais, no quadro do Programa Habitacional Executivo 2008-2012.

Partindo do pressuposto de que cada fogo fique à volta de 50 mil dólares, o Presidente da República estima que o Governo pode precisar de cerca de 50 mil milhões de dólares para executar a obra. Da República Popular da China, onde esteve duas vezes em 2008, José Eduardo dos Santos recebeu garantias de apoio nesta área.

O sector primário (agricultura) registou ganhos em 2008. As províncias do Huambo, Uíje, Zaire, Moxico e Kuando-Kubango vão ter Estações de desenvolvimento Agrário. O projecto compreende o apetrechamento das cinco estações de desenvolvimento agrário. O compreende o apetrechamento das cinco estações de desenvolvimento agrário e a instalação do centro de formação e Treino em Estruturas e desenvolvimento Rural no município do Bailundo (Huambo).

No Bengo, Kwanza-Norte, Benguela, Moxico, Cabinda, Huíla, Namibe e Cunene vão ser instalados sistemas de frio para a conservação e congelação de produtos agrícolas. A intenção é proteger a produção nacional, reduzir as perdas pós-colheita, aumentar a renda dos agricultores e camponeses, garantir o aumento da produção, a salubridade dos produtos e sobre tudo e, sobretudo, a defesa da saúde pública e da segurança Alimentar.

A economia mundial está em crise e o Governo, para prevenir que as consequências tragam problemas à economia nacional, decidiu criar, em 2008, o Fundo Soberano Angolano. Este mecanismo vai garantir a gestão eficiente dos recursos do país e protegê-lo das vulnerabilidades externas e dos ciclos económicos conturbados. O processo de criação está a ser cuidado por uma comissão instaladora.

A economia nacional beneficia do facto de Angola não possuir aplicações em produtos de risco no mercado financeiro internacional, mas intervenção diplomática do Chefe de Estado angolano, depois do reacender no país de um conflito armado entre as forças governamentais e os rebeldes leais ao general dissidente Laurent Nkunda.

O diferente do que até agora opõe a República Árabe Saharaui (RASD) e o Reino do Marrocos em relação ao Sahara Ocidental consumiu parte da agenda do Presidente da República. Primeiro um emissário do Presidente da RASD, Mohamed Abdelaziz, consultou o Chefe de Estado angolano, depois o Rei do Marrocos, Mohamed VI, indicou o embaixador em Angola daquele país árabe para consultar a posição de Angola sobre a forma como entende que pode ser resolvido o conflito no Sahara Ocidental.

Em matéria de integração regional, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos assumiu a Presidência rotativa da Comissão do Golfo da Guiné. A organização, que integra oito países africanos (Angola, Nigéria, República Democrática do Congo, Congo-

Brazzaville, São Tomé e Príncipe, Gabão, Camarões e Guiné Equatorial), traçou em Luanda os desafios sobre a cooperação recíproca na região que é considerada a segunda maior reserva de petróleo, depois do Médio Oriente.

No plano da cooperação externa, O Presidente da França, Nickolas Sarkozy, veio a Luanda, em 2008, propor uma aliança com o Governo angolano, baseada nos princípios do respeito mutuo, parceria de I igual para igual e satisfação dos interesses recíprocos.

Na se segunda visita de um Estadista francês a Angola depois de jacques chirac, Nickolas Sarkozy reconheceu que houve mal entendidos nas relações bilaterais que magoaram o presidente da republica de Angola e que sua visita teve como propósito “virar a pagina dos desentendimentos registados na cooperação “

Outro destaque vai para a cooperação com a República popular da china, onde o presidente da Republica conseguiu garantias de concessão de novos crédito de cerca de cinco biliões de dólares.

## **4.2 Descentralização Municipal**

*Novo Jornal 9 de Janeiro 2009*

ESTE será o ano de teste do ambicioso programa de descentralização do orçamento de 65 dos 163 municípios do país. Para já, todos os eleitos vão receber a mesma quantia, cinco milhões de dólares em moeda local, o que desagrada alguns tal é a disparidade entre eles. Como colocar no mesmo nível municípios como os do Lobito, Huambo e Lubango e os de Catete, Cacuso (Malanje) e Xangongo (Cunene), sem qualquer desprimor para estes?

Mas os proponentes da medida admitem que este é apenas o primeiro passo para a verdadeira autonomia financeira das autarquias. E por falar em autarquias, para quando é que estão previstas as eleições autárquicas?

## **4.3 Descentralização administrativa e coesão nacional**

*O Independente 10 de Janeiro de 2009*

Dentre eles destacamos: a escassez de recursos humanos mínima mente qualificados para o desempenho da função da gestão local e de prestação de serviços à população, falta de comunicação entre as estruturas do poder central, as províncias e os municípios, resultante do fraco desenvolvimento das comunicações, mas também da indefinição institucional

e da falta de capacidade de resposta dos sectores ministeriais. A isto acresce-se a reduzida amplitude da jurisdição do poder judicial, impondo-se o poder tradicional na resolução dos conflitos, na base do direito consuetudinário.

Até há bem pouco tempo, incluía-se também o problema da indefinição de competências, como resultado da dupla subordinação das delegações provinciais (órgãos desconcentrados dos Ministérios) aos governos provinciais e aos Ministérios a que pertenciam. Na prática reconhecia-se um regime altamente centralizado, a todos os níveis da administração: técnico, financeiro e administrativo.

Em 2008 verificou-se a implementação faseada de um programa que visa garantir maior autonomia às administrações municipais. Este facto está na base da elaboração de

3lguas orientações no sentido da desconcentração administrativa, e que tiveram recentemente expressão num novo arranjo institucional para a estrutura de decisão dos governos Província, que se concretizou na aprovação do Decreto-Lei sobre a Orgânica dos Governos Provinciais e das Administrações dos municípios e das províncias, ficando o Ministério da Administração do Território investido da função de acompanhamento e controlo das medidas e determinações do Governo no que se refere às suas relações com a administração local.

A solução de transformar as delegações provinciais dos Ministérios em Direcções Provinciais, na dependência directa do Governador da Província (mantendo a dependência técnica em relação ao Ministério), vem criar condições para uma coordenação mais eficaz, por parte dos governos da província, nos domínios do planeamento e da gestão orçamental.

Estas alterações na estrutura orgânica serão acompanhadas de outras medidas que vão convergir para o reforço da desconcentração administrativa. Sublinha-se a reestruturação das finanças locais (conferindo aos governos provinciais a prerrogativa de cobrança de taxas e licenças) bem como a criação de condições para o aumento da mobilidade dos quadros da administração pública e a sua fixação nas províncias, como dois factores de grande importância na revitalização dos órgãos do poder local.

## **4.4 Ministro Fontes Pereira decepciona muncípes do Rangel**

*Folha de 8 10 de Janeiro de 2009*

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, visitou, no final do ano passado, os municípios que compõem a província de Luanda, com o objectivo de avaliar o grau de implementação dos programas de gestão e intervenção municipal. No balanço final, Fontes Pereira manifestou-se satisfeito com os trabalhos, mas alguns munícipes se sentiram descontentados.

A decisão de o ministro fiscalizar o andamento das obras merece aplausos e motiva críticas aos deputados, pois fiscalizar as obras do governo é uma das suas principais tarefas, a par da elaboração de propostas de lei.

A falta de iniciativa para a elaboração de novas leis foi um dos pontos mais fracos da passada legislatura que se espera vir a ser superada, consideravelmente, pelos novos deputados.

No que tange à fiscalização, se se tiver em conta o facto de, agora, deixarem Fontes Pereira os antecipar, deixa a entender que os deputados, sobretudo os na oposição, Desde que tomaram posse, os deputados ainda não se deslocaram a municípios que beneficiaram dos 5 milhões de dólares para o programa de gestão e intervenção da administração.

Quem teve a preocupação de fiscalizar foi Virgílio de Fontes Pereira, praticamente o dono das respectivas obras. Esta condição pode inibi-lo de, publicamente, dizer que as coisas vão mal. Os diferentes munícipes acreditam que, por isso, no final da visita, o governante, disse que as coisas vão bem.

"O mais importante é o grande esforço que está a ser feito para recuperar a dignidade e as condições de habitabilidade dos munícipes", revelou, no final da visita ao município do Rangel, onde admitiu haver estrangulamentos e problemas estruturantes, cuja intervenção está além das capacidades e competências da administração municipal.

Apesar de dizer que ficou com "uma impressão confusa" sobre a implementação do programa de gestão e intervenção municipal no Rangel, o parecer de Fontes Pereira pouco agradou aos munícipes, acreditam que o governante foi enganado ou não quis manifestar, publicamente, o que concluiu. Fontes Pereira reconheceu ser necessário "fazer alguma coisa para equilibrar mais as condições de vida da população", argumentando a capacitação da administração municipal implicar uma gestão integrada do município, nomeadamente do orçamento, das competências da administração, clarificação daquilo que deve ser competência do Governo da Província e a capacitação de

recursos humanos.

No quadro do processo de descentralização dos municípios, aprovado no passado ano pelo Governo, Rangel é um dos que beneficiaram, na experiência piloto, de 5 milhões de dólares para a execução de projectos de intervenção na experiência.

Com o referido valor, as administrações devem dar solução aos problemas nos domínios das águas, saneamento básico, recuperação das vias secundária e terciárias, iluminação pública, ordenamento e cadastramento dos municípios.

No Rangel, a problemática da iluminação pública conheceu melhorias, em virtude de a maioria das ruas estar iluminada, o que contenta os munícipes. O referido cenário ajudou a reduzir aos índices de criminalidade naquela parcela da capital do País.

As principais críticas dos populares rendem-se com a incapacidade da administração recuperar as secundárias e terciárias. Em muitas das ruas eleitas para beneficiarem de intervenções, as máquinas e homens desapareceram sem os trabalhos terminarem. As três ruas eleitas do bairro da Terra Nova são um exemplo disso.

Num encontro organizado pela administração do bairro, os responsáveis da empresa Casa Kebo, que está com a empreitada, explicaram que as obras tinham parado por falta de material tendo prometido que, no princípio do mês de Dezembro, retomariam os trabalhos, mas não aconteceu.

O tempo de paralisação danificou os resultados positivos das intervenções iniciais. As ruas que tinham sido terraplanadas ganharam ondulações mais incómodas em relação às que não receberam intervenção. Em outras palavras, é dizer que, quando se retomarem os trabalhos, começarão praticamente do zero.

Além disso, nalgumas ruas, a empresa, cuja competência é posta em dúvida pelos munícipes, deixou muitos esgotos abertos e buracos os que podem transformar-se em perigo para os automobilistas.

Cenário das ruas da Terra-Nova assemelha-se com das restantes do município eleitas para serem intervenionadas, sobretudo as entregues à Casa Kebo que, antes da intervenção das obras no Rangel, empresa se destacou no ramo do comércio, o que leva algumas vozes a duvidarem da competência e capacidade da mesma no que tange à intervenção em obras de



estradas.

As empresas nacionais devem beneficiar de oportunidades, mas é preciso não abusar", argumenta um dos munícipes do Rangel. Na sua visita, o ministro Fontes Pereira admitiu haver problemas estruturais no município do Rangel, que carecem de uma intervenção que está além das capacidades e competências da administração municipal.

A referida realidade não se impõe a todos os bairros, o que quer dizer que Maciel Neto e sua equipa poderiam ter feito muito mais, ou melhor, alguma coisa, pois não foi feito, praticamente, nada disso no que diz respeito à melhoria das vias públicas.

#### **4.5 Descentralização financeira exige criação de inspeções**

*Jornal de Angola 12 de Janeiro de 2009*

O governador da província do Kwanza-Sul, Serafim Maria do Prado, anunciou, ontem, no Sumbe, que o seu executivo vai melhorar os instrumentos de inspeção para otimizar o plano de execução orçamental durante este ano.

Serafim do Prado falava diante de membros do governo, entidades religiosas e da sociedade civil, por ocasião dos cumprimentos de fim-de-ano e defendeu que a descentralização financeira do Estado ao nível municipal proporcionou melhorias substanciais na qualidade de vida das populações, mas afirmou que deve haver a qualificação institucional e de quadros para o melhor desempenho na execução orçamental deste ano.

De acordo com Serafim do Prado, a província do Kwanza-Sul tem condições excelentes para alcançar resultados imediatos, rumo ao desenvolvimento, pelo que as suas potencialidades têm de ser exploradas com dinamismo.

"A nossa província tem recursos para obtermos resultados imediatos no desenvolvimento social e económico, bastando para isso que tenhamos dinamismo", disse, acrescentando que tem de haver maior celeridade na execução das políticas do Governo para que seja cumprido o seu programa.

Serafim do Prado disse ainda que durante este ano vão ocorrer mudanças em alguns sectores, administrações municipais e comunais, no âmbito da rotatividade de quadros e sublinhou que o reenquadramento ou recolocação em alguns casos vai ser adequada ao perfil académico e profissional.

O governador do Kwanza-Sul apontou os sectores da

saúde, educação, água, saneamento, energia, agricultura e comércio como sendo os que vão merecer maior atenção durante este ano.

Serafim do Prado garantiu que vai continuar o diálogo com a sociedade civil, de forma a conseguir o seu contributo na identificação e resolução dos problemas.

No seu discurso, o governador apontou como importante a expansão dos bancos comerciais, cujos frutos são sentidos nos pólos de desenvolvimento da província e exortou para maiores investimentos do sector privado no desenvolvimento e bem-estar das populações.

A província do Kwanza-Sul tem em execução vários projectos cooperativos que foram financiados pelo micro-crédito.

#### **4.6 O Bairro Popular em 2008**

*Folha 8 17 de Janeiro de 2009*

Cinco milhões de Dólares é o montante que foi injectado pelos municípios ( frase sem sentido procurar o Jornal) para esses poderem superar as dificuldades mais candentes que graçam a vida dos respectivos residentes. Isto aconteceu nos últimos do ano passado, mas até a data, pouco ou nada se fez, a extensão de todo o país. Como está sendo gasto os 5 milhões, impossível de se saber.

Bairro popular, um bairro anteriormente denominado (Neves Adão Bendinha), ou se preferirem: "Neves Bendinha", é um bairro atípico. Nele encontramos, escolas (da primária ao ensino médio), Igreja, Parque infantil, Cine,

mercado, Campo de futebol, o que noutros bairros, não é o caso. Apesar dos 5 milhões de Dólares, enfrenta muitos problemas tais como: a precariedade do Saneamento Básico.

Em quase todas as ruas; não existem esgotos ou valas de drenagem. Os poucos esgotos que existem já não funcionam a bastante tempo, o que está a provocar grandes transtornos aos moradores. Quando chove as ruas tornam-se intransitáveis tanto para os automobilistas como para os peões. Exemplo da rua dos Manecos, por falta de esgotos, as águas vão irromper defronte do Cef Hotel. O estado deplorable da rua da Gabela não deixa de constituir uma tremenda vergonha para o bairro.

Esta rua que parecia estar a beneficiar de trabalhos com vista a superar os problemas dos buracos, piorou depois da intervenção dos chineses que destruíram o sistema de esgotos que já funcionava mal. Ao nivelarem

a mal ao seu jeito, esqueceram-se de abrir a vala que comunica com o bairro Palanca onde as águas do Bairro Popular são escoadas.

Ainda restam algumas ruas com asfalto do tempo colonial e que também já estão cansadas e esburacadas, não permitindo assim uma circulação segura e confortável aos automobilistas. Algumas ruas ficaram sem asfalto, quando a Epal resolveu mudar o sistema de canalização de água potável.

A rua de Calulo, não foge à regra. Até hoje continua esburacada com lagoas a emitirem um cheiro nauseabundo e lombas que têm estado na origem da danificação de muitas viaturas. Outras ruas nunca tiveram asfalto. É o caso da rua da cidade de Ondjiva onde os chineses actualmente trabalham. Retiraram todo o asfalto antigo para meter betão armado sem sistemas de esgoto, apenas com um desvio que não dá em nada, pois não foi colocada nem brita, nem tovinar.

No que toca a energia, é de lamentar a que é normal no Bairro Popular, é faltar energia eléctrica a que ninguém percebe é o sistema do pré-pago. "Não é justo pagar o que não consumimos, muito menos quando se trata do Estado que deveria dar-nos energia gratuita, reivindica um dos moradores."

a gás disparou na quadra festiva

A garrafa de gás nesta quadra festiva chegou a custar dois mil e quinhentos kzs para a) desespero dos moradores. O local de venda situa-se junto ao famoso Centro Comercial Caminha onde o preço do gás subiu consideravelmente. Falamos com alguns dos compradores que se mostraram surpreendidos visto que, até uma semana antes do Natal, o gás estava a custar quinhentos kzs.

Dona Carolina, uma das clientes lamentou à nossa reportagem: "Isso é uma injustiça. Uma botija de gás vai custar dois mil e quinhentos kzs.

Para nos poderem atender, os trabalhadores ainda faziam manias. Uma outra senhora disse ao F8 que eles estão a tirar as garrafas para vender em particular por quatro mil kzs. Tentamos a todo custo falar com o responsável do centro comercial, mas foi em vão. No bairro Palanca onde o gás chegou a atingir cinco mil kzs, Sandra uma das moradoras igualmente lamentou a anarquia que tem existido na fixação dos preços, não só em períodos de festas, sem que as instituições competentes tomem as devidas medidas.

Enquanto que, na Terra Nova onde uma botija de gás custava dois mil kzs, os moradores dizem estar

acostumados com a subida dos preços nestas alturas.

Os polícias passam e não fazem nada. Quem somos nós para falar ou fazer alguma coisa, argumenta Maria da Encarnação. Voltamos ao bairro Popular para perguntar como é que uma das senhoras que vende gás próximo do Caminho consegue adquirir a botija? - O gás que compramos, quem nos vende são os próprios trabalhadores da loja respondeu. F8 – Não posso falar se não estamos a estragar o acordo secreto que temos com eles.

O lixo é também um dos grandes problemas

Parecia que iria melhorar, mais piorou no tempo do digníssimo governador Job Castelo Capapinha O ex-governador trouxe o famoso sistema de recolha de lixo denominado "Recolha porta a porta", que previa recolher o lixo apenas as madrugadas. Mas, não passou de fogo de palha. As lixeiras foram se concentrando agora m, próximas das casas, porque não consegue recolher o lixo a tempo Estas lixeiras estão a provocar mosquitos, cheiro desagradável com isso doenças. Os pontos críticos do bairro estão localizados na rua de acesso a Bis, rua de Mavinga, Marrecos, no famoso campo de futebol do Mane, a Rua de Mora, isto só para citar alguns.

#### **4.7 Defendida a carreira autónoma de secretária**

*Jornal de Angola 30 de Janeiro de 2009*

O vice-governador para o sector; Económico e Social do Huambo, Henriques David Barbosa, considerou oportuna a institucionalização da carreira de secretária, por ser uma função diferente do pessoal administrativo, complexa e que exige competência e profissionalismo. O governante, que falava na abertura do sétimo Encontro Nacional e o segundo Internacional dos Profissionais de Secretariado, disse que a função do secretário ou secretária consiste em assessorar a direcção de uma empresa ou serviço público. "O secretário deve tratar de tudo o que diz respeito à correspondência, classificação de documentos, atendimento ao público, eficácia, diligência, aptidão em relações humanas e o domínio das tecnologias de informação", explicou Henriques David Barbosa.

Segundo o vice-governador, em Angola as secretárias e os secretários funcionam em toda a esfera da vida económica social e cultural nomeadamente dos órgãos singulares de soberania da Administração do Estado, dos titulares de cargos públicos, das instituições públicas e das empresas públicas e privadas.

Organizado pela Associação das Secretárias de Angola

(ASSECA), o sétimo Encontro Nacional e o segundo Internacional dos Profissionais do Secretariado, reúne mais de 300 profissionais das 18 províncias do país e do Senegal, República do Congo (Brazzaville), Moçambique e Brasil.

Estão em discussão temas como o empreendedorismo, a importância do planeamento estratégico numa organização, motivando para a mudança, a era da ética e as competências profissionais da actuação do secretariado.

O fórum, que termina hoje, tem marcado para amanhã, 31 de Janeiro, os 11 anos da Associação das Secretárias de Angola que se festeja em apoteose com outros profissionais membros e convidados.

**Secretárias querem carreira profissional**

O vice-presidente da Associação das Secretárias de Angola (AS SACA), Elvira Beth Coimbra, considerou a necessidade do Governo tornar a função do secretariado numa carreira, para valorizar os profissionais. Elvira Beth Coimbra, que falava à margem do sétimo Encontro Nacional das Secretárias, que decorre na província do Huambo, de 26 a 31 de Janeiro, disse que a secretária, para além de supervisionar o escritório e facilitar os contactos, é um elemento que dá solução a muitos casos, sem que seja necessário a intervenção da chefia. "Existem casos que não precisam ser tratados pelos nossos chefes, nós como profissionais podemos dar solução imediata ao assunto apresentado", explicou.

Elvira Coimbra, que exerce a função de secretária há mais de 10 anos, defendeu ainda a necessidade das instituições públicas e privadas começarem a contratar secretárias profissionais. "Em 2006, tivemos a primeira turma em Secretariado Administrativo na Faculdade de Letras, que se repetiu no fim de 2008. Agora estamos em condições de cada vez mais atendermos o mercado, bastando que as instituições recorram às instalações da associação para este fim", disse.

Durante o encontro, as secretárias apreciaram e aprovaram o relatório e contas de 2008, eleição da segunda secretária da mesa da Assembleia-Geral da associação e a discussão da representação da Associação das Secretárias de Angola nos eventos internacionais.

**Moçambique no Huambo**

Uma delegação de Moçambique participa no segundo Encontro Internacional dos Profissionais de Secretariado que se realiza na província do Huambo. A comitiva, chefiada pela presidente da Associação das Secretárias de Moçambique, é de 50 profissionais entre

pessoal de apoio do secretariado, operadores, assessores e telefonistas. No Huambo, estão reunidas mais de 300 profissionais que começaram quarta-feira a discutir temas como "o empreendedorismo, a importância do planeamento estratégico numa organização", além de um seminário reservado às delegações estrangeiras.

No Planalto Central estão também as secretárias do Senegal, da República do Congo (Brazzaville) e do Brasil, país representado pela assessora, para os assuntos técnicos e profissionais da Federação Nacional das Secretárias e Secretários.

De acordo com a presidente da Associação das Secretárias de Angola, Lanvu Amélia Anael, o encontro visa promover o intercâmbio profissional e melhorar a filosofia de trabalho. "Só é possível melhorar quando existe formação, e é o que estamos aqui a ter", disse.

# 5 URBANISMO E HABITAÇÃO

## 5.1 Crescimento económico do país impulsiona o sector imobiliário

*Jornal de Angola 7 de Janeiro de 2009*

Lei de investimento privado permite mais aplicações. Os níveis de crescimento da economia angolana têm impulsionado o desenvolvimento do sector imobiliário, principalmente nos anos 2007 e 2008. O facto pode-se constatar em todo o território nacional com a construção de habitações, hotéis, escritórios e unidades industriais.

Esta avalanche de obras compreende investimentos provenientes, em grande parte, do sector privado, fruto da confiança que o Governo tem dado aos investidores com a aprovação da Lei de Investimento Privado. Nas cidades angolanas, existem muitas obras no sector da habitação. Afinal, é uma das áreas que regista um desequilíbrio entre a procura e a oferta.

Apesar da oferta registar um aumento significativo nestes dois últimos anos, ainda continua a ser insuficiente para responder à procura. A capital do país apresenta o mais elevado défice habitacional. Segundo dados do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, para cobrir o défice é necessária a construção anual de 65.000 casas até 2016, tendo em conta o actual número de habitantes estimado em oito milhões.

A forte pressão da procura tem causado o encarecimento dos imóveis, principalmente no centro da cidade, onde a oferta é diminuta. Por isso, a venda imobiliária em fase de construção tem tido uma média de 100 por cento, revelando a alta pressão da procura de habitação.

Para reduzir estes níveis, o Governo Provincial de Luanda já definiu os futuros espaços urbanos com maior destaque para a área de Luanda Sul. Com esta medida, prevê-se que a oferta imobiliária possa duplicar nos próximos cinco anos. Em 2007, a taxa de crescimento, de habitação em Luanda atingiu os 20 por cento. Em 2008 desceu para 17 por cento. Prevê-se que, entre 2010 e 2011, os valores venham a fixar-se em 10 por cento.

Actualmente, a área de construção para a vertente

habitacional dentro de Luanda está à volta dos 500 mil metros quadrados, e mais um milhão de metros quadrados nas áreas limítrofes da capital.

A maioria dos projectos habitacionais na cidade capital está direccionada ao segmento de médio e alto rendimento.

Para alguns investidores imobiliários, o mercado ainda não oferece condições para projectos de baixo rendimento, pelo facto de 60 por cento da população viver no limiar da pobreza.

Mas o Estado está atento a esta situação. Por isso, com vista a atender grande parte desta franja social, o Governo tem desenvolvido algumas acções de construção de casas sociais em Luanda, com o propósito de atender às necessidades da população.

São os projectos "Morar" e "Zango", em Luanda Sul. O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, assumiu, em 2008, o compromisso de serem investidos 50 mil milhões de dólares na construção de um milhão de casas nos próximos quatro anos.

## 5.2 Ministro da Indústria Joaquim David vê boas perspectivas em matéria de investimentos no sector.

*Jornal de Angola 8 de Janeiro de 2009*

Governo estimula produção nacional dos materiais para a construção civil

O Ministério da Indústria vai investir mais, dentro do seu programa para este ano, nas áreas do fabrico de material para a construção civil, na indústria dos derivados da agricultura, na metalurgia e na produção de tecidos. Esta intenção foi anunciada ontem pelo ministro da Indústria, Joaquim David, na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, na sala de reuniões do Ministério da Indústria em Luanda.

Joaquim David, ladeado dos vice-ministros, Abraão Gourgel e Kiala Gabriel, recebeu cumprimentos dos directores nacionais, assessores, funcionários de todas as áreas do ministério.

O ministro Joaquim David na hora de balanço do ano passado considerou que foi "no mínimo interessante e particularmente positivo". O ministro sublinhou as eleições legislativas de 5 de Setembro e a subida do preço das matérias primas nos planos nacional e internacional, como sendo os eventos que mais marcaram o ano passado.

"A capacidade do mundo ocidental para adquirir os produtos que nós exportamos nomeadamente o petróleo e os diamantes diminuiu significativamente, de modo que isto só terá reflexos nas nossas arrecadações em termos de receitas em divisas".

No ano passado, de acordo com o ministro, houve maior investimento na área das infra-estruturas no crescimento do sector bancário, no incremento do sistema legal e no crescimento do sector privado.

"Nós tínhamos verificado, no ano de 2007, investimentos privados na ordem dos 200 milhões de dólares e verificamos que em 2008 estes investimentos se situam na ordem dos 300 milhões, o que provocou o crescimento da nossa indústria", disse.

Para este ano, o Ministério da Indústria já identificou as acções que o Estado deve empreender para catalizar o investimento privado, pelo que já se submeteu o programa para o ano 2009 ao Conselho de Ministros.

"Nós identificámos as acções que o Estado deve empreender para catalizar o investimento privado, temos um programa que foi já submetido ao Conselho de Ministros e vai ser agendado durante o mês de Janeiro e se for aprovado estamos convencidos de que vai resultar em investimentos privados muito superiores ao que verificámos no ano passado.

"Sentimos que na indústria dos derivados de agricultura, indústria de madeiras e de material de construção civil, metalurgia e têxteis nós veremos investimentos muito maiores do que temos visto nos últimos anos", anunciou.

Joaquim David considerou que nesta nova era podem surgir as indústrias Petroquímicas e a construção de refinarias que permitem a criação de mais postos de trabalho. Já estão na construção duas fábricas de cimento e outra que ainda aguarda por financiamento.

### **5.3 Governo estimula produção nacional dos materiais para a construção civil**

*Jornal de Angola 8 de Janeiro de 2009*

O Ministério da Indústria vai investir mais, dentro do seu programa para este ano, nas áreas do fabrico de material para a construção civil, na indústria dos derivados da agricultura, na metalurgia e na produção de tecidos. Esta intenção foi anunciada ontem pelo ministro da Indústria, Joaquim David, na cerimónia de cumprimentos de fim-de-ano, na sala de reuniões do Ministério da Indústria em Luanda.

Joaquim David, ladeado dos vice-ministros, Abraão Gourgel e Kiala Gabriel, recebeu cumprimentos dos directores nacionais, assessores, funcionários de todas as áreas do ministério.

O ministro Joaquim David na hora de balanço do ano passado considerou que foi "no mínimo interessante e particularmente positivo". O ministro sublinhou as eleições legislativas de 5 de Setembro e a subida do preço das matérias-primas nos planos nacional e internacional, como sendo os eventos que mais marcaram o ano passado.

"A capacidade do mundo ocidental para adquirir os produtos que nós exportamos nomeadamente o petróleo e os diamantes diminuiu significativamente, de modo que isto só terá reflexos nas nossas arrecadações em termos de receitas em divisas".

No ano passado, de acordo com o ministro, houve maior investimento na área das infra-estruturas" no crescimento do sector bancário, no incremento do sistema legal e no crescimento do sector privado.

"Nós tínhamos verificado, no ano de 2007, investimentos privados na ordem dos 200 milhões de dólares e verificamos que em 2008 estes investimentos se situam na ordem dos 300 milhões, o que provocou o crescimento da nossa indústria", disse.

Para este ano, o Ministério da Indústria já identificou as acções que o Estado deve empreender para catalizar o investimento privado, pelo que já se submeteu o programa para o ano 2009 ao Conselho de Ministros.

"Nós identificámos as acções que o Estado deve empreender para catalizar o investimento privado, temos um programa que foi já submetido ao Conselho de Ministros e vai ser agendado durante o mês de Janeiro e se for aprovado estamos convencidos de que vai resultar em investimentos privados muito superiores ao que verificámos no ano passado.

"Sentimos que na indústria dos derivados de agricultura, indústria de madeiras e de material de construção civil, metalurgia e têxteis nós veremos investimentos muito maiores do que temos visto nos últimos anos", anunciou. Joaquim David considerou que nesta nova era podem surgir as indústrias Petroquímicas e a construção de refinarias que permitem a criação de mais postos de trabalho. Já estão em construção duas fábricas de cimento e outra que ainda aguarda por financiamento.

## **5.4 Breve historial do mentor do projecto do mentor Projecto**

*Jornal de Economia & Finanças 9 de Janeiro de 2009*

A designação "Consórcio Comandante "Loy" é uma homenagem ao mentor do projecto de apoio aos antigo combatentes, o malgrado Pedro de Castro Van-Dúnem (Loy), antigo ministro das Obras Públicas, entre outras funções governamentais que ocupou.

O então ministro idealizou um projecto que visava criar uma holding com o objectivo de reunir empresas que pudessem ajudar no financiamento de projectos sociais em prol dos antigos combatentes.

Para o efeito, o memorando deste projecto tinha sido remetido ao Presidente da República, que, segundo Domingos Barros, se solidarizou com os objectivos do projecto e o aprovou imediatamente.

Na altura, o projecto não passou para a fase de implementação devido ao falecimento do seu mentor. Passado algum tempo, prosseguiu sob a responsabilidade de Domingos Barros, que já era seu vice-presidente.

No dia 25 de Outubro de 2008, foi proclamada a criação do Consórcio Comandante Loy, que alberga 10 empresas que se dedicam ao ramo da construção civil, indústria, pescas, agropecuária e mineração.

O consórcio tem um presidente de Conselho de Administração e possui sucursais em quatro províncias, nomeadamente Malanje, Bengo; Kwanza-Sul, além da sede, que funciona em Luanda. Segundo Domingos Barros, a intenção do consórcio é expandir-se para todas as províncias do país.

## **5.5 Imobiliário**

*Novo Jornal 9 Janeiro de 2009*

Diz-se que é o ramo de negócio que mais dinheiro dá em menos tempo. A especulação imobiliária que se vive no mercado angolano está ao máximo. Ninguém, que seja apenas um trabalhador assalariado, está em condições de suportar os preços de venda, ou aluguer, dos imóveis que se vão construindo nos condomínios fechados das principais cidades.

Em consequência, cresce aceleradamente o crédito à habitação e aumenta assustadoramente o endividamento de milhares de cidadãos. E já há quem admita a possibilidade de ocorrer em Angola uma crise idêntica a que vive na América. O nosso "subprime" aguenta até quando?

## **5.6 Desmobilizados erguem habitações**

*Jornal de Angola 10 de Janeiro de 2009*

As casas vão ser erguidas no município de Viana onde os ex-militares já adquiriram terrenos.

Um total de 45 ex-militares das Forças Armadas vão beneficiar, este mês, de material de construção para erguerem as suas residências no âmbito do Projecto "Vem Comigo".

Esta informação foi prestada ontem à Angop pelo coordenador do projecto, Silva Lopes Etiambulo. Segundo ele, as casas vão ser erguidas no município de Viana, local onde os desmobilizados já adquiriram terrenos.

O coordenador acrescentou que os beneficiários vão também receber ajuda no tratamento da documentação necessária que lhes permita usufruir dos direitos que lhes cabe junto das instituições governamentais, nomeadamente do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra e da Caixa de Segurança Social das F AA.

De acordo ainda com Silva Lopes Etiambulo, esta acção contribui para os esforços do Governo que visam a melhoria das condições de vida dos antigos combatentes.

Etiambulo informou que, dado o número elevado de beneficiários do "Vem Comigo", o projecto vai este ano ser reestruturado, durante a materialização da quarta fase, que se prolonga até 2012, com vista a contribuir para a materialização do Programa do Governo para este quadriénio.

O "Vem Comigo" tem como prioridades a execução de projectos agrícolas no interior do país com pessoas portadoras de deficiência.

Um dos objectivos fundamentais desta acção é impedir o regresso às ruas de Luanda e de outras cidades do país de portadores de deficiências a mendigarem.

O projecto "Vem Comigo" é financiado pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, administrado pelo Fundo de Solidariedade Lwini e coordenado pela Associação Nacional de Deficientes Angolanos (ANDA).

## **5.7 Casotas para pobres e palacetes para Ricos?**

Dolorosamente, não sabendo ainda com que cores me pintar para conseguir casa própria num projecto habitacional do Estado da qualidade dum «Nova Vida», o máximo que logrei foi ser «contemplado» em finais de 2008 com uma casota inacabada de baixíssima renda na 2ª fase do Panguila, onde não há luz, nem água, nem esgotos, enfim, ainda sem as necessárias condições para se viver com alguma dignidade. Falando verdade, aquilo não é para se entregar como estando pronto para se viver. É complicado e ultrajante. (Ainda assim, agradeço sinceramente a quem me proporcionou isso).

Aliás, para se chegar lá, há que se torrar uns 50 mil dólares, que não os tenho já. Em consequência, apesar de já estar «entradinho», continuo com o problema de habitação por resolver, pelo que a minha principal aspiração para 2009 é conseguir a almejada e justa casa própria. Assim sendo, faço votos para que a história do milhão de casas possa já começar a sentir-se na vida dos milhares de cidadãos que, como eu, têm esta grande maka por resolver. E um desses bonitos apartamentos que dizem haver no Zango até já dava um jeito.

Rectas e já?

Como milhares de cidadãos deste país, pretendo que as eleições presidenciais sejam realizadas este ano, tal como já nos deixaram expectantes. E gostava imenso que elas fossem directas, por ser dignificante e gratificante sentir que participamos – directamente – na escolha de quem vá mandar em nós, o que já não acontecerá se forem os deputados a fazê-lo, uma vez que a sua própria eleição, por ser em listas partidárias e não em figuras individuais, já é algo indirecta. Portanto, na passada, apelaria até a quem terá a responsabilidade final na escolha do sistema a adoptar a esquecer a (maldita) conversa da eleição presidencial indirecta.

E como fica a divisão da riqueza?

Gostava que as riquezas nacionais passassem a ser melhor repartidas, de formas que se comessem a esbater já as enormes diferenças entre uns «poucos» que têm tudo e muitos «muitos» que têm quase nada. Em substância, que hajam oportunidades iguais, melhores salários, mais empregos, mais escolas, mais hospitais, enfim, melhor nível de vida. O país pode dar isso aos seus filhos. Que o petróleo suba e a gestão da coisa pública melhore!

## **5.8 Empresa "sólida Corporation" Constrói casas para a juventude**

*Jornal de Angola 11 de Janeiro de 2009*

A "Sólida Corporation", através da sua área imobiliária, vai financiar, no decurso deste ano, a construção de pelo menos 700 casas para jovens à procura da primeira casa, de modo a ajudar a reduzir as carências existentes no sector, informou em Luanda, o director comercial da empresa, João Gaspar Mainsel.

A propósito de iniciativas habitacionais destinadas a jovens, João Gaspar Mainsel disse estarem em curso os estudos necessários para avaliar os custos reais para a execução do projecto, porque além das casas há a rede de água, energia, esgotos e iluminação.

"As casas custam 120 mil dólares, com um financiamento inicial da "Sólida Corporation" estimado em 80 mil dólares, pagáveis em aproximadamente oito anos, enquanto os jovens interessados devem participar com 40 mil dólares, um valor considerado ao alcance da juventude na Função Pública", sustentou o director comercial da

"Sólida Corporation".

De acordo com João Gaspar Mainsel, os jovens casais cuja junção de rendimentos atinja um mínimo de 1.000 dólares, podem aderir ao projecto e possuir casa própria e de qualidade, para depois, num prazo de 80 meses, irem efectuando um pagamento mensal na ordem dos 500 dólares por cada cônjuge.

"Se cada Família, em vez de arrendar um imóvel, comprar e pagar num prazo de 80 meses, o benefício será maior, porque terá apenas o esforço inicial de 40 mil dólares, enquanto pagam a diferença durante um longo período", frisou João Mainsel.

A "Sólida Corporation" vai financiar o projecto, pois só é possível alcançar o desafio do Governo (construir um milhão de casas neste quadriénio), conjugando-se a capacidade de realização dos empreendedores com os incentivos que o Governo pode dar.

## **5.9 Fim da especulação imobiliária passa pelo reforço da fiscalização**

*Jornal de Angola 13 de Janeiro de 2009*

O combate à especulação dos preços das casas, em Luanda, passa por um aumento de acções na fiscalização das obras e pela criação de um diploma legal que organize o sector imobiliário, segundo a presidente da Associação de Profissionais Imobiliários de Angola, Branca do Espírito Santo: "só com estes pressupostos e com o aumento da oferta de habitações é possível reduzir os elevados preços que se praticam no sector".

Branca do Espírito Santo reconhece a existência de oportunismo por parte dos investidores que, ante a crescente procura, procuram lucros superiores aos investimentos aplicados. De acordo com um estudo efectuado pela empresa de consultoria e avaliação imobiliária Proprime, os preços dos apartamentos do tipo T4 com 580 metros quadrados, na cidade de Luanda, chegam a custar cerca de três milhões de dólares.

O município da Maianga é uma das zonas de Luanda onde os preços dos apartamentos são mais elevados. Os T4 custam três milhões, os T2 de 165 metros quadrados custam 774 mil dólares e um milhão de dólares para os de 220 metros quadrados.

Depois da Maianga, segue-se o município da Ingombota com apartamentos do tipo T4 no valor de 1.300.000 dólares de 223 metros quadrados, enquanto os T1 custam 380 mil dólares com 64 metros quadrados.

Em Luanda Sul, o valor médio de um apartamento do tipo T1 é de 249.000 dólares de 57 metros quadrados e o T4 1.080.000 dólares com 179 metros quadrados. Em Viana, os T1 custam 206 mil dólares, com 56 metros quadrados e os T2 variam entre 285.000 dólares com 82 metros quadrados e 378.000 dólares com 119 metros quadrados.

Na zona do Camama, o valor médio de um apartamento de 60 metros quadrados do tipo T1 é 21 0.000 dólares e os apartamentos do tipo T2 variam entre os 285.000 dólares, de 85 metros quadrados e 365.000 dólares, de 120 metros quadrados.

O estudo demonstra que os apartamentos chegam a ser muito mais caros do que as vivendas. Uma moradia no Talatona do tipo V3 custa 2.150.000 dólares, com 385 metros quadrados, enquanto a V4 custa 2.400.000 dólares, com 525 metros quadrados.

Em Luanda Sul, a vivenda do tipo V3, de 400 metros quadrados, 1.950.000 dólares e a V4 de 450 metros quadrados 2.100.000 dólares.

O preço do metro quadrado dos apartamentos é alto. No município da Ingombota, cada metro quadrado de um apartamento chega a atingir os 5.760 dólares. A zona com valores mais baixos é a do Camama, cujo metro quadrado custa 3.300 dólares. O documento mostra que os valores médios do metro quadrado podem descer em função do aumento das áreas de construção.

A Associação de Profissionais Imobiliários de Angola

pretende estabelecer um acordo com as autoridades governamentais no sentido de se encontrarem soluções imediatas para que, num curto espaço de tempo, a situação ganhe outra dinâmica. Defende a necessidade da criação de fundos imobiliários, sociedades de hipotecas e cooperativas com o propósito de financiar habitação social.

O mercado ainda tem pouca oferta de habitações para cidadãos com baixos rendimentos. "A maior parte das construções está dirigida à classe média e de altos rendimentos, aumentando assim o desequilíbrio que existe entre a procura e a oferta", disse Branca do Espírito Santo.

Com vista a atender grande parte da população, o Governo tem desenvolvido algumas acções de construção de casas sociais em Luanda, como são os casos dos projectos Morar e Zango em Luanda Sul.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, assumiu, em 2008, o compromisso de serem investidos 50 mil milhões de dólares na construção de um milhão de habitações sociais nos próximos quatro anos.

A Associação de Profissionais Imobiliários de Angola foi criada em 11 de Abril de 2008 com objectivo de organizar a classe e fazer chegar as preocupações dos associados aos órgãos competentes.

## **5.10 Moradores do prédio do Palmeira conhecem em breve a nova casa**

*Jornal de Angola 14 de Janeiro de 2009*

Uma comissão que integra as direcções provinciais do Ordenamento do Território, Urbanismo, Finanças, Saúde, Justiça e o Conselho do Governo foi criada na cidade do Huambo para proceder ao estudo alternativo de transferência dos moradores do prédio do Palmeira.

A comissão criada tem a missão de apresentar, no período de 15 dias, a proposta sobre o estudo das alternativas de transferência urgente dos moradores do edifício com sete andares, onde habitam mais de 52 famílias numerosas e estruturas comerciais, em risco de desabar a qualquer altura.

Durante a primeira sessão extraordinária do governo da província do Huambo foram aprovadas as acções imediatas a serem desenvolvidas no âmbito da revitalização da investigação agrária na Chianga, tendo criado para o efeito uma comissão liderada pelo vice-governador para a esfera económica e produtiva.



A respeito do aumento dos acidentes de viação que se registou durante os últimos dias, o governo recomendou à delegação do Interior para proceder ao acompanhamento rigoroso das actividades de Moto-taxista e os mecanismos de controlo policial nas vias, seguido da prevenção rodoviária.

A primeira sessão extraordinária, presidido pelo governador do Huambo, Albino Malungo, criou igualmente uma comissão para elaborar um estudo sobre a situação jurídico-legal dos funcionários da administração municipal ao serviço da organização Eco Huambo.

## **5.11 Mais uma cidade no Panguila**

*Jornal de Angola 14 de Janeiro de 2009*

O Projecto Habitacional Panguila, localizado em Cacucaco, em Luanda, vai ter até ao segundo semestre de 2010 mais 4.000 casas de construção definitiva e de estrutura metálica. A garantia foi dada ontem pela directora do projecto, Lisete Pedro, durante uma visita do ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, àquela urbanização.

No Projecto Panguila estão construídas 6.000 casas, das quais 5.000 já estão habitadas e na sua maioria com água e luz. As outras 1.000 casas aguardam pelo acabamento, “mas as famílias mais necessitadas estão a vir morar mesmo assim”, Lisete Pedro.

O ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, afirmou que o Projecto Panguila permitiu o realojamento de cidadãos. Hoje, no Panguila vivem aproximadamente 45.000 pessoas e pelo ritmo de trabalho é possível que, no próximo ano, possam estar a viver 80.000. “Isto vai obrigar a que façamos uma reflexão sobre o desenvolvimento da zona, disse Higinio Carneiro

### **Centro de Formação**

O nível em que se encontra o Projecto “implica que tenhamos de ver onde vamos procurar fundos para intervir e dar resposta à procura que se regista na zona”, frisou o ministro.

O centro de Formação Profissional do Ministério das Obras Públicas, construída no Cacucaco, com capacidade para 320 alunos por turno, vai ser inaugurado em Fevereiro, informou o ministro das Obras Públicas, no final da visita. “O centro está quase concluído e os técnicos e professores foram formados no Brasil. Depois da sua inauguração, em Março as aulas arrancam”, assegurou.

O ministro lembrou que há muitas obras em curso no

país e os jovens e adultos que foram formados neste centros vão dar o seu contributo ao processo de reconstrução nacional.

A coordenadora do centro, Maria das Dores Brandão, disse que o centro vai ministrar os cursos de topografia, urbanismo, orçamento, desenho, instalações prediais, soldadura e electricidade.

A instituição conta com a parceria do Instituto Federal do Brasil. Para além do centro de Luanda, o Ministério das Obras Públicas está a construir centros de formação nas províncias de Benguela, Huambo, Zaire e Malanje.

Por outro lado na Empresa Nacional de Pontes, o ministro Higinio Carneiro apelou à direcção da empresa a dialogar com os funcionários no sentido de equacionar alguns problemas que os afectam, para que tudo corra sem sobressaltos.

Projecto Panguila permitiu realojamento de cidadãos. Hoje, no Panguila vivem aproximadamente 45.000 pessoas e pelo ritmo de trabalho é possível que, o próximo ano, possam estar a viver 80.000. “Isto vai obrigar a que façamos uma reflexão sobre o desenvolvimento da zona e também o melhoramento das condições de maneira a que todos os sistemas que envolvem a zona, desde o saneamento à região funcione devidamente”, disse Higinio Carneiro:

CenirodeJcrmação o nível em que se encontra o projecto “implica que tenhamos de ver onde vamos procurar fundos para intervir é dar resposta à procura quase regista na zona”, frisou o ministro.

O Centro de Formação Profissional do Ministério das Obras Públicas, construído no Cacucaco, com capacidade para 320 alunos por turno, vai ser inaugurado em Fevereiro, informou o ministro das Obras Públicas, no final da visita. “O centro está quase concluído e os técnicos e professores foram formados no Brasil. De pois da sua inauguração, em Março as aulas arrancam”, assegurou. O ministro lembrou que há muitas obras em curso no país e os jovens e adultos que forem formados nestes centros vão dar o seu contributo ao processo de reconstrução nacional.

A coordenadora do centro, Maria das Dores Brandão, disse que o centro vai ministrar os cursos de topografia, urbanismo, orçamento, desenho, instalações prediais, soldadura e electricidade. A instituição conta com a parceria do Instituto Federal do Brasil.

Para além do centro de Luanda, o Ministério das Obras Públicas está a construir centros de formação nas

provincias de Benguela, Huambo, Zaire e Malanje. Por outro lado na Empresa Nacional de Pontes, o ministro Higinio Carneiro apelou à direcção da empresa a dialogar com os funcionários no sentido de equacionar alguns problemas que os afectam, para que tudo corra sem sobressaltos.

## **5.12 Construção de habitações sociais de imediato no Kuando-Kubango**

*Jornal de Angola 15 de Janeiro de 2009*

Casas são construídas por um consórcio da Africa do sul

O Governo Central vai construir 18.000 casas sociais nos próximos quatro anos na província do Kuando-Kubango, no quadro do programa de melhoramento habitacional que prevê construir em todo o país, um milhão de habitações, anunciou, em Menongue, o Vice-ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, que se deslocou ao Kuando-Kubango na companhia do embaixador sul-africano em Angola, Themba Kubheka. Segundo o ministro, a execução é imediata e na primeira fase são contemplados os municípios de Menongue, Mavinga e Kuito Kuanavale.

No Kuando-Kubango, a delegação ministerial, que é integrada também por especialistas de construção civil dos dois países, vai efectuar visitas às zonas fundiárias do Governo Provincial para ver como estão demarcados os espaços e começar os projectos de loteamento e urbanização para a construção das casas.

O ministro José Ferreira justificou a presença do embaixador da Africa do Sul, por ser o país que vai construir as casas sociais.

Em relação ao programa de urbanização das cidades, e no caso particular do Kuando-Kubango, o Governo criou um consultório que está a trabalhar na definição das áreas fundiárias e nos planos de urbanização que são projectos muito mais fáceis de manusear em relação aos programas de ordenamento do território.

Integram igualmente a delegação do vice-ministro da Habitação, o engenheiro Paulo Fernandes e o Dr. Joe Shibambo, pela parte angolana, e o Dr. Matli Makosholo, os engenheiros Stanley Siyabonga Mcetywa e Paul Nel, da parte sul-africana.

Ontem e hoje a delegação ministerial efectua visitas aos municípios de Mavinga e Kuito Kuanavale, onde são construídas as casas.

## **5.13 Os projectos habitacionais**

*Jornal de Angola 15 de Janeiro 2009*

A habitação é um dos maiores problemas com que o Governo se debate e aquele que mais impactos negativos têm na sociedade. Todos têm direito ma habitação digna. E esse conceito não se limita a um tecto.

Habitação digna quer dizer água potável canalizada, luz eléctrica, saneamento básico arruamentos, transportes colectivos. Estas são as condições mínimas que garantem a um cidadão uma habitação digna.

Muitas famílias ainda não têm acesso a essa habitação ideal. Nem se quer a uma habitação que se a prole desses parâmetros. E esse, problema está em cima da mesa do Governo, com o rótulo de primeira prioridade.

Problema da habitação afecta sobretudo os jovens que pretendem instituir família, organizar uma a autónoma e viver a sua vida sem tutela dos pais. A falta de habitações e o elevado preço das casas que existem no mercado, deixam os jovens muito longe de satisfazer essa necessidade primária; indispensável. Também neste aspecto o Governo tem em cima da; a programas de construção de milhares de habitações para os jovens, a preços controlados, e que já o em execução em todo o país.

Os programas dirigidos a juventude, de resto, são os mais adiantados os que apresentam resultados mais concretos.

Isto quer dizer que o problema existe, mas está a ser resolvido sem hesitações e com grande determinação. Ainda ontem foi anunciada a construção de mais 18.000 habitações, em todos os municípios da província do Kuando-Kubango.

Um consórcio sul-africano iniciou de imediato os trabalhos, depois de visita à província de uma delegação chefiada pelo Vice-ministro da habitação, José Ferreira.

Os técnicos chegaram ao local, estudaram as zonas a urbanizar e começaram a desenhar os projectos província com as características do Kuando-Kubango, onde prevalece uma baixa densidade populacional, ao beneficiar de 18.000 habitações, fica com o problema da habitação resolvida, pelo menos nos municípios mais populosos. E inteligente começar a resolver o problema pelo lado que é mais fácil, porque não apresenta obstáculos pr9dos pelo desordenamento do território e pela ocupação abusiva das; que pertencem ao domínio público.

Dentro de pouco tempo, o Kuando-Kubango é seguramente um "bom sítio para se viver".

E bem mais difícil resolver o problema da habitação nas grandes cidades onde a demagogia anda à solta e de mãos dadas com o mais chocante oportunismo.

Reservas fundiárias destinadas a grandes projectos estruturas do país, são ocupadas à pressa com casas precárias ou "lavras" para depois servirem de arma de arremesso contra o estado a quem são exigidas indemnizações inaceitáveis para tomar posse do que lhe pertence e foi ilegalmente ocupado.

O problema é mais complicado quando se trata de realojar centenas de milhares de pessoas, deslocadas de guerra, que ao fim de muitos anos deixaram de ser habitantes precários das zonas que ocuparam temporariamente. Construir um milhão de habitações durante esta legislatura, é possível. Difícil é arranjar nas grandes cidades espaços livres para urbanizar.

## **5.14 A alma da cidade desejada**

*Jornal de Angola 16 de Janeiro de 2009*

Constantino Doxiadis, um dos maiores arquitectos e planeadores urbanos do século passado, nascido na Grécia e falecido em 1975, passou para a história como um dos primeiros especialistas a pensar as cidades de forma integrada e nas necessidades futuras das populações relativamente à circulação, habitação, trabalho e lazer. Para ele, as cidades deveriam ser concebidas como organismos vivos e desenhadas para crescer de forma organizada.

Com base em tais conceitos, Doxiadis projectou a cidade de Islamabad, a capital do Paquistão, e fez, também, planos directores para cidades ghanenses e nigerianas, além de uma proposta para a cidade brasileira do Rio de Janeiro, entre outros trabalhos urbanísticos que o tomaram numa celebridade na sua actividade profissional.

A concepção urbanística de Luanda não deixa de estar dentro deste conceito de cidade, preconizada pelo famoso arquitecto grego. Com a reconstrução acelerada que estamos a assistir, os nossos urbanistas não perdem de vista a necessidade de criar uma cidade que abrigue não só a estrutura urbana adequada para o desenvolvimento, mas que propicie as condições para uma vida agradável e prazerosa para os seus habitantes e com os olhos postos no crescimento.

Desta forma, a concepção dos eixos de desenvolvi-

to ao longo das avenidas, o saneamento das áreas urbanas degradadas e a recomposição da arborização, com parques e jardins, faz parte do cenário da cidade onde todos devem desfrutar de uma vida confortável e envolvente.

Luanda é, verdadeiramente, uma cidade em constante mutação. A cada dia, as transformações ocorrem a ponto de surpreender os visitantes que retomam à capital passado algum tempo. Novos edifícios na vertical, milhares de trabalhadores pelas ruas, dão às nossas principais cidades (e não apenas a Luanda) a atmosfera de localidades em processo de transformação.

Pensar o desenvolvimento urbano em toda a sua complexidade é, portanto, essencial. Os edifícios modernos, construídos segundo planos directores bem concebidos, devem ser acompanhados de áreas de lazer que ofereçam pontos de encontro atraentes para todos, independentemente da condição de vida.

Neste sentido, a requalificação urbana da (nova) marginal, que é o cartão postal de Luanda, irá, em breve, oferecer aos angolanos e aos estrangeiros que visitam a cidade, as amenidades de uma urbe moderna à beira mar, com locais para caminhadas ou, simplesmente, para o repouso e não só, isto, digamos, diante de um dos cenários de níveis elevados em termos de atracção.

A reconstrução da marginal, bem como de outras áreas urbanas, com paisagismo moderno e opções de lazer são importantes também no contexto da abertura do país par turismo que terá como um dos seus marcos principais

Campeonato Africano das Nações (CAN), no próximo ano.

Milhares de a ficcionados do futebol virão ao país deverão levar daqui as melhores lembranças. Os nossos motivos fortes em termos de cidades, locais turísticos paisagísticos, enfim, serão exibidos pela media mundial O país, com as obras em curso, elevará a sua qualidade em termos de imagem e o momento (CAN) servirá para mostrar aos visitantes e telespectadores, em todo o mundo, a Angola que prospera num ambiente de paz e estabilidade socio-económica.

Os projectos urbanísticos de alto padrão, e não só, são importantes para oferecer condições de conforto e são, pólos apazíveis para a atracção de investimentos. Com, um organismo vivo, a cidade deve ter a sua alma, que completará o corpo físico composto pelas edificações, infra-estruturas.

Esta alma será formada pelos pontos de encontro, pelos jardins, pelas manifestações culturais acessíveis a todos os habitantes e pelo espírito de fraternidade e segurança, que deve reinar.

Trata-se de tarefa perfeitamente possível, a qual todos nós devemos nos dedicar para construir a cidade que sonhamos.

Para enfrentarmos este desafio, é importante termos em mente que a tarefa é também da responsabilidade de cada um de nós. Posturas de responsabilidade social, como dispor adequadamente do lixo, não atirar material imprestável nas ruas, não buzinar de forma frenética e inútil diante dos congestionamentos, são formas de comportamentos que compõem a alma da cidade desejada.

Assim, importa perguntar o que cada um de nós pode fazer para construir esta casa comum, que é a nossa cidade. Basta olharmos mais além para que rapidamente possamos encontrar as respostas certas.

### **5.15 Higino Carneiro visita projecto habitacional do Panguila**

*Angolense 17 a 24 de Janeiro de 2009*

O Ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, realizou uma visita de campo na semana finda, que começou no município de Cacucaco, onde visitou o projecto habitacional Panguila, que segundo a sua directora, Lisete Pedro, até o segundo semestre de 1010 terá mais de quatro mil casas de construção definitiva e estrutura metálica.

No projecto Panguila estão construídas seis mil casas, das quais cinco mil já estão habitadas. "As outras mil aguardam acabamento, mas as famílias mais necessitadas estão a vir morar mesmo assim", disse Lisete.

Higino Carneiro disse que o projecto permitiu o realojamento de cidadãos, o que na sua opinião vai obrigar a reflectir sobre formas de desenvolvimento da área e o melhoramento das condições, de maneiras a que todo o sistema que envolve a zona funcione devidamente.

O centro de Formação Profissional do Ministério das Obras Públicas também foi visitado. A referida instituição tem capacidade para 320 alunos por turno e será inaugurado no próximo mês. "Os professores foram formados no Brasil e em Março as aulas arrancam", assegurou o Ministro.

Segundo a coordenadora do centro, Maria das Dores

Brandão, a instituição vai ministrar os cursos de topografia, urbanismo, orçamento, desenho, instalações prediais, soldaduras e electricidade".

O centro de Formação Profissional do Ministério das Obras Públicas também foi visitado. A referida instituição tem capacidade para 320 alunos por turno e será inaugurado no próximo mês. "Os professores foram formados no Brasil e em Março as aulas arrancam", assegurou o Ministro.

Segundo a coordenadora do centro, Maria das Dores Brandão, a instituição vai ministrar os cursos de topografia, urbanismo, orçamento, desenho, instalações prediais, soldaduras e electricidade".

### **5.16 Alegadamente para construir um condomínio habitacional no Kilamba Kiaxi**

*Semanário Angolense 17 a 24 de Janeiro de 2009*

EMPROE «varre» agricultores e outros  
Mais de duzentas pessoas, entre idosos, Jovens e Crianças, encontram-se a viver em condições extremamente difíceis nos bairros e «Bonde-Chapêz», «Iraque» e «Bagdad», em consequência de acções de demolição das casas onde habitavam no município do Kilamba Kiaxi, que têm sido levadas a cabo pela EMPROE-UEE, uma empresa estatal de construção e obras públicas. Alguns agricultores que lá estavam estabelecidos foram também enxotados dos espaços que ocupavam, alguns há cerca de 20 anos.

Tudo começou quando, em finais do ano passado, a Emproe começou a «varrer» as casas dos populares que aí se haviam instalado, numa altura em que a maioria dos moradores não se encontrava presente, sendo que uns estavam no mercado e outros nos seus locais de trabalho, o que acabou por facilitar a sua acção.

Segundo informações obtidas no local, como que a colocar a carroça em frente dos bois, só depois de proceder a algumas demolições sem aviso prévio é que aquela empresa indicou funcionários seus, para que junto da população fizessem o levantamento das outras casas a demolir, para eventual indemnização aos seus proprietários.

Em consequência, os que já viram as suas casas demolidas ficarão a ver navios, completamente entregues à sua sorte. Por enquanto, muitos deles estão a viver em condições degradantes, em casotas de chapas de zinco ou papelão.

Para espanto da população, poucos dias depois das primeiras demolições, instalaram-se no local duas empresas, uma das quais, identificada por MNR, se diz ter ligações com a Casa Militar da Presidência da República, o que indicia haver interesses acima dos indicados pela EMPROE para justificar a sua acção.

Nesta acção, não estiveram que deu azo a várias especulações.

Com a ausência da fiscalização, órgão legal do Governo Provincial de Luanda para demolições, os moradores suspeitam que alguém terá feito negócio com tais espaços, sustentando-se tal argumento no facto de aí surgirem as tais duas empresas referidas acima.

Segundo nos foi possível apurar, a Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, por seu lado, demarcou-se completamente do caso, dizendo que não atribuiu terrenos a ninguém para que aí se construísse fosse o que fosse. Ou melhor, pediu às pessoas que se sentissem prejudicadas para que fizessem prova da titularidade do correspondente terreno, no que foi tido como desculpas de mau pagador.

«Como exigir documentos a quem nunca atribuiu?», interrogou-se um agricultor que viu o seu espaço adquirido por usucapião a ser desapropriado à força.

Moisés Paulo, um dos agricultores, esclareceu que desde que começou o cultivo do espaço que ocupava desde 1991, sempre tentou tratar os respectivos documentos no intuito de legalizar a actividade. «Eu tenho cópias de documentos que deram entrada na Administração em 1996 para a legalização do espaço. Fiz os requerimentos e até hoje não houve resposta. Como é que este administrador vai exigir documentos destes, se o Estado nunca me deu?», questionou-se.

Joana Camueji, 60 anos de idade, disse ao nosso jornal que já não sabe o que fazer, porque o pouco que tinha acabou na casa que erguera e não sabe onde segurar sequer para comprar chapas para uma «casota». Disse ainda que não irá sair de lá por não ter onde ir. «Eles como querem tudo que fiquem também comigo», disse visivelmente desolada.

Por outro lado, José Adão 30 anos, disse que vive no local há quase dois anos e que começaram a partir casas no ano passado. «Começámos a ouvir que estão a partir casas no Iraque e vimos que aqui não podia chegar. Então continuamos a viver uns com casa de bloco outros de chapa. Surgiram os homens da Emproe e começaram a partir as casas, num lado não, noutra lado sim. Depois de alguns dias começámos a ver

## **5.17 Interrupção das obras de requalificação aborrece moradores**

*Semanário Factual 23 a 30 de Janeiro de 2009*

Até à interrupção a empreiteira "Casa Kebo", portuguesa, já tinha feito escavações nas ruas, terraplenado algumas e reparado esgotos.

Porém, o administrador comunal da Terra Nova fez saber que a empreiteira suspendeu durante algum tempo os trabalhos para concluir as obras no bairro do Marçal onde seriam utilizadas máquinas, como pás carregadoras, cilindros de compactação do solo e tractores niveladores, mostrando assim as debilidades da empreiteira "Casa Kebo".

O Factual constatou que as ruas onde estavam a ser realizadas as obras encontram-se degradadas devido à acumulação de águas paradas provenientes dos esgotos e fossas.

Igualmente moradores deitam águas residuais na rua, facto que piora a situação das vias. Paulo Sousa, morador da Terra Nova, afirmou que "essas obras estão paradas há mais de três meses. A empreiteira "Casa Kebo" é que estava encarregada das obras mas de repente parou sem nenhuma explicação. Antes as ruas estavam normais mas essas escavações e a imaturidade de alguns vizinhos pioraram a situação, pelo que se torna difícil andar de carro pelo bairro devido às condições lastimáveis em que se encontram".

Bernardo Santos, também morador da Terra Nova, fez saber que "antes das eleições os trabalhos corriam a bom ritmo mas depois as obras foram interrompidas não só aqui mas em todo Rangel. As ruas encontram-se piores do que estavam, e se chover ainda nos próximos dias nós nem conseguiremos sair de casa, muito menos de carro".

As condições de tráfego nas ruas como Ribatejo, Alentejo e Minho estão dificultadas devido à quantidade de buracos existentes.

Oswaldo Miguel, motorista frisou que "algumas ruas como o Alentejo foram pavimentadas mas a não conclusão das obras e o depósito das águas residuais na via provocaram a sua degradação, o que dificulta bastante a circulação das viaturas podendo ainda ser danificadas devido aos buracos".

Os moradores do bairro da Terra Nova, propriamente das ruas do Alentejo, de Ribatejo, de Estremadura, do Minho e das Beiras estão preocupados com a não con-

clusão das obras, pois a qualquer momento pode chover em Luanda o que será uma calamidade, Consequentemente podem surgir doenças, pelo que pedem a intervenção das autoridades de direito.

O administrador da Terra Nova, Esteves Machado, falou também que os moradores têm dificultado os trabalhos da administração comunal: "Nós temos recebidos várias denúncias de moradores que têm tido um comportamento baixo, eles desentopem as suas fossas e toda a porcaria é deitada na rua. Também as águas residuais dificultam o trabalho da empreiteira, não adianta sujar para depois dizer que o governo é que tem de limpar", sublinhou.

O administrador alegou ainda que a água que se encontra na rua do Ribatejo é proveniente das fossas individuais construídas pelos moradores.

"As obras retomam o seu curso normal a partir da próxima semana e quanto ao sistema de drenagem das águas, nós conversámos com a empreiteira para que antes da colocação do asfalto se faça a reparação do mesmo sistema", adiantou o administrador comunal.

Esteves Machado afirmou que "a administração, quanto ao saneamento básico, está a levar a cabo obras de raiz com a colocação de sistemas de drenagem das águas pluviais e residuais que terão a sua descarga na vala do Senado da Câmara. Estas obras compreendem os bairros Nelito Soares e, posteriormente, a Terra Nova".

O administrador apelou aos moradores da Terra Nova para que colaborassem com a administração em prol do bem-estar da comuna e prometeu, voltar a falar sobre o assunto nos próximos dias.

## **5.18 Mais de 40 homens vivem "encafuados" num cubículo**

*O Independente 24 de Janeiro de 2009*

No Bairro Seco, localizado na zona do Benfica, 40 petizes e adolescentes partilham, há mais de cinco anos, o mesmo habitat, um espaço limitado, sem quaisquer condições que dignifiquem o ser humano. Os que chegam tarde são obrigados a dormir ao relento, mas quando acontecem as quedas pluviométricas a compreensão é mútua. Nesta altura todos mantêm-se de pé e em prontidão para que não sejam arrastados pelas águas da chuva.

Quando chegamos à chamada "Casa dos 40 homens", ficamos com a sensação de que ninguém habita nela. Tem janelas feitas de papelão e portas de ferro revestidas com papelão. Totalmente fechada, com

várias peças de roupa interior e exterior estendidas por tudo quanto era canto e nos arredores do imóvel, era perceptível, por perto, o cheiro horrível que se fazia sentir através das janelas.

Para nosso espanto, naquele mesmo momento surgiram mais nove elementos, que se vinham juntar àquele "exército" de homens, todos eles provenientes da província do Huambo, sem qualquer tipo de bagagem, todos mal apresentados, disponíveis para qualquer tipo de emprego.

São cerca de 40 homens, nome, e número, atribuído à rua. O número dos habitantes do cubículo varia do dia para noite, em função das dificuldades de emprego que se vivem um pouco por todo o país.

As condições de vida nos locais de onde vêm não são as melhores, mas aqui em Luanda acabam por encontrar ainda o pior! A viverem em casa arrendada de aproximadamente 7 metros quadrados, sem água nem luz, com inexistência de quarto de banho e cozinha, estes concidadãos têm que pagar, ao fim de cada mês, a quantia de aproximadamente USD 100.00, repartido por todos.

### **Condições de habitabilidade desastrosas**

Afonso Agostinho, um jovem com aproximadamente 30 anos de idade, disse à nossa reportagem que estão em Luanda "somente para trabalhar" e que todos têm "a consciência limpa de que não se deve admitir mulheres no interior da residência e de todas as necessidades devem ser realizadas fora da residência".

A nossa reportagem pôde visualizar as dificuldades por que passam estes concidadãos e, coincidentemente, aproveitou o momento para falar com Joaquim Abílio, o responsável pelo imobiliário, que nos disse que "só permite que estes elementos continuem a ocupar o imóvel porque ao mesmo tempo eles o protegem". Mas também reconhece que as condições de habitabilidade "são desastrosas".

"Às vezes somos molestados por rapazes delinquentes que nos retiram todo o dinheiro logo no fim da jornada de trabalho. Eles ameaçam-nos com arma branca e, por vezes, chegam mesmo ao ponto de nos pontapearem... No Huambo o emprego não está fácil de encontrar! Aqui em Luanda é mais fácil. Não se morre à fome... por isso estamos aqui para trabalhar e não para mexer em coisa alheia", desabafou o jovem António, que teve de abandonar a escola em busca do emprego que, seguramente, vai lhe permitir ajudar a alimentar a sua família.

Estes compatriotas, vulgo "roboteiros", abandonam a casa comum logo pela madrugada, com os seus carros de mão, em direcção ao mercado principal do Benfica e arredores à procura de biscates, e só regressam ao anoitecer. Quando chegam não têm outra opção senão juntarem-se em grupos de cinco para partilharem a refeição da noite. Peixe seco com funje de milho é o ideal, para quem passa o dia a carregar sacos, material de construção, grades de cerveja, cimento, entre outros produtos. Nesta residência a compreensão dos moradores é boa. Eles chegam mesmo a considerar-se como verdadeiros irmãos, tanto nos momentos difíceis como nos mais fáceis.

Joaquim Abílio, o proprietário faz um apelo: "Peço à Administração da Comuna do Benfica para que crie condições de trabalho para estes jovens que têm vontade de trabalhar e para ver Angola a crescer."

## **5.19 Moradores do prédio da lagoa não sairão**

*Folha 8 24 de Janeiro de 2009*

As 150 famílias permanecerão por tempo indeterminado o prédio da Lagoa, sito nas imediações do largo do Kinaxixi, comuna Patrício Lumumba, município da Ingombota, província de Luanda, informou ao Folha 8 a administradora daquela circunscrição da capital angolana, Suzana Melo.

"O que o Governo está a fazer, neste momento, é remover a grua e garantir segurança às pessoas, começando pelo lixo que lá se encontra. Esta decisão deve-se ao facto de a empresa (Soares da Costa), que está a efectuar a remoção da grua, não ter evocado até ao momento problemas técnicos que obrigue a evacuação das pessoas", disse Suzana Melo, administradora municipal da Ingombota. Questionada sobre a reabilitação do mesmo prédio que continua inacabado, Suzana Melo respondeu não dispor de nenhum dado em relação a isto e garantiu que qualquer passo subsequente, no momento oportuno, daria a conhecer.

"Nós não temos capacidade para reabilitar edifícios, e isso não depende de nós. Porém, logo que houver a necessidade de se fazer mais alguma coisa, as pessoas serão informadas", garantiu a número um do município da Ingombota.

Suzana Melo, durante a sua intervenção, apelou aos moradores para a maior colaboração, a fim de que a operação da retirada da grua daquele recinto ocorra sem sobressaltos e que os mesmos (habitantes) deveriam manter-se o mais longe possível por questões de segurança.

Apesar das palavras tranquilizantes da administradora, os moradores continuam preocupados com o destino, caso o Governo Provincial de Luanda, representado pela administração comunal da Ingombota, decida desalojá-las, em função das condições que o referido edifício apresenta.

A preocupação foi manifestada por um grupo de pessoas que vive no referido prédio há mais de 10 anos. Segundo os mesmos, até ao momento, não houve um pronunciamento oficial por parte das autoridades a respeito do possível desalojamento, mas garantiram ao nosso jornal a existência de informações segundo as quais poderão ser retirados.

"Até aqui não recebemos nenhum comunicado do Governo a dizer que vamos sair, mas ouvem-se pessoas dizer que vão nos tirar", disse Ana de Oliveira, mãe de três filhos.

Quem também falou à nossa reportagem é o senhor Nonó Nsimba. Segundo este cidadão, a maioria das pessoas está informada sobre a suposta mudança que o Governo pretende, com vista a melhorar as condições de habitabilidade naquele prédio construído sobre uma lagoa.

"Sabemos que não vamos continuar aqui porque o prédio vai ser reabilitado," contou Nonó Nsimba, outro morador. O director do Instituto da Pesca Artesanal, Caholo Duarte, considerou infundadas as declarações proferidas pelos pescadores, segundo as quais o Ministério das Pescas vendeu, em 2008, embarcações usadas nas províncias de Benguela, Namibe, Cabinda e

Zaire.

Para Caholo Duarte, a falta de manutenção e gestão racional das embarcações esteve na base da não durabilidade dos respectivos instrumentos de pesca artesanal. "Não deveriam reclamar passado uma ano, não é o Governo que tem de velar pela manutenção dos barcos".

O funcionário do Ministério das Pescas ainda disse que a compra do equipamento não foi aleatória, mas sim em função das necessidades dos mesmos pescadores necessitavam. O Governo preocupou-se e recorreu ao material de fabrico japonês, por ser um dos melhores. "As primeiras 100 embarcações foram distribuídas nas províncias de Benguela, Namibe e Cabinda; foram das melhores do mercado, pois possuem motores de fabrico japonês", informou Caholo Duarte director daquele departamento adstrito ao Ministério das Pescas, acrescentando "para além daqueles tínhamos comprado outros motores alternativos para quem quisesse montar

o seu barco a sua moda". Caholo Duarte declarou ainda que a entrega de embarcações aos pescadores das diversas províncias visa, para além das questões já invocadas, profissionalizar os pescadores, em virtude de o sector pesqueiro contribuir significativamente para o progresso económico do País.

Durante os anos de 2006 e 2007 foram distribuídas mais de 450 embarcações nas províncias de Luanda, Benguela, Cabinda, Namibe e Zaire. O programa visava a redução da pobreza, bem como a criação de emprego e melhorar a oferta de pescado às populações locais.

## **5.20 Obras perigosas em Luanda**

*Agora 24 de Janeiro de 2009*

Entre as empreitadas que merecem reparo estão as vias estruturantes, caminhos-de-ferro e alguns edifícios. Por exemplo/ o Governo diz ter reparado o Caminho-de-Ferro de Luanda, (CFL) mas os acidentes, quase todos mortais e que já fizeram dezenas de vítimas revelam tão-somente erros de cálculo e de planificação. Ao que parece, a estrutura que aprovou a sua construção não esteve em sintonia com o Gabinete de Reconstrução Nacional, (GNR) ou/ na pior das hipóteses, não entrou em contacto com o plano director da capital angolana. Tudo indica que o CFL teve apenas em consideração a sua parte, esquecendo-se de que o desenvolvimento de qualquer cidade respeita um conjunto de serviços concorrentes como, por exemplo, água e luz, estradas e telecomunicações.

Neste momento, o valor das várias pontes aéreas do CFL erguidas pelos chineses é nulo e perigoso, uma vez que boa parte delas termina exactamente onde começam as estradas. O advogável seria ter pontes que tomassem em consideração a circulação de pessoas, não apenas sobre o CFL, mas ao longo deste e da paralela estrada expresso Luanda - Viana.

A ausência de sincronia nas obras tem sido igualmente responsável pela falta de água em muitas zonas da cidade capital, sobretudo na faixa direita da estrada de Catete no Município de Viana e em Cacuaco, para além no interior da cidade. Do São Paulo, onde as reparações seguem o ritmo dos preparos da visita do Papa Bento XVI, à Rua Ho Chi Mi, ao lado da Rádio Nacional de Angola, passando pelo Cassequel, são bastantes os exemplos de obras em rectificação de erros cometidos num passado recente.

Uma fonte autorizada da Epal, disse no aniversário da empresa de Águas de Luanda em 2008 que o GRN não concertou a execução de obras que o país verifica com todos os seus parceiros, tendo em muitos casos

efectuado escavações, obedecendo a medidas chinesas que chocam com as executadas pelos portugueses em Angola. "Daí as roturas que se verificam volta e meia nas condutas de água, energia eléctrica e de telecomunicações", adiantou a fonte.

Quanto às estradas, o nosso olho clínico flagrou atrasos na sua execução. Neste momento, quase todas as obras sofreram um abrandamento depois do frenesim eleitoral. O mesmo se diz sobre algumas obras como as do Projecto Nova Vida engolidos em parte pela auto-estrada Luanda Sul - Golfe 2 . Especialistas entendem que aquela zona transformar-se-á num autêntico matadouro humano, quando os prédios da margem direita ficarem habitados.

Diante destes atropelos todos seria bom que os governantes relacionados com as obras explicassem publicamente sobre o que se está a passar, quanto ao custo de cada empreitada, prazos, vantagens e desvantagens, embora não haja, na nossa história de país, uma cultura séria de prestação de contas. Nem mesmo o Tribunal de Contas tem dado aos cidadãos qualquer informação útil.

É caso para se dizer que os legisladores da futura Constituição de Angola devem analisar a necessidade urgente de criar mecanismos possuidores de direito de veto, totalmente independentes dos partidos políticos e do Estado e capazes de controlar e verificar as acções destes. A meta dessas instituições seria a de afirmar a soberania da Nação, de vigiar a execução do mandato confiado à sociedade política e de garantir um verdadeiro Estado de direito democrático. Talvez assim o país deixasse de ter obras sem controlo.

## **5.21 Cazenga, quem te viu quem te vê...**

*Agora 24 de Janeiro de 2009*

Enquanto o ministro da Administração do Território disse que os cinco milhões de dólares estão a ser bem empregues pela administração local, os moradores, estupefactos, põem em causa a afirmação

O município do Cazenga, um dos mais populosos da província de Luanda, que já teve bairros muito airosos e arrumados como o São Pedro, o Hoji-ya-Henda, o Tala Hady, entre outros, continua 1 viver sérios problemas que muito afectam os seus moradores, para além de outros que são criados por quem ganha para zelar pela resolução deles.

O saneamento básico é inexistente em quase toda a extensão do município; as ruas estão atulhadas de lixo e



a sua recolha é precária, apesar de ter melhorado em alguns bairros; o abastecimento de água potável é deficiente e, em alguns bairros, inexistente; a electricidade continua a ser uma "grande dor de cabeça" na maioria dos bairros das três comunas que compõem o município, embora, reconheça-se, muita coisa foi remodelada; as ruas estão todas num estado lastimável:

Enquanto as vias principais estão a ser remodeladas, casos da rua dos Comandos, a 5ª Avenida, a 7ª Avenida e parte da continuação da Hoji-ya-Henda (algumas há mais de dois anos), as outras, como a rua do Patrício, com enormes buracos em toda a sua extensão, transformada em depósito de lixo e águas putrefactas, a vulgarmente chamada rua da Fiaco, já terraplanada mas sempre cheia de buracos, as chamadas ruas secundárias e terciárias no interior dos bairros, em pior estado que picadas da mata, em nada facilitam a vida quer dos motoristas que diariamente por elas transitam, como a dos moradores que vêm-se à nora para se deslocar para os seus variados afazeres (saliente-se que é no Cazenga que está situada a base central da empresa de autocarros públicos, Tcul, mas o município não beneficia de nenhum autocarro nas suas ruas por falta de condições de trânsito). Em certos pontos, até caminhar se tornou um penoso sacrifício.

Vai-se assistindo aqui e ali alguma terraplanagem, coisa pouca, algumas escavações em ruelas, caso da Comissão do Cariango, bairro que em tempo de chuva fica totalmente inundado (não se sabe o que será se chover enquanto estiver no estado actual).

Muitas insuficiências. Uma questão vital é a saúde: os moradores dizem que o centro médico e maternidade do "Asa Branca" é uma ilusão, o atendimento é deficiente e a prática dos seus trabalhadores nociva, o mesmo acontece com o centro do Hoji ya - Henda, só para citar estes.

O hospital municipal, chamado hospital dos Cajueiros, sendo agora o que tem a responsabilidade de encaminhar doentes para os hospitais centrais, é muito contestado pelos moradores, pelas situações menos éticas que se vive naquele hospital, sobretudo a noite, em que diversos doentes pernoitam no pátio, dormindo ao relento no chão duro de cimento, por falta de atendimento e demais condições.

A educação também tem as suas deficiências: grande parte é das escolas, sobretudo as mais antigas, não tem carteiras e, às vezes, nem quadros; os telhados de várias escolas estão quebrados ai ou totalmente degradados, deixando penetrar o sol e a chuva, e em suma, falta condições pedagógicas para o ensino; muitos colégios e

escolas participadas são autênticos pardieiros e, em p tempo de aulas, em salas minúsculas, albergam grande número de crianças sufocadas pelo calor e mal acomodadas.

Numa altura em que se fala o da requalificação do Cazenga, um projecto que poderá começar brevemente como daqui à uma década, os moradores, principalmente, os que se situam ao longo da 5ª Avenida, estão apreensivos com a remodelação da estrada, cujo o piso está mais alto que os seus quintais, deixando as casas como que num buraco, sem passeios para os peões e sem esgotos. "Se com a estrada baixa, alguns carros entravam-nos pelos quintais adentro, com esta altura, os carros vão dormir connosco dentro de casas entrando pelo tecto disse dona Teresa, moradora nos arredores da escola ' Angola e Cuba Outra preocupação, são as chuvas:

"O nosso bairro sempre ficou inundado e as águas corriam para a estrada, agora estamos numa bacia, não sabemos Ir o que será de nós quando chover, graças a Deus, isso ainda não aconteceu, mas... ", hesitou a nossa interlocutora.

Funcionários corruptos. O K Cazenga já teve vários administradores. Cada um deles teve q mais negativos que positivos. Por q isso nenhum fez coisas relevantes o pelo município e suas gentes.

O actual administrador, Tany Narciso, em alguns meios do Cazenga, é considerado como um homem de "ambientes" sem carisma para O cargo, pelo que, os moradores exigem do Governo Central uma auditoria sobre o que realmente foi feito com os cinco milhões de dólares.

"Quando o senhor ministro Fontes Pereira veio ao Cazenga e depois disse que o dinheiro foi bem empregue, a população quer saber em quê, porque nunca vimos nada, só ele é que viu lá na administração, eles têm que vir à público justificar isso, porque ao que se sabe as obras que estão a ser feitas são de subordinação central, apesar de estarmos no país dos milhões, não se gasta cinco milhões de dólares a terraplanar e cavar algumas ruelas", afirmou um morador que pediu anonimato temendo represálias.

A administração municipal está cheia de corruptos que só sabem enganar as pessoas, usurpam os terrenos alheios, cobram duas ou mais vezes por um documento ou um croquis de localização, tudo isso acontece mais

na secretaria e na área técnica", explicou outra moradora que já teve sérios problemas na administração por causa do seu terreno e refere-se ao senhor Dinho, da área técnica e Adolfo, da secretaria, como sendo dos menos sérios, apontando também o administrador adjunto, Adão João, que usurpara-lhe o terreno, posteriormente devolvido depois de muita confusão, vivendo agora um outro problema com o croquis.

Depois de já ter gasto 25 mil Kwanzas, O senhor Dinho quer mais 15 mil para entregar o croquis, "o que me dá a entender que o primeiro dinheiro foi para o bolso dele", rematou a cidadã!

## **5.22 Musseque de Luanda nasceu na Ingombota**

*Jornal de Angola 25 de Janeiro de 2009*

A população de Luanda celebra hoje o 4330 aniversário da fundação da cidade. A sua história secular está associada aos musseques, que são bairros pobres, de casas construídas à base de madeira ou pau e barro (pau-a-pique), habitadas por gente humilde.

Artur Pestana "Pepetela", antigo docente da cadeira de Sociologia Urbana, na Faculdade de Arquitectura, da Universidade Agostinho Neto, explicou ao nosso jornal a origem dos musseques. Falou dos comerciantes portugueses que neles habitavam, também conhecidos por "fubeiros" e sobre o racismo na antiga Luanda.

"O Bairro. Operário não nasce como musseque. Foi o primeiro bairro urbanizado em Luanda, construído pela Câmara", revelou.

Segundo o académico, os musseques surgiram no tempo colonial, por volta do século XIX. O termo quer dizer "areia vermelha", mas do ponto de vista sociológico mostrava a exclusão social, fundamentalmente da população africana em relação ao centro da cidade.

Nessa altura, Luanda era composta essencialmente pela Cidade Alta, desde a Fortaleza de S. Miguel ao Hospital Josina Machel. Nesse corredor estavam instituições do governo, igrejas e casas de funcionários superiores da administração colonial. A Cidade Alta era uma zona habitada pelo poder político, militar e religioso.

A Cidade Baixa compreendia a zona dos Coqueiros, passando pela Baía até à Estação do Bungo, isto ainda no século XIX. E é nesta época que quase tudo começa em relação aos musseques.

Aproveitando-se de uma epidemia que houve na cidade

entre 1870 e 1880, o governo decretou o derrube de uma série de cubatas que existiam no Bairro dos Coqueiros. Artur Pestana "Pepetela" diz que não consegue precisar se a peste se tratava de surto de cólera ou outra doença.

Na época da escravatura os donos de escravos mantinham-nos próximos de si, nos quintais de suas casas, para melhor controlarem os trabalhos forçados. Terminado o regime de escravatura já não era necessário que os antigos escravos continuassem a morar perto dos antigos donos. Mas muitas cubatas continuavam a existir.

O pretexto encontrado para acabar com elas foi a epidemia. Diziam que a peste provinha das cubatas que albergavam escravos nos Coqueiros.

Assim, parte das cubatas foram queimadas e a população que nelas residia foi obrigada a subir para a zona acima da Igreja do Carmo, que era o limite da cidade.

"Cria-se então o Bairro da Ingombota, que é o primeiro musseque de Luanda. Foi nessa altura, pela primeira vez, que uma parte da população foi empurrada para a periferia, onde até existiam animais ferozes como leões", esclarece o sociólogo.

Foi nesta altura que apareceu o termo musseque, onde passaram a residir aqueles que eram os marginalizados da sociedade colonial.

No século XX, mais propriamente em 1922, é aberta a Rua Brito Godins (Avenida Lenine), que sai do Largo do Kinaxixi, passa pela escola Mutu-ya-kevela, antigo Liceu Salvador Correia e termina na Maianga. Esta rua passou a ser a fronteira entre a cidade e o musseque. Artur Pestana diz que nessa época a Ingombota passa a estar integrada na cidade. O Maculusso era musseque. Havia nessa zona, até 1940, o musseque Braga, onde hoje é o Mutu-ya-kevela e o chamado bairro do Café.

Os bairros periféricos eram chamados musseques, independentemente do tipo de construção. Geralmente, eram erguidos à base de areia vermelha com ramos de palmeira entrelaçados. A última fronteira do tempo colonial é a Rua Senado da Câmara, que aglomera a conhecida vala de drenagem da Cidadela Desportiva e vai até às barrocas da Boavista. "Estamos no ano de 1950. Na altura, começa-se a construir o Bairro Popular, mas não como musseque"

Nível de vida fonte de racismo

O sociólogo Artur Pestana afirma que nunca houve uma discriminação racial absoluta na era colonial.

Tratava-se, sim, de uma discriminação de classes, sobretudo nos rendimentos.

Havia famílias africanas que viviam na cidade e europeus que residiam nos musseques, sobretudo os comerciantes. "Não era como na África do Sul, onde o apartheid incidia o seu peso na raça da pessoa".

Prova disso, diz, é o caso dos comerciantes portugueses que viviam nos musseques, cujas lojas eram compartimentos da casa que habitavam e eram apelidados de fubeiros, porque vendiam fuba, um termo na época ofensivo, abusivo, humilhante. "Teu pai é fubeiro", é assim que muitos filhos de comerciantes eram insultados.

Alguns comerciantes, diz Artur Pestana, podiam até acumular certa riqueza em função dos rendimentos das lojas, mas por residirem nos musseques em conjunto com populações africanas eram considerados pobres. "Mas, repito, não era um apartheid. Era uma discriminação, condições de vida, cultura, como o acesso à escola".

Artur Pestana lembra que Mário António de Oliveira, um grande estudioso da Luanda do século XIX, fez um estudo sobre a cidade. Conseguiu estatísticas das suas escolas e mostra que a maioria dos alunos eram mestiços ou negros, ao passo que a minoria era branca.

A situação inverteu-se no século XX. "Já era uma fase diferente", diz o sociólogo. A proporção de brancos era cada vez maior em relação aos negros. "Não era uma situação oficial, mas era mais difícil porque se criavam certas dificuldades afastando os africanos do centro para a periferia onde havia poucas escolas".

Em termos de percentagem de crianças em idade escolar e na escola, há um decréscimo no século XX em relação ao XIX, relativo há crianças negras e mestiças. "Os dados, as estatísticas existem e estão aí." No princípio do século XX, mais precisamente em 1910, quando foi instaurada a República em Portugal, aumentou a discriminação racial em Angola, mas devia ser o contrário, afirma o sociólogo. O problema não residia no regime em Portugal, mas no colonialismo, afirma. "Só mais tarde se percebeu que se devia atacar o sistema colonial".

Nome musseque chegou ao Iémen

Conta o sociólogo que certa vez, "ao conversar com um estrangeiro que não conhecia Luanda, disse-me que no Iémen os bairros limítrofes da cidade são chamados de musseques, e lá não há areia vermelha, é uma zona do deserto".

Artur Pestana defende que um estudo deve ser levado a cabo quanto à questão. "Mas musseque não pode ser uma palavra árabe. Provavelmente o termo partiu de cá para lá, mas para se apurar a verdade é preciso fazer-se um estudo. Na altura não havia cá alguma influência árabe". Portanto, defende, musseque não pode ser uma palavra árabe, mas, se calhar, de qualquer língua que havia naquela região de influência árabe.

"Como nessa região do Iémen, Somália, houve presença portuguesa a caminho da Índia, é possível que a palavra tenha ido com os portugueses para lá e não o inverso", afirmou Pepetela.

O sociólogo defende esta possibilidade não por questão de nacionalismo, mas porque tem mais lógica, embora possa haver quem diga o contrário.

Quanto ao Bairro Operário, o antigo docente de Sociologia Urbana esclarece que embora surja como bairro e não como musseque, em termos sociológicos é mesmo um musseque, no sentido de discriminação social.

O Bairro Operário era habitado por pessoas que saíam de zonas mais pobres de Luanda.

"É o primeiro bairro organizado construído pela Câmara. E o bairro dos excluídos, porque até certo ponto foi construído como musseque, habitado por negros, mestiços, sobretudo por uma forte componente cabo-verdianos anos 50 e 60. Depois houve uma "mistura" e ficava difícil saber quem era cabo-verdiano ou não".

Recordou que o Bairro Operário foi o primeiro bairro com ruas traçadas no papel, porque Luanda foi sempre um caos, uma cidade feita sem plano, ao contrário de cidades como Benguela e Huambo.

Em Luanda eram construídas primeiramente casas e depois dava-se um jeito para se construírem ruas entre elas, sobretudo no século XX, quando construções de casas em transgressão eram uma evidência, já que havia uma lei segundo a qual, se a casa já estivesse erguida não se podia demolir.

São conhecidos muitos casos de colonos que de dia improvisavam a aplicação de vigas e de noite punham o tecto na casa: No dia seguinte, a Câmara de Luanda já não podia demolir a construção, porque tinha tecto.

Quase todas as casas da Samba foi construídas em transgressão, o que faz parte da história, diz o sociólogo, que acrescenta: "A governadora vai ter muito trabalho por causa disso".

## 5.23 “Modernização de Luanda é irreversível”

*Jornal de Angola 27 de Janeiro de 2009*

Entrevista:

Figura central da direcção do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), órgão adstrito ao Governo da província, o arquitecto Hélder José (integra a lista das individualidades) será que é esta palavra) que, no dia 30 do mês em curso, vão dirigir o seminário sobre "Planeamento, Organização e Segurança em Obras Públicas". Ao *Jornal de Angola*, Hélder José fala do estado de segurança das obras em curso na capital do país e do planeamento urbano.

*Jornal de Angola* – A cidade de Luanda regista um crescimento acentuado de infra-estruturas. Como encara a construção vertical nesta mudança radical na arquitectura da cidade?

Hélder José -Luanda começou a ter alguns edifícios novos que despoletaram uma discussão fervorosa nos habitantes, que questionavam, fundamentalmente, a identidade da cidade. Os mecanismos para a definição dos espaços ou dos elementos do património arquitectónico devem ser preservados, porque é necessário que a memória colectiva desta Luanda histórica prevaleça. Do ponto de vista da sua dinâmica de crescimento e modernização, já nada pode impedir que tal aconteça.

Os indicadores de sustentabilidade das construções verticais devem ser garantidos, nomeadamente, a questão dos estacionamento. Hoje, faz todo o sentido que ao idealizarmos novos edifícios o façamos com comodidade. E esta passa por respeitar uma série de requisitos.

JA – Que desafios se colocam quanto ao planeamento e organização das novas construções?

HJ – Os desafios são enormes.

Um desses desafios que o Governo tem é a contenção da expansão anárquica da cidade. Sabe que existe a preocupação das pessoas em ter uma habitação, procurar um espaço para construir, e isso com a tendência, muito forte, de ocupação de terrenos. O que nós estamos a dizer é que vamos procurar aqueles espaços que tenham condições técnicas para a construção. Que não seja, por exemplo, em linhas de água, nas encostas que apresentam indicadores de perigo, por baixo de linhas de transporte de energia eléctrica ou próximo de condutas de água. A localização de novas áreas de expansão deve ser pensada, na perspectiva de garantir primeiro a construção de infra-estruturas e redes técnicas, e só depois a

habitação. E este exercício que tem de ser feito, e deixar para trás exercícios similares aos do bairro Benfica, onde o Estado, por não ter capacidade de resposta face às necessidades, encontrou aquela alternativa. O que se vê no Benfica é que as residências existem, mas é inexistente todo um conjunto de equipamentos complementares. Com isso, são evidentes as dificuldades para quem lá vive. Portanto, vamos continuar a fazer novas áreas de expansão de habitação mas sempre no âmbito e no espírito de planos de urbanização que contemplem os equipamentos sociais.

JA – Já está definido um prazo para a concretização desses mecanismos?

HJ – A dinâmica à volta da cidade de Luanda é tão grande que muitas dessas coisas até já estão a acontecer se fizer uma vistoria à província no seu todo, sobretudo à periferia, vai ver que há um enorme investimento do Estado na construção de novas habitações. Estou a falar, por exemplo, da área por detrás da Cidade Universitária, onde está em construção uma enorme urbanização.

O mesmo se passa no eixo que compreende o bairro do Zango em que as obras se traduzem por indicadores de que estamos a resolver o problema da habitação. No município de Cacucaco também estão a ser construídas novas urbanizações, numa vasta área, no espírito do desafio que é a construção de um milhão de residências. Contudo, é preciso perceber que isto é um exercício de continuidade.

JA – Que mudanças podem surgir com a realização do seminário sobre Planeamento, Organização e Segurança em Obras Públicas?

HJ – Temos detectado, na realização das obras, situações dramáticas, relacionadas com as normas de segurança e que nos sugerem que devem fazer um diálogo com a população, os operários de construção civil e os responsáveis das construtoras, no sentido de se evitarem os acidentes de trabalho. Lamentavelmente, nas obras esses factores de segurança têm sido descurados por parte dos promotores do sector da construção civil, que na própria estrutura das empresas têm um assessor para a segurança.

JA – O que diz a legislação?

HJ – Não é propriamente a minha especialidade, mas acredito que deve existir legislação abalizada sobre o funcionamento das entidades que lidam com matéria ligada ao sector da construção civil. Penso que enquanto entidade com responsabilidades na fiscalização dos requisitos de segurança, o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social tem uma palavra a dizer sobre se está ou não a ser

cumprida a legislação e se as pessoas têm o seu conhecimento.

JA – De qualquer modo, a realidade mostra que a segurança nas obras, não tem sido devidamente acautelada?

HJ – Acho que não tem sido acautelada nos parâmetros que deveriam ser, e existem inúmeras queixas neste sentido. Em alguns casos, a construtora furta-se à responsabilidade quando o dano causado a terceiros, decorrente das obras, está sujeito à indemnização. E a ideia da realização do seminário passa, exactamente, por criar condições para alertar a sociedade para a prevenção e criação de mecanismos para o exercício da fiscalização da construção civil, dentro dos parâmetros da segurança das obras.

JA – Não existem debilidades na legislação que permitem este tipo de comportamento?

HJ – Não tem muito a ver como legislador, porque às vezes a legislação está no Diário da República e ninguém a lê. Quem tem de fazer isso somos nós que fazemos a rotina diária e sentimos os efeitos das obras que estão a acontecer e que não respeitam os parâmetros de segurança, porque afinal nenhum de nós está isento de apanhar uma pedrada vinda de Um edifício que está a ser construído em Luanda.

JA – Em que circunstâncias a via pública pode ser fechada ao trânsito automóvel até mesmo aos transeuntes, enquanto decorre uma construção privada?

HJ – Isso é uma questão que vamos discutir no seminário; porque os especialistas na área também se dividem nas soluções tecnológicas para à resolução das obras e edificações que têm estado a ser feitas. Enquanto uns dizem que precisam de ocupar a via pública, outros consideram que existem equipamentos mecânicos que permitem trabalhar em condições de exiguidade de espaços. Defendem que são equipamentos caros, mas pelo menos a cidade não fica tão penalizada. Aqui há que encontrar um meio-termo, analisando cada caso e em função da situação acatar as recomendações dos especialistas. Não é que noutras paragens do mundo não aconteçam situações idênticas, mas o que se passa noutros países é que as câmaras ou administrações locais possuem dispositivos que desencorajam as construtoras a ocupar a via pública. Quem envereda pela solução em que a via pública tem de ser parte do seu projecto, tem de disponibilizar o dinheiro suficiente que permita a construção de alternativas. Já pensámos nesta hipótese, é esta perspectiva que pretendemos colocar na mesa e discutir com os promotores do sector imobiliário.

JA – Que responsabilidade tem o IPGUI na elaboração de estudos de impacto de vizinhança?

HJ – O impacto de vizinhança enquadra-se no âmbito dos vários itens do estudo de impacto ambiental. Quando se projecta um programa de execução da obra, antes mesmo do licenciamento deve ser apresentado às entidades licenciadoras um estudo do impacto de vizinhança, para se saber de que forma todo o processo de construção y vai criar constrangimentos a quem habita o meio envolvente. Já estamos a criar condições para que os próximos projectos, que abarcam, zona habitada, antes de serem licenciados, os responsáveis nos apresentem esses indicadores.

JA – Quando são vista as preocupações como a poluição sonora e ambiental no decorrer das obras?

HJ – E preciso ter em atenção que estamos a construir numa cidade que está viva. Então, temos que criar uma relação saudável entre todos os intervenientes, de modo a que as construções sejam feitas com a diminuição ao mínimo do impacto causado a terceiros, inclusive os impactos da poluição sonora. Não pode ser como tem acontecido. Neste aspecto, faz todo o sentido reflectir e transmitir à população a importância dos valores morais.

JA – Como travar a descaracterização que existe em algumas zonas da cidade?

HJ – Estamos a fazer um trabalho de contagem estatística dos equipamentos da província de Luanda, e verificámos um dado importante nos bairros Vila Alice e Vila Clotilde. Antigamente, na sua matriz de surgimento, eram bairros residenciais, mas, pelo levantamento, verificamos que se tomaram bairros mistos. Sendo bairros mistos, toda a génese de funcionamento urbanístico muda, porque, ao agregarem serviços públicos, toda a Luanda vai para lá em busca desses serviços. As mudanças urbanísticas deste género acabam por desajustar todo o programa urbanístico destinado à própria área.

JA – O que mais precisa de ser feito, para que no futuro não venhamos a conviver com os mesmos erros?

HJ – O que me parece é que deve prevalecer o diálogo, a capacidade rápida de resposta aos problemas e a transmissão de indicadores de segurança, de que a autoridade pública tem capacidade de resolver os problemas dos municípios. Se esses indicadores transparecerem, muitos dos problemas da gestão urbana de Luanda hão-de ficar reduzidos. Igualmente, é preciso mudar as mentalidades de quem governa e é governado, para permitiram entendimento daquilo que cada um faz. E nessa perspectiva que devemos entender o hoje e o futuro das mudanças que virão a acontecer.

## 6 TERRA

### 6.1 Urbanização de reservas fundiárias abrange quase quatro mil hectares

*Jornal de Angola 8 de Janeiro de 2009*

O Ministério do Urbanismo e Habitação vai iniciar a urbanização de mais de 3.700 hectares em todas as capitais provinciais anunciou ontem, em Luanda, o ministro Diekumpuna Sita José, durante a abertura de um seminário sobre Urbanização das Reservas Fundiárias, dirigido a vice-governadores e administradores municipais.

O ministro disse que o processo, a ser levado a cabo com todos os governos provinciais, deve proporcionar 110.560 novos lotes de terrenos e acolher mais de 663.000 habitantes. Ainda no primeiro semestre deste ano, acrescentou, deve começar em todas as sedes municipais o processo de urbanização de 3.900 hectares de reservas fundiárias que permitem criar 97.500 lotes urbanizados e infra-estruturados até final do ano.

Relativamente ao desafio lançado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, de construção de um milhão de habitações, o ministro do Urbanismo e Habitação disse que o Programa Executivo da Habitação a executar no quadriénio 2009/2012 prevê uma mobilização dos promotores públicos, assegurando a construção de mais de metade das unidades habitacionais necessárias nas zonas urbanas e rurais.

Sita José defendeu o alargamento da cadeia de relações funcionais para uma melhor gestão das cidades e vilas, de forma a envolver e qualificar as autoridades municipais, que o ministro considera "verdadeiros agentes executores" das acções constantes do Programa do Governo nos domínios do Ordenamento do Território e do Urbanismo, da Habitação e do Cadastro.

Segundo o ministro Sita José, para o ano em curso, o seu ministério tem como prioridade a condução do processo de urbanização das reservas fundiárias municipais, destinadas ao fomento da habitação e outros usos necessários para o desenvolvimento económico e social das populações.

O sector do Urbanismo e Habitação prevê ainda para este ano a prestação da assistência técnica aos Governos Provinciais na promoção da elaboração dos instrumentos de gestão territorial, na execução dos programas de requalificação dos musseques e regularização da ocupação dos terrenos nas zonas suburbanas.

Consta ainda das prioridades, de acordo com Sita José, a formação e qualificação dos gestores municipais para uma actuação competente e responsável, face aos grandes desafios de construção de cidades e vilas.

### 6.2 Administração engaveta pedidos de terreno

*Agora 10 de Janeiro 2009*

Mais de vinte mil cidadãos têm os seus pedidos de terrenos para construção de residências engavetados na administração municipal do Namibe.

Em Março de 2007 estavam engavetados três mil pedidos de cidadãos que não querendo mais esperar pelas promessas do Governo, propuseram-se cada um construir a sua casa.

Num jogo de empurra entre o governador e o administrador nunca foram clarificadas as políticas de cedência de terrenos a quem os requer para construção.

Os pedidos são dirigidos ao gabinete do governador e depois de despachados são encaminhados para a administração municipal, mas esta tramitação nunca é explicada ao cidadão.

"Se para os mais necessitados a sorte é a congelação dos pedidos, para os homens endinheirados, o administrador municipal, Armando Valente, até faz o

favor de estar no local de cedência do espaço, ajudando nas medições. Foi assim que procedeu nos terrenos cedidos junto do estádio Joaquim Morais", disse-nos um velho habitante do Namibe.

A mesma fonte revelou-nos que com a sua cobertura foi usurpado o terreno há muito cedido à Igreja Metodista, tendo sido entregue a homens de negócios provenientes de outras paragens. Referiu-se também a outros casos como é o da saída da cidade do Namibe para o Lubango, onde as marcações quase que chegaram ao quilómetro 14 ou seja até ao Giraul de cima.

Entre o fenómeno de complicar a vida de quem quer terreno para construir a sua própria casa e dar benefício da dúvida aos procedimentos da administração municipal, a verdade é que hoje mais de 20 mil cidadãos que requereram terrenos para construção de casas têm os documentos congelados.

Armando Valente justificou-se avançando que "a população cresce de forma dinâmica. Nos bairros, controlamos cerca de 250 mil habitantes e a própria administração municipal apesar dos esforços, ainda não conseguiu antecipar-se às necessidades da população. A par disso, um grande esforço, temos vindo a empreender no sentido de que sempre que detectamos construções não autorizadas, procedemos imediatamente às devidas demolições, e as pessoas infractoras, encaminhadas aos locais previamente acautelados, respeitando o princípio de urbanismo".

Administrador municipal, Armando Valente (à esq.) e director das Obras Públicas, arquitecta Carlos de Sá por altura de uma visita de campo. Administração comunal do Forte Santa Rita recentemente construída"

Questionado sobre os três mil pedidos de terreno engavetados desde de Março último, o Administrador Municipal Armando Valente afirma que o número subiu para vinte mil pedidos congelados, contra três mil registados no passado mês de Março."Olhe, neste momento já não são três mil.

Para lhe ser sincero, nós temos mais de vinte mil pedidos de terrenos. Esse trabalho, por mais vontade que nós tenhamos, requer que haja um trabalho inicial de talhamento, urbanização, para não colocarmos as pessoas em locais onde não haja perspectivas de água ou de luz.

Temos a consciência de que a população precisa de ter casa, mas para que isso aconteça, o Estado tem de acautelar porque onde quer que haja alguma centralidade, é preciso que se pense numa escola, centro de saúde e outras infra-estruturas. Se nós

distribuímos terrenos por distribuir, não estaríamos a fazer absolutamente nada, por isso é que muitos pedidos aguardam por despacho", explicou.

### **6.3 Administradores capacitados sobre Lei e Gestão de Terras**

*Jornal de Angola 11 Fevereiro de 2009*

As autoridades tradicionais, religiosas, associações de camponeses, organizações não-governamentais e administradores comunais foram capacitados neste final de semana, no município da Ganda, 221 quilómetros da cidade de Benguela, em matéria sobre a Lei e Gestão de Terras.

O encontro, que contou com 60 participantes, abordou temas relacionados com "o quadro legal ligado à posse e gestão de terras", "regulamento geral de concessão de terrenos", "princípios fundamentais, regras práticas, domínio público, privado", "classificação de terrenos" e "direitos fundiários".

Durante três dias, os participantes abordaram também o código civil, direito de propriedade, seus domínios, ocupações precárias, formas de obtenção destes direitos, aproveitamento útil e efectivo da terra e plano de ordenamento territorial.

Falando no acto, o administrador da Ganda, Job Sassando, afirmou que desde sempre as terras foram causas de grandes conflitos entre povos e nações, estando actualmente o Governo angolano empenhado na resolução de conflitos.

Apelou aos participantes para trabalharem junto das comunidades, a fim de esclarecerem a política do Governo em relação à posse e uso das terras, tendo chamado particular atenção das formas da sua utilidade e acesso.

O seminário contou com a participação de representantes do governo provincial, FAO e administração local.

# 7 SERVIÇOS BÁSICOS

## 7.1 Abastecimento de água e energia com fortes investimentos na Huíla

*Jornal de Angola 1 de Janeiro de 2009*

Vários projectos de impacto social foram executados durante o ano findo

Mais de dois biliões de kwanzas são o montante do Programa de Investimentos Públicos que o Governo da Província da Huíla leva a cabo este ano, revelou o governador provincial, Isaac dos Anjos, no acto de cumprimentos de fim de ano dos membros do seu executivo, entidades eclesíásticas, empresários e outros convidados.

O governador disse que "estes programas exigem de todos maior esforço e disponibilidade". Isaac dos Anjos indicou ainda que os recursos atribuídos aos 14 municípios da província somam mais de 375 milhões de kwanzas, valores que são superiores aos que vão ser aplicados pelos Governos central Provincial

O governador apelou aos administradores municipais "a uma utilização racional dos recursos e a observarem uma conduta de contenção exemplar própria de um servidor público, para que se restaure a confiança dos municípios e o prestígio da autoridade do Estado".

Ao debruçar-se sobre as acções de em pacto social e económica executadas em 2008, o governador afirmou que o seu antecessor, Francisco Ramos da Cruz, geriu mais de dois Biliões de Kwanzas.

De acordo com Isaac dos Anjos, resultados das acções efectuadas consubstanciaram-se na reabilitação das unidades sanitárias de Quilengues e Cuvango, permitindo o atendimento a 123.000 habitantes e a construção de cinco casas para acomodação dos quadros.

Clubes recreativos, campos polivalentes, campos de futebol-onze e outras estruturas de lazer, facto que incentivou a prática do desporto, melhoria das condições de lazer a mais de 36.000 pessoas.

Na Educação, o programa executado em 2008 abrangeu a estrutura escolar para acomodar as faculdades de Economia e de Direito e a criação de condições

para abertura da Faculdade de Medicina. Reabilitou-se e foram construídas as sedes das administrações municipais.

Referindo-se ainda aos outros projectos para 2009, Isaac dos Anjos disse que no quadro das reservas fundiárias a província vai receber do Governo Central mais de cinco biliões de kwanzas, para suportar os custos de construção de 1.300 casas económicas.

De acordo com Isaac dos Anjos, novos troços rodoviários vão ser lançados para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, onde se destaca a reabilitação das vias Caconda-Chipindo, Quilengues-Caculo, Lubango-Tundavala, km 16-Palanca e Cuvango-Galangue

## 7.2 Mucaba beneficia de água canalizada

*Jornal de Angola 6 de Fevereiro de 2009*

A população do Mucaba, a 64 quilómetros a norte da cidade do Uíje, beneficia já de água canalizada, cujo sistema de captação e tratamento por bombagem foi reinaugurado, há dias, pelo vice-ministro da Saúde, Carlos Alberto Masseca, informou ontem à ANGOP, fonte da administração local.

O administrador municipal adjunto do Mucaba, Costa Manuel, disse que o referido sistema foi reabilitado durante três meses, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos, executado pelo gabinete técnico do Uíje, com vista

Ao melhoramento das condições sociais básicas à população.

Em declarações à ANGOP, o responsável disse que uma população, estimada em dois mil 500 munícipes, está a consumir o líquido.

Como informou, o município ganhou, também, uma residência para o comandante municipal da Polícia, inaugurada a dois de Fevereiro pelo mesmo governante.

A Administração Municipal do Mucaba controla uma população estimada em 73 mil habitantes, repartida em seis regedorias e uma comuna (Huando).

## 7.3 Huambo tem mais água potável

*Jornal de Angola 7 de Janeiro de 2009*

As comunas localizadas no interior do município da Caála, 23 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo



vão ter, este ano, novos sistemas de captação de água potável, informou à Angop Tomás Jesus.

O chefe da repartição de Energia e Água do município da Caála informou que o governo provincial vai reabilitar os sistemas de captação de água s munas da Calenga, Catata e Cuima, por forma a melhorar a qualidade de vida das populações das respectivas circunscrições.

As obras de reabilitação dos sistemas de água das comunas estão a cargo de uma operadora denominada "SAEMA". O sistema vai permitir fornecer mais água:

#### **7.4 Empresa de Saneamento de Luanda repara redes de esgotos dos bairros**

*Jornal de Angola 8 de Janeiro de 2009*

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) prevê requalificar, este ano, seis bairros da província de Luanda que têm a sua rede de esgotos completamente danificada, informou, o director da instituição, Lúcio António Martins. Lúcio António Martins, em entrevista de balanço à ANGOP, disse que, este ano, são requalificados na área de saneamento os bairros Nelito Soares, Terra Nova, Bairro Popular, Vila Alice, Cassenda, Cazenga e Mártires de Kifangondo.

Para 2009, existe ainda a perspectiva da execução de um novo incinerador para o tratamento térmico de resíduos hospitalares e contagiantes e a criação de um parque de tratamento de sucatas em Luanda, porque a cidade está infestada de sucatas e a ELISAL precisa de fazer um tratamento diferenciado neste sector.

De acordo com o director da ELISAL, constam dos projectos deste ano o aprimoramento do sistema de recolha e o tratamento de resíduos sólidos, execução do tratamento das águas residuais com a entrada em serviço das estações de tratamento de águas residuais.

"Actualmente, está em fase de acabamento a Estação de Tratamento de Águas Residuais no Projecto Morar (Viana), mas se verificaram algumas dificuldades na execução da estação, porque o traçado do colector foi invadido por construções anárquicas", referiu. Para Lúcio Martins, outro aspecto importante para a ELISAL é a continuidade da implantação dos pontos de transferência para as zonas de difícil acesso.

Segundo o responsável da ELISAL, as obras de construção dos pontos de transferências foram con-

cluídas e, neste momento, encontram-se em fase de selecção das instituições que vão gerir o sistema de micro-empresas para a gestão dos resíduos sólidos nas comunidades.

Actualmente, prosseguiu Lúcio Martins, estão também a ser feitos contactos com um consultor social para trabalhar na identificação das pessoas que dentro das comunidades vão prestar serviços à própria comunidade.

O responsável da ELISAL reconheceu que, em 2008, a empresa não conseguiu realizar os seus projectos na sua totalidade, com destaque para a limpeza na periferia de Luanda.

Estes objectivos não foram alcançados, porque os operadores responsáveis por determinadas áreas da província de Luanda não conseguiram mobilizar todo o equipamento para prestarem um serviço mais adequado e de melhor qualidade para a capital.

As dificuldades de circulação, causada pelos longos congestionamentos e as obras de construção de novas infra-estruturas e a reconstrução de estradas foram também causa das dificuldades na recolha de lixo em Luanda.

"O desenvolvimento passa por uma engrenagem de todos os sectores e a ELISAL não ficou de fora, pois, para a realização de um trabalho eficaz, precisa que sejam terminadas as obras para a melhor circulação e com o fim destas (obras) as condições de prestação de serviço à população e a própria imagem da cidade vai melhorar", referiu.

A limpeza da cidade por varredura começa por volta das sete horas e alastra-se até às 15 horas, isso dependendo de cada empresa, pois há aquelas que, de acordo com a área que lhes cabe, ajustam seu horário.

Fazem parte das operadoras para a limpeza da província de Luanda, a empresa Envirobac, autorizada a operar nos municípios da Samba e da Maianga, a BEL, no Cazenga, a Kiaksi Waste, no Kilamba Kiaksi, Mesan Cleaning, no Cacucaco, SGO, no Rangel, a Solimpel, em Viana, e a Rangel, no Sambizanga.

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda foi criada em 1991 como uma unidade económica estatal. A Sua missão era cuidar fundamentalmente da recolha de lixo, da limpeza da cidade de Luanda, do saneamento urbano da cidade, do tratamento, eliminação e reciclagem do lixo, da produção de adubos e fertilizantes.

## 7.5 Mussulo do lixo

*O País 9 de Janeiro de 2009*

Lúcio Martins, o director da ELIZAL, empresa de limpeza e saneamento de Luanda, reuniu uma equipa de 50 homens para uma gigantesca operação "de salvamento" que decorre, de forma coordenada, no entre-as-margens do Mussulo e da Samba. Os resíduos são colocados em sacos pretos para logo depois serem depositados em barcas alugadas, a custo alto, que fazem a travessia para há outro lado, onde alguns camiões do lixo as esperam.

As toneladas de lixo que estão a ser recolhidas foram produzidas pelos milhares de pessoas que foram passar os dias da quadra festiva no Mussulo. "Não se pode imaginar o que terá sido atirado à água" dizia um funcionário da Elisal, preocupado com os eventuais danos ecológicos.

Lúcio Martins mostra -se preocupado com a maneira de tratamento que alguns moradores, turistas ou banhistas dão ao lixo. " Para o tipo de terreno arenoso não se recomenda o enterramento, nem a queimada, porque de uma forma há o perigo o diário, para a gente usa a água dos poços por si mesma escavados, ao passo que, da outra, o lixo não se extingue".

## 7.6 Abastecimento de água ao Dondo começa a funcionar em Fevereiro

*Jornal de Angola 9 de Janeiro de 2009*

KWANZA-NORTE

A construção do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável para a cidade do Dondo (Kwanza-Norte) termina este mês e entra em serviço em Fevereiro.

A garantia foi dada à ANGOP, no Dondo, pelo encarregado da empresa construtora, Elias Domingos, que disse estarem empenhados na conclusão do novo reservatório, com capacidade para 700 metros cúbicos de água tratada.

Os trabalhos, financiados pelo governo da província do Kwanza Norte, começaram em Maio último e permitiram a construção de dois tanques de tratamento, com capacidade para 300 metros cúbicos de água cada um, equipado com sistema de filtração.

O sistema vai ser alimentado por seis electrobombas, com capacidade para bombear 216 m<sup>3</sup>/ hora, duas das

quais a ser instaladas numa plataforma flutuante no Rio Kwanza.

Explicou que o projecto contempla igualmente a substituição da manilha de fibrocimento por material de polietileno, numa extensão de 187 metros de comprimento, a partir do sistema de tratamento ao reservatório, com 150 polegadas de diâmetro.

A segunda fase do projecto é executada após a entrada em serviço do novo sistema e prevê a reabilitação do reservatório, com capacidade de 350 metros de água, que actualmente alimenta a cidade do Dondo.

## 7.7 Energia e água

*Jornal de Angola 10 de Janeiro de 2009*

Vivo na zona da Gamek e constato com muito desagrado o facto de termos passado a quadra festiva com problemas de luz e água. É que o ano passado, antes da campanha eleitoral, não tínhamos tanta preocupação com esses bens públicos. Nos últimos dias a situação tem-se agravado e tanto eu como outras pessoas ternos vindo a questionar sobre o que nos levou afinal a votar num Partido que está a virar-nos as costas.

A minha irmã que vive no Morro Bento disse que também por aqueles lados o líquido precioso é urna miragem, chegando o bidon de 25 litros a custar entre 100 a 150 kwanzas. A luz eléctrica também está constantemente a falhar. Dizem que tanto o meu bairro como o Morro Bento não estão cadastrados, quer dizer que o Governo nem sequer sabe que existem pessoas a viver ali? Mas paradoxalmente, por altura da campanha eleitoral, vinham aqui cisternas a distribuir água gratuitamente. Então só existimos quando há campanhas eleitorais? Mais grave ainda é que hoje dizem que estes bairros não existem, mas amanhã serão eles a virem aqui a dizer que isto é reserva do Estado e ternos de sair daqui. Este é mesmo um bom Governo!

## 7.8 Minha critica...

*A Capital 10 a 17 de Janeiro de 2009*

A minha crítica é dirigida á Empresa Pública de Água de Luanda «EPAL». Desde a retomada do abastecimento de água que enfrentamos alguns constrangimentos. Embora ela tenha voltado a jorrar, surgiram outros problemas.

Com o passar dos anos, os tubos que levavam a água para as torneiras ficaram obsoletos.

É o caso do bairro Popular, concretamente, na zona da

Madame Berma. Durante muito tempo, nos, os moradores daquelas imediações, pensávamos que a água que emergia da superfície da terra era uma consequência do lençol freático. As casas ficavam inundadas, até mesmo as de piso forte de betão.

Muitos moradores venderam as suas residências e foram viver em outras zonas. Só agora tivemos conhecimento que, na realidade essa água é fruto da canalização obsoleta da EPAL, e que a empresa de distribuição de água sempre soube disso.

Quando há corte no fornecimento de água na cidade, durante um tempo voltamos a normalidade mas, depois do restabelecimento do fornecimento do líquido tudo volta a inundar.

Julgo que já é tempo da EPAL renovar a tubagem, que já vem do tempo colonial, e que está inoperante. Seria bom ouvir um pronunciamento da empresa sobre o problema.

### **7.9 «Se o Governo fornecer energia em todos os bairros, podemos combater esse flagelo»**

*A capital De 10 a 17 de Janeiro de 2009*

NUMA análise científica do caso, o sociólogo José Lencastre, frisou que o problema dos gases soltos pelos geradores que estão a vitimar muitas famílias é, na Verdade, preocupante, porque está a se alastrar. Para ele, o que deve ser feito agora é sugerir algumas pistas, para se analisar algumas circunstâncias que envolvem a situação.

«Primeiro, devemos nos perguntar, porque é que isso está a acontecer, e quais são as zonas em que isso está a acontecer. De modo geral, se analisarmos aqui na cidade de Luanda os casos estão a acontecer na periferia da cidade e podemos constatar que nestas áreas não existe energia eléctrica, nem água canalizada».

José Lencastre parte da convicção, segundo a qual, em qualquer sociedade a alimentação, o vestuário, a habitação, a água e a energia eléctrica, actualmente, fazem parte das necessidades básicas que uma família deve ter.

«Na cidade, para conservar os alimentos é necessário energia para economizar, tendo em conta que as famílias não têm a renda que permite fazer compras diariamente. Quero chegar ao seguinte ponto: se o Governo conseguir criar condições de colocar energia em todos os bairros, acho que podemos combater esse flagelo que está a decepar muitas famílias. E urgente

que se tomem medidas».

Na óptica do sociólogo, a solução do problema passa pela Edel que é uma empresa comercial, ter clientes que pagam para criar melhores condições de trabalho.

«Acho que a maioria das famílias está disposta a pagar a energia, mesmo aquelas que moram na periferia. É só criar as condições e generalizar o abastecimento de energia eléctrica. Com esse feito, podemos minimizar consideravelmente este fenómeno», estima, acrescentando que na base do fenómeno não está somente na falta de informação.

«Num bairro urbanizado, com um abastecimento de energia eléctrica regular, não encontramos muitos delinquentes. Nos bairros, onde normalmente acontecem acidentes causados pela inalação do monóxido de carbono produzido pelos geradores, são aqueles onde não há energia e ao mesmo tempo muito perigo em termos de bandidagem», o que leva os moradores a meterem os geradores dentro de casa, sob pena de serem surripiados.

«Normalmente, essas famílias são da classe pobre. Conseguir um gerador já é um sacrifício; deixa-lo roubar, é outro transtorno, não sabendo dos perigos do uso incorrecto do gerador é um dos motivos que tem conhecido um final dramático», rematou.

Especialistas concordantes observam mesmo que o recurso aos geradores já não é apenas uma «bang», mas uma necessidade decorrente do modo de vida que aos poucos os cidadãos vão adoptando, desde os hábitos alimentares aos costumes ocidentais que nos chegam com a globalização. Para além da necessidade primária de querer ter a casa iluminada, possuir um televisor, uma geleira onde se pode conservar água, um refrigerante, uma cerveja, frescos, já virou moda.

Moda aparentemente só para alguns, porque nalgumas zonas como em Luanda, por exemplo, a privação de electricidade a uma família suburbana tem repercussões económicas sérias. Muitos agregados sobrevivem da venda de gelo vendido em baldes de dez litros de água, água fresca para beber e não só.

Cada pedra de gelo é vendida ao preço que vai dos 100, 150 até aos 200 kwanzas. Se por dia uma dessas famílias conseguir vender ainda que seis dessas pedras, o lucro obtido permiti adquirir comida para bastas refeições, se tiver em conta que o quilo de farinha de mandioca que excede os 100 kwanzas, o pão cassete fixado nos 30 Kwanzas e uma colher de sopa de açúcar rondar os 10 kwanzas.

## 7.10 Muda a face do centro de Luanda

*Jornal de Luanda 11 de Janeiro de 2009*

Autores de danos nos equipamentos públicos vão passar a pagar. "Sinto-me bem sempre que venho aqui. Posso apreciar a beleza do parque, o seu jardim, e se desejar ainda pratico desporto". Jacinto Silva tem 17 anos e tornou-se frequentador assíduo do reabilitado Largo Zé Dú, no Bairro Azul, município da Ingombota. A administração municipal reabilitou mais de 19 espaços públicos, locais outrora votados ao abandono, como o Largo do Ambuila, a Rotunda da Praia do Bispo, o Largo da Igreja do Carmo, Largo Albano Machado, Largo Amílcar Cabral e Largo Ferreira do Amaral.

Joana Andreza, no período da tarde, aproveita a acalmia do Largo do Ambuila para estudar e diz que é preciso utilizar bem aquele espaço e garantir a sua manutenção permanente.

A administradora municipal da Ingombota, Suzana de Melo, diz que as obras fazem parte dos projectos que a administração desenvolveu em 2008, no quadro do Programa de Intervenção Municipal (PIM), nos domínios da água, educação, iluminação pública, saneamento básico e toponímia.

O trabalho tem sido feito em par.

Cena com o Conselho Municipal de Auscultação e tem a colaboração das comissões de moradores.

Suzana de Melo anunciou que está em execução o aumento de espaços para a prática de desporto. Estão praticamente concluídos os campos de jogos do Largo Ferreira do Amaral, da escola Nzinga Mbandi e da escola Ngola Nzinga.

O gradeamento de protecção ao longo do viaduto transversal à rua Abdel Nasser foi recuperado. A escola 3022, nos Coqueiros, também está em obras para o início deste ano lectivo.

Dezenas de placas que identificam os nomes das ruas e avenidas foram colocadas. Suzana de Melo assegurou que esta empreitada restabeleceu 80 por cento da toponímia do município. "Algumas placas foram colocadas em ruas onde os próprios moradores tinham dificuldade em identificá-las."

va: "é uma atitude correcta que pode funcionar como um veículo de comunicação, mas também uma poderosa ferramenta para encontrar informação e

ajuda."

Suzana de Meio reafirma que a desordem, a sujidade e a marginalidade que a venda na rua arrasta consigo e que alteram negativamente a imagem do município, continua na agenda das prioridades. Este ano, "para além dos vendedores de rua, os compradores que criarem constrangimentos ao trânsito no momento da transacção também vão ser sancionados".

Fornecimento de água

No bairro da Boavista e no Kilombo Chicala, áreas suburbanas do município, o abastecimento da água deixou de ser feito pelos camiões cisternas para os recipientes.

Foram introduzi das melhorias. Estão em funcionamento quatro fontanários, três dos quais no bairro da Boavista. Ainda neste domínio, Suzana de Melo acrescentou que o projecto de abastecimento de água alargou os serviços a alguns estabelecimentos de ensino, unidades sanitárias e centros de atendimento de crianças onde a administração detectou a existência de carência de água. As constantes roturas de água da rede velha na zona urbana do município levam a administração a colaborar permanentemente com a EPAL na tarefa de tapar buracos.

O mesmo se passa com o acentuado trânsito automóvel. Esclarece que por regra, a solução viável passa pela remoção das viaturas e obstáculos que obstruem as vias, uma opção que, disse, tem os seus custos.

A iluminação pública também deu passos em frente e a Rua Samuel Bernardo é um bom exemplo. Na rua Farinha Leitão e na Rua Ferreira do Amaral a iluminação pública está a funcionar. "A iluminação pública tem de ser permanente, não só em termos de instalação de novos postos, mas também da manutenção da rede existente", realçou. Segundo a administradora, o programa de limpeza suplementar permitiu retirar dos colectores públicos centenas de objectos que obstruíam os principais canais de escoamento, infestando o meio ambiente. A medida tem ajudado a garantir melhores condições sanitárias aos moradores das áreas intervencionadas.

Descaracterização da Ilha

A descaracterização da Ilha do Cabo, disse Suzana de Meio, merece uma resposta adequada, porque aquela zona da cidade tem o rótulo de postal turístico. A administradora da Ingombota diz que pouco se vê por parte dos moradores e dos empresários para inverter o

quadro actual de degradação urbanística.

Os apelos à limpeza e higiene, particularmente nas praias, não têm encontrado eco e verifica-se um número crescente de novas construções. Suzana de Meio afirmou que já foi elaborado um plano director que aguarda pela aprovação do Conselho de Ministros. "A verdade é que quem tem hoje um terreno na Ilha de Luanda pode construir uma vivenda, enquanto o vizinho do lado opta por construir um prédio. Mas o plano director vai ditar como a área deve crescer", garantiu.

Director é um instrumento jurídico de primordial importância para o ordenamento da Ilha do Cabo. Sublinha que o plano define a defesa e preservação da zona tradicional da ' região, onde construir e quantos pisos deve ter um edifício.

#### Mudança de comportamentos

Suzana de Melo refere que apesar das limitações do orçamento, a I administração da Ingombota tem I possibilitado melhorar as condições de vida da população. "Sentir mos hoje que a comunidade do município tem maior confiança no nosso trabalho, o que se reflecte na procura pelos serviços da administração

### **7.11 Moradores do Gamek sem água há dez anos**

*Jornal de Angola 16 de Janeiro de 2009*

#### PREÇO DOS BIDÕES DISPAROU

TER ACESSO A ÁGUA PASSOU a ser mais difícil, no bairro do Gamek, devido à subida de preço do precioso líquido, desde a primeira semana deste mês. De acordo com os moradores, o balde de 20 litros, que era cobrado a 60 kwanzas, passou a custar 80 kwanzas, aumento que está a tirar o sono àqueles cidadãos.

Já é público que o musseque, apesar deter mais de dez anos de existência, não beneficia de água potável canalizada. Não tendo outra alternativa, os moradores recorrem à água da cisterna, pelo que começam a sentir o produto cada vez mais distante.

Os que se sentem lesados, ao desabafar a sua "dor", foram unânimes em apelar ao executivo de Francisca do Espírito Santo para a necessidade urgente de se construir fontanários públicos.

"Não sabemos qual a razão para a subida do preço dos bidões de água. Por vinte litros de água pagávamos 50 a 60 Kwanzas, o que já era muito caro. Agora, os donos dos tanques resolveram subir para 80 kwanzas. Ainda

só estamos no princípio do ano, o preço já subiu e quando chegarmos a Dezembro 20 litros de água vão custar 150 ou 200 kwanzas?", interroga-se dona Pancha, moradora da zona há oito anos.

"O bairro deste que existe, há mais de dez anos, até agora não possui água canalizada. Não sabemos de que estão à espera os responsáveis pelo bairro. Vivemos de água das cisternas", desabafou Zezinho, de 32 anos de idade.

"Hoje, os donos dos tanques cobram 80 kwanzas por um balde de 20 litros de água, daqui a pouca sobe para 100 kwanzas.

Penso que já é altura do governo de Luanda e da administração do município começar a construir chafarizes, se está mal. A vida fica sem qualidade", acrescentou aquele morador "Estamos praticamente desesperados, lançados à nossa sorte.

A vida é difícil em Luanda, isso é verdade, mas aqui no nosso bairro é muito mais difícil ainda. Como é que uma comunidade vai viver sem água? Ninguém nos dá uma explicação. Isto está mal, agradecíamos à Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) para ver este problema. As pessoas não podem esquecer que a água é vida e o Gamek não tem água", lamentou um outro habitante da zona.

A carência da água é tão acentuada que muita gente se vê obrigada a procurar bairros em que abunda o precioso líquido, sempre que há necessidade de lavarem a roupa da família. É que nem a presença do complexo residencial do Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza, que até deu nome ao bairro, está a influenciar a resolução do problema.

Para já, os detentores dos tanques substâncias limitam-se a dizer que subiram os preços porque os Camionistas que lhes vendem a água também subiram os preços. Se antes, por 12 mil litros de água, os camionistas de cisterna cobravam 18 mil kwanzas, agora cobram 20 mil kwanzas, conforme nos contaram.

Sobre este assunto, mas numa outra ocasião, o Novo Jornal, ouviu o presidente da comissão de moradores do Gamek. José Filipe disse que todos os esforços estão a ser envidados junto da EPAL no sentido de haver aí fontanários públicos.

José Filipe fez também saber que a EPAL estava à procura de um terreno, no bairro, com uma área na ordem de um hectare, para a construção da estação de Tratamento e distribuição de água.

## **7.12 A suja vida nos prédios degradados ou como ter a morte à espreita (3)**

*Semanário Angolense 17 a 24 de Janeiro de 2009*

No mês de Março do corrente ano (o de 2008), os cidadãos da capital foram confrontados com uma trágica notícia: o desabamento do prédio da Dnic, edifício onde funcionava a importantíssima Direcção Nacional de Investigação Criminal. (...) Assim como no antigo prédio da Dnic, homens e mulheres trabalham ou residem em outros edifícios em elevado estado de degradação, alguns deles sem as mínimas condições de habitabilidade. Podemos não ser tão trágicos, mas o perigo é bem real.

Foi assim que começamos esta série de reportagens que envolveu a visita e constatação do modo lastimável em que vivem muitos dos nossos concidadãos e o sério perigo que correm. Não foi sem causa o paralelo com o antigo edifício da DNIC.

À primeira vista, seria pouco realista comparar as condições, mesmo o nível de degradação. Do Prédio da Cuca com o Prédio Sujo do Marçal ou com o Prédio da Lagoa do Kinaxixi, ambos já retratados aqui nas duas edições passadas. Perfilados, o prédio da Cuca só passa como «melhor» que os outros a vista de um observador desatento. O nosso terceiro destino nessa nossa «jornada de campo» pelos prédios de Luanda revelou-se surpreendente e muito preocupante.

O edifício n.5, ao lado do Largo do Kinaxixi, o famosíssimo Prédio da Cuca, foi construído no ano de 1972. Na altura. Apresentava-se como um edifício de luxo, com apartamentos duplex e normais, escadas e corredores revestidos em mármore. Um edifício rico do ponto de vista arquitectónico se encontra e a imundice a que estão entregues.

A igual do que acontece nos dois prédios já retratados aqui também se verifica a pouca ou nenhuma vontade por parte de alguns moradores de conservarem o edifício. São notórios os montões de lixo na parte traseira do majestoso edifício. Talvez por «imitação», alguns moradores preferem jogar os sacos de para a saúde humana, a convivência com o lixo não está no topo da lista de inquietações dos moradores.

A infiltração da água é a grande «dor de cabeça» dos que ali habitam. É água por todo lado no Prédio da Cuca. Além de contribuir na degradação da estrutura do prédio, tal facto constitui também perigo para a saúde das pessoas, já que «habitar num quem falamos a propósito.

Segundo alguns moradores, um furo na parede pode originar um jorrar de água sem fim. «Ninguém sabe a proveniência das águas», diz uma antiga moradora. «Às vezes encostamos na parede e ouvimos a água a escorrer», reforça. «O que a gente quer é só sair daqui», exclama outra residente do prédio, com um semblante desesperado.

Como resultado do desgaste da estrutura provocado pelas águas, situação que também se verifica na maior parte dos apartamentos. Ainda assim, alguns moradores dizem estar seguros.

Segundo Joaquim Dombaxe, membro da comissão de moradores, esta situação não põem em risco a segurança dos moradores. «O prédio não está em elevado estado de degradação á ponto de por em risco a segurança dos moradores», argumenta.

Só que isso não é tudo: a cave do prédio encontra-se completamente inundada, facto que deixou estupefacto e muito preocupado um arquitecto contactado por nós. Segundo a nossa fonte, a permanente presença da água na cave compromete as fundações do edifício, o que por si só é um grande perigo. «Existem fundações resistentes à água, como é o caso da estrutura de uma ponte, o que não é o caso do Prédio da Cuca com certeza», referiu.

A mesma posição é defendida por António Gameiro, bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola. Segundo ele, a situação do Prédio da Cuca carece de um estudo pormenorizado e que certamente obrigaria a evacuação dos seus moradores. «Deve-se fazer um estudo e deste ser produzido um conjunto de recomendações em função de cada problema pontual», disse, sem avançar mais pormenores.

Entretanto, no dia 19 de Dezembro do ano transacto, uma equipa do governo da província de Luanda, encabeçada pela directora provincial do MINARSS, Augusta Dias efectuou o cadastro dos moradores. De acordo com Joaquim Dombaxe, o cadastro dos moradores é a primeira fase de um processo que vai culminar com a sua evacuação do prédio, mais em data ainda não prevista.

## **7.13 O desleixo faz-se presente**

*Semanário Factual 23 a 30 de Janeiro de 2009*

Após a sua instalação no bairro Popular, os inquilinos ainda praticavam golf, mas, com o tempo, essa prática foi deixada de lado porque outros interesses chamavam a sua atenção. Com o advento da independência, em

1975, o campo de golf foi ocupado por pessoas de toda a estirpe, necessitada de moradias. Daí, com a invasão do espaço, as pessoas foram construindo sem que fossem orientadas por quem de direito e hoje o bairro do Golfe não é senão um local onde o desleixo, o espírito de deixa andar e o abandono são uma constante que ninguém pode pôr fim.

É o "deixa-me em paz, não te metas comigo". Ninguém parece interessado em melhorar as condições do bairro, pese o facto de as autoridades, verificando o crescimento do Golfe, tenham decidido construir duas escolas do segundo e terceiro níveis e também alguns edifícios com apartamentos para albergar algumas entidades que moravam em condições difíceis.

Porém, por falta de manutenção, as escolas e os prédios vêm-se deteriorando, sem cor, com problemas de energia eléctrica e de água, com lixo espalhado sem recolha atempada. O Golfe é um bairro esquecido e até hoje nenhuma entidade governamental levantou o dedo a anunciar a sua requalificação. Mas para requalificar o Golfe é preciso, primeiro, moldar a consciência dos seus habitantes que nada fazem para melhorar o local onde Vivem.

E o interessante é saber que mesmo com estradas ascendentes e descendentes esburacadas, com asfalto corroído, com poeira que se levanta à passagem de viaturas, o Golfe atrai diariamente centenas de indivíduos, para todo o tipo de negócios. É que é no bairro que está a maior loja a céu aberto de venda de acessórios para viaturas de todo o tipo. Mas também há de tudo, para construção civil, para instalação eléctrica, pintura e mecânica.

Manhã cedo, centenas tudo, para construção civil, para instalação eléctrica, pintura e mecânica.

Manhã cedo, centenas de vendedores chegam ao mercado, com o seu material para venda que inclui pneus, retrovisores, piscas, espelhos, enfim, toda uma gama de acessórios que leva os compradores a terem de percorrer o local para encontrar o que lhes interessa.

Depois são o corre-corre, os empurrões e o sobe e o desce, porque o Golfe foi criado num terreno acidentado como deve ser um campo de golf. Mas isso não preocupa quem quer que seja, porque o Importante é sair do Golfe com o desejado.

O Pactual foi ao Golfe e percebeu que, afinal, vontade de trabalhar existe, mas falta o empenho e a dedicação para tomar o bairro mais limpo, ordeiro e civilizado.

## INFRA ESTRUTURAS

A nível de empreendimentos o Golfe é pobre, pois não dispõe de infra-estruturas que chamam a atenção. Com ruas e ruelas a carecer de asfalto, com graves problemas de energia eléctrica e com carência de água potável, os moradores já não depositam a confiança em quem quer que seja, porque o estado lastimável e desleixado do bairro não cativa nem os locais nem os passantes.

Mas tem de se realçar que embora não seja um empreendimento como tal, o mercado dos Correios é a "menina dos olhos" dos habitantes que ganham a vida com o comércio. E, embora sem controlo, o mercado dos Correios "pulsa" diariamente com o movimento dos cidadãos que enquanto fazem compras podem satisfazer as suas necessidades alimentares, pois barracas disponíveis servem refeições e bebidas.

Mas toda esta actividade decorre em meio à imundície do local, atapetado por garrafas de plástico há muito pisoteadas por todo tipo de viaturas, por falta de limpeza e de higiene.

É, o mercado é muito sujo, não há limpeza e as pessoas vendem mesmo em cima do lixo, não é possível", referiu o vendedor de pneus, Joaquim Pedro, que se diz agastado pelo desinteresse das autoridades locais.

Também comerciantes de acessórios de automóveis fizeram saber que a sua actividade é cansativa, feita debaixo do sol e, às vezes, sob chuva, quando surge.

"Então aí é que é pior:

Lixo, água e lama, o que afugenta os clientes mais asseados e que não toleram a imundície", acrescentaram os comerciantes, fazendo saber que nesse mês de Janeiro as vendas estão a ser fracas porque os clientes alegam falta de dinheiro: "É sempre assim, em Janeiro estamos todos no mesmo barco", remataram.

O Factual abordou o cliente Rodolfo Neto para saber porque estava no mercado, o que ele respondeu:

"Vim comprar dois piscas para o meu carro e uma bateria". A uma pergunta sobre o porquê de não ir às lojas oficiais, ele foi peremptório: "Aqui tudo é mais barato, o que aqui custa dois mil nas lojas são cinco ou seis mil kwanzas. Vale a pena", acrescentou.

E no afã de ir e vir, os vendedores e clientes ficavam ou partiam contentes por terem conseguido satisfazer o seu desejo: Uns o dinheiro, os outros o bem adquirido.

## POLICIAMENTO

É graças à presença policial que o Golfe consegue manter-se de pé, apesar dos males acima referidos. A própria estruturação do bairro facilita em certa medida a acção policial, porque tem ruela largas embora precárias e alguma iluminação nocturna, mas o perigo é

mesmo durante o dia no mercado dos Correios, onde jovens delinquentes surripiam as carteiras dos clientes distraídos. Mas perante as forças da ordem os meliantes ficam retraídos, para bem dos clientes.

"Tem razão, na zona do avô Kumbi tudo é mais calmo, os gatunos não se atrevem, mas na praça é perigoso. Até nós, trabalhadores, às vezes somos roubados, mas apanhamos sempre os mesmos", informaram ao Factual vendedores de pneus para automóveis ligeiros, numa altura em que dois alegados ladrões foram detidos por um polícia com uma bateria e um pneu nas mãos.

Indagado, o polícia, de nome Justino Lobo, deu a conhecer ao F actual que pequenos crimes de furto acontecem todos os dias no mercado dos Correios, acrescentando que o desemprego e o baixo nível de escolaridade são dois motivos para a delinquência.

"Mas, tirando isto, pouco acontece", acrescentou o agente, levando o detido consigo para a esquadra.



## 8 AMBIENTE

### 8.1 Ministério dos Petróleos promete reforçar papel na protecção do ambiente marinho

*Jornal de Angola 10 de Janeiro de 2009*

O Ministério dos Petróleos vai desenvolver acções continuadas de reforço para a protecção do ambiente marinho e do ambiente em geral, exercendo um papel responsável e assegurando a criação de mecanismos legais e tecnológicos de prevenção ambiental, segundo o ministro dos Petróleos, José Botelho de Vasconcelos.

O ministro, que falava na cerimónia de cumprimentos de novo ano, disse que está em curso a elaboração de legislação própria e respectivos procedimentos para que em conformidade com práticas internacionalmente aceites na indústria petrolífera, se contribua cada vez mais e de modo positivo no desenvolvimento sustentável do país.

Para o ministro, existe um quadro jurídico suficiente para acções de protecção, não só do meio ambiente marinho, mas também do ambiente geral, o que implica a avaliação do impacto ambiental, a gestão do desperdício, descargas operacionais e o programa de monitoramento, escolha de medidas, tecnologias de prevenção e mitigação para correcção de tais ocorrências. "Estamos comprometidos em contribuir de forma positiva para o desenvolvimento sustentável", referiu. Segundo o ministro Botelho de Vasconcelos, a recente aprovação do Plano Nacional de Contingência contra o derrame, pelo Conselho de Ministros, cuja elaboração exigiu um esforço longo e assistido, constitui ponto de partida na criação de condições para dotar o país de capacidade técnica e humana que responda eficazmente a eventuais situações de derrame de petróleo.

O governante lembrou que em 2008 o Conselho de Ministros adoptou a estratégia Nacional de Implementação da Convenção 4 das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas que foi ratificada pela Assembleia Nacional e o Protocolo de Kyoto, ratificado no ano de 2007. Os avanços conseguidos no projecto "Angola LG" e os passos dados no domínio dos biocombustíveis em que a Sonangol está envolvida com outros parceiros, exigem atitudes novas em termos de mentalidade, métodos de trabalho e adaptação ao progresso. São, na sua óptica, projectos que abrem novas oportunidades de negócios e empregos. "Mas primeiro é preciso assegurar os investimentos já previstos e assegurar as actividades", realça.

Para melhor desempenhar o seu papel de dinamizador do sector, o Ministério dos Petróleos vai reestruturar o seu gabinete de recursos humanos, para conformar o seu papel com o Decreto-Lei 11608, recentemente aprovado, substituindo Decreto 20/82.

A reestruturação abrange igualmente o Instituto Nacional dos Petróleos, face às exigências actuais do sector e assim permitir a criação de competências e especializações novas.

Segundo o ministro José Botelho de Vasconcelos, além de recursos humanos, as exigências do sector requerem recursos financeiros, numa altura em que o mundo vive uma crise sem precedentes. O ministro disse que o sector deve encontrar as melhores soluções para mitigar os efeitos da crise nos programas e projectos em curso e em perspectivas, acrescentando que o sector tem tomado iniciativas para a presença de empresas angolanas nos diversos segmentos do domínio dos petróleos e nas áreas de apoio. "Estão a ser criados alguns mecanismos para pôr em prática incentivos existentes e forjar parcerias para contribuir de forma consolidada na cruzada do desenvolvimento nacional", salientou.

O ministro reafirmou ainda a necessidade dos diversos subsectores do ramo petrolífero oferecerem permanentemente contributos, de modo a que a presidência de Angola da OPEP seja a melhor possível, numa altura em que a crise levou a que se adoptassem políticas de cortes na produção e a queda cíclica dos preços do "crude".

A OPEP produz actualmente cerca de 40 por cento do petróleo mundial e 15 por cento do gás natural. As exportações representam cerca de 55 por cento do petróleo comercializado em todo mundo.

#### Produção

A produção de petróleo bruto, de Janeiro a Dezembro de 2008, foi de 695.707.745 barris. No mesmo período começou a produção dos campos Mondo, Sache e Batuque, no Bloco 15 e Banzala B, no bloco 0.

Segundo o ministro dos Petróleos, a produção de 2008 ficou afectada pela paragem completa das instalações de produção do bloco 18, por um período de cerca de dois meses, o que ocasionou uma perda de aproximadamente 21 0.000 barris por dia.

Na pesquisa, foram perfurados 27 poços, dos quais 12 de pesquisa e 15 de avaliação. Do total de poços de pesquisa sondados, cinco revelaram-se portadores de petróleo.

Relativamente ao projecto de construção da nova

refinaria do Lobito, José Botelho de Vasconcelos salientou que a assinatura do contrato entre a Sonangol e a empresa KBR, assim como o arranque das obras de terraplanagem, estradas de acesso e pontes cais imprimiram uma nova dinâmica ao projecto, permitindo antever a sua execução num horizonte temporal ajustado.

No programa do Ministério dos Petróleos consta o investimento no aumento da capacidade e oferta de produtos refinados destinados a garantir o desenvolvimento da actividade económica particularmente aos pontos mais distantes para levar à população os benefícios da actividade petrolífera no país, anunciou o ministro.

## **8.2 Quadro jurídico-legal do ambiente em seminário**

*Agora 31 de Janeiro de 2009*

O seminário, realizado sob tutela do Ministério do Ambiente, na segunda -feira, 26 de Janeiro, produziu diversas recomendações, das quais se destaca a clarificação do quadro jurídico -legal referente à responsabilidade civil e criminal por danos ao ambiente, tendo os participantes concluído haver nos actuais diplomas legais várias lacunas no que concerne às sanções a serem impostas a eventuais entidades singulares e colectivas que, no exercício das suas actividades, prejudiquem o ambiente.

Maior rapidez na regulamentação dos decretos-lei já existentes, foi outra recomendação dos participantes ao seminário, que também deu a conhecer os decretos sobre a avaliação de impacto e licenciamento ambiental e colheu contribuições para a futura lei de crimes ambientais. A educação ambiental, para promover práticas saudáveis e sadias que ajudem a melhorar a qualidade de vida das populações, deve ser aplicada com maior acutilância, para a obtenção de resultados mais amplos e rápidos, assim como também se recomendou maior e melhor divulgação da legislação ambiental, fazendo chegá-la ao conhecimento de todas as instâncias da sociedade.

Estiveram em análise no seminário temas como "o direito ao ambiente como um direito fundamental", "responsabilidade civil e criminal por danos ao ambiente", "avaliação do impacto ambiental", "licenciamento ambiental", "auditorias ambientais" e "a importância da fiscalização em Angola". O vice - i ministro do Ambiente, Mota Linz, referiu que com a realização do seminário foi possível criar-se bases para melhor protecção do ecossistema no país.

O programa das jornadas agendou mais dois seminários, um sobre a gestão dos resíduos sólidos, que visa contribuir para a definição de uma política sobre a matéria, com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros, realizado na terça - feira, 27 de Janeiro, e outro, sobre as tecnologias ambientais, para analisar a necessidade de estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e de controlo da poluição, incluindo o incentivo à utilização de tecnologias limpas para os processos produtivos e ao uso dos recursos naturais, realizado na quarta - feira, 28 de Janeiro.

Envolvimento da sociedade.

Sob o lema "Ambiente Seguro Melhor Futuro", enquadrado na Semana Nacional do Ambiente, a decorrer até hoje, 31 de Janeiro, realizou-se, em Luanda, um seminário sobre Legislação Ambiental, cuja abertura esteve a cargo da ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, que apelou para o envolvimento de todos os sectores da sociedade na causa ambiental com vista a preservação do ecossistema para as actuais e futuras gerações.

Incentivando a sociedade a participar na integração temática ambiental nas políticas do Estado com vista a revolucionar o sector, a governante realçou que "o Estado tem a incumbência de fazer vincar as normas atinentes a matéria, através de legislação, sem os quais, é impossível impor o seu cumprimento", porque o grande número de investimentos nos mais variados sectores do país, disse, "obrigam a sua protecção bem como tem de ser acompanhadas de práticas sadias e saudáveis", acrescentando que a questão ambiental I deve ser integrada na reconstrução e reintegração do país.

Nova Constituição. O jurista Carlos Feijó, defendeu, ao pronunciar-se, como convidado, na abertura do seminário sobre Legislação Ambiental, a necessidade de uma definição explícita da questão do Ambiente na nova Constituição da República de Angola, cuja elaboração está em curso.

"É preciso aproveitar esta fase de elaboração da Constituição para se esclarecer os termos gerais referentes às atribuições do Estado quanto a garantia de um ambiente sadio e saudável como um direito fundamental dos cidadãos e da responsabilização por danos ao ecossistema", referiu o jurista, esclarecendo que "na actual Lei Constitucional, que marca a fase de transição para a nova constituição, esta questão não é abordada de forma clara, daí a necessidade deste diploma acautelar todos estes aspectos".

Para Carlos Feijó, o ambiente deve ser visto como um

valor de defesa do homem e neste contexto deve ser definido o papel do Estado em fazer vincar o cumprimento dos diferentes diplomas legais atinentes a matéria.

Recorde-se que o dia 31 de Janeiro foi instituído Dia Nacional do Ambiente, após a realização da Primeira Semana Nacional da Conservação da Natureza, cujo encerramento teve lugar no dia 31 de Janeiro de 1976, meses depois da conquista da Independência Nacional. A data é celebrada todos os anos no sentido de sensibilizar os angolanos, independentemente do nível social, para a importância e o papel das questões ambientais, em geral, e as da conservação, em particular, para haver mais saúde e melhoria de vida, fundamentalmente.